

**UNIVERSIDADE ESTADUAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP - CAMPUS
DE BAURU - FACULDADE DE CIÊNCIAS - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM**

BIANCA LONGHITANO

**RELACIONAMENTOS NÃO MONOGÂMICOS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE RELATOS**

**BAURU
2023**

BIANCA LONGHITANO

**RELACIONAMENTOS NÃO MONOGÂMICOS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE RELATOS**

Dissertação apresentada para Defesa ao Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem - Mestrado, da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Bauru

Linha 2

Orientadora: Prof.^a Assoc. Ana Claudia Bortolozzi

**Bauru
2023**

Longhitano, Bianca.

Relacionamentos Não Monogâmicos: uma análise a partir de relatos / Bianca Longhitano. - Bauru, 2023
149 f. : il.


Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientadora: Ana Cláudia Bortolozzi

1. Psicologia. 2. Relacionamentos. 3. Monogamia.
4. Sexualidade. I. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BIANCA LONGHITANO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2023, às 10:00 horas, no(a) Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BIANCA LONGHITANO, intitulada **Relacionamentos Não Monogâmicos: Uma análise a partir de relatos**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, Profa. Dra. MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA (Participação Virtual) do(a) Formação de Educadores e Professores / Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Profa. Dra. MARCELA PASTANA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: A P R O V A D A .

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
 ANA CLAUDIA BORTOLOZZI
Data: 04/09/2023 14:39:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI

Av. Engenheiro Edmundo Carrijo Coube, 14-01, 17033360, Bauru - São Paulo
[http://www.fc.unesp.br/pospsicologia/CNPJ: 48.031.918/0028-44.](http://www.fc.unesp.br/pospsicologia/CNPJ:48.031.918/0028-44)

Resumo

A história da repressão sexual feminina e da monogamia se interseccionam de diversas formas, envolvendo também opressões de raça, classe e políticas. A não monogamia é uma forma antiga de relacionar-se apagada pela colonização do país, que volta a se destacar em certos momentos históricos, como a ditadura militar e a partir do início dos anos 2000 até a atualidade. Entende-se a monogamia enquanto instituição que reitera e qualifica a violência de gênero e outras opressões e questiona-se o quanto a não monogamia poderia se dar enquanto fator de proteção a essas violências sistêmicas. A partir de uma extensa pesquisa bibliográfica, faz-se uma pesquisa quanti-qualitativa, cuja parte quantitativa envolveu 122 respostas completas a um questionário disponibilizado virtualmente e a parte qualitativa dispõe de 9 entrevistas semiestruturadas com pessoas que se autoidentificam enquanto não monogâmicas, cuja análise é feita a partir de blocos temáticos. Percebe-se um viés político, de gênero e de orientação sexual dentro da não monogamia. Discute-se as características fundamentais da não monogamia e o processo de identificação com a identidade, além de concepções de pessoas não monogâmicas sobre gênero, sexualidade, família e política.

Palavras-chave: Psicologia; Relacionamentos; Monogamia; Sexualidade

Abstract

The history of female sexual repression and monogamy intersect in several ways, involving race, social classes and political oppression. Non-monogamy is an old way of relating erased by the colonization of the Brazilian country, which comes to attention in certain historical moments, such as the military dictatorship and the early 2000s to the present. Monogamy is understood as an institution that reiterates and qualifies gender violence and other oppressions and it is questioned how much non-monogamy could be a protective factor against these systemic violence. Based on an extensive bibliographical research, a quantitative-qualitative research was carried out, the quantitative part of which involved 122 complete responses to a questionnaire made available virtually and the qualitative part made up of 9 semi-structured interviews with people who self-identify as non-monogamous, whose analysis is made from thematic blocks. There is a political, gender and sexual orientation bias within non-monogamy. The fundamental characteristics of non-monogamy and the process of identification are discussed, as well as conceptions of non-monogamous people about gender, sexuality, family and politics.

Keywords: Psychology; Relationships; Monogamy; Sexuality

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
AGRADECIMENTOS.....	7
1. INTRODUÇÃO:.....	8
1.1 Apontamentos teóricos sobre a temática	
A história da monogamia.....	9
A construção do amor romântico.....	18
A questão política.....	31
Questão de gênero.....	31
População LGBTQIAPN+.....	35
1.2 Relacionamentos Não Monogâmicos	41
Críticas da não monogamia a monogamia.....	41
As possibilidades de relações não monogâmicas.....	44
As bases jurídicas.....	52
1.3 Educação sexual formal e informal.....	54
2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	60
3. MÉTODO.....	63
3.1 Delineamento de pesquisa.....	63
3.2 Participantes.....	63
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	64
<i>Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)</i>	64
<i>Questionário Identitário de Pessoas Não Monogâmicas (QIPNM)</i>	64
<i>Entrevista Semiestruturada</i>	65
3.4 Procedimento de coleta e de análise de dados.....	66
4. RESULTADOS	69
4.1 Análise dos dados quantitativos.....	69
<i>Dados gerais sobre a caracterização dos/as participantes</i>	69
<i>Relacionamentos atuais</i>	78
4.2 Análise dos dados qualitativos.....	84
<i>Histórias das relações</i>	85
<i>Relações Não Monogâmicas, família e conjugalidade</i>	88
<i>Vivências nas relações</i>	94
<i>Não monogamia em contextos sociais</i>	101
<i>Gênero e Sexualidade</i>	106
<i>Diferenças e Semelhanças entre RNM e relações monogâmicas</i>	110
<i>RNM em produtos midiáticos</i>	116

5.	DISCUSSÃO.....	118
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
7.	REFERÊNCIAS.....	124

	GLOSSÁRIO.....	130
--	----------------	-----

APÊNDICES

	Apêndice 1 - Questionário Identitário de Pessoas Não Monogâmicas (QIPNM).....	134
	Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	141

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Bianca Longhitano, apresento esse trabalho enquanto minha pesquisa de mestrado, mas gostaria de explicar a minha jornada para decidir sobre este tema e esta pesquisa. Sou uma pessoa bissexual, e me considero não monogâmica há mais de nove anos.

Sou formada em psicologia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, no ano 2021. Logo ao entrar na universidade, meu primeiro interesse acadêmico foi sobre os relacionamentos abusivos, já que eu mesma tinha experienciado um relacionamento particularmente violento durante a minha adolescência. A partir do estudo desta temática percebi que a única forma de fugir do controle dos meus parceiros e parceiras era impossibilitando que eles controlassem qualquer coisa na minha vida, incluindo o quanto ou com quem eu poderia ser afetuosa. Foi a partir dessa reflexão que eu me coloquei enquanto pessoa não monogâmica.

Em 2017, passei a frequentar o Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura – GEPESEC, coordenado pela Profa Ana Cláudia Bortolozzi (Cau) e, neste espaço acadêmico, tive oportunidade de aprofundar o estudo de diversas temáticas que perpassam tanto os relacionamentos abusivos, quanto a não monogamia, apesar de, neste momento e no meu meio, ninguém estar falando sobre não monogamia explicitamente. Em 2019, também com a Profa Cau, fiz estágio em “*Processos de intervenção: Educação Sexual*” aprofundando as questões teóricas com a experiência prática, elaborando e realizando um Programa de educação sexual junto a jovens em uma organização não governamental.

No mesmo ano fiz minha iniciação científica sobre a orientação da professora Ana Cláudia Bortolozzi, intitulada “*Bissexualidade: Uma revisão da literatura na perspectiva analítico comportamental*”, quando ainda ficou mais claro para mim a importância de trazermos a não monogamia para a discussão, já que ambos os assuntos estão profundamente conectados. Ao propor um mestrado sobre não monogamia, a professora Ana Cláudia não faz nenhuma objeção, mesmo perante a falta de material e a incipiência do tema.

Esta pesquisa faz parte, portanto, de uma luta política: tirar essas

populações da invisibilidade, caminhar em direção a relações saudáveis e de fato produzir conhecimento inexistente até o momento. Para isso, o referencial teórico apresentado passa por uma análise histórica, filosófica e antropológica da construção da monogamia e sua imposição até os dias atuais, assim como a ligação da não monogamia com diversas lutas, como a luta LGBTQIAPN¹, a luta anarquista, a luta feminista, a luta antirracista e a luta por uma educação sexual que produza autonomia sobre as escolhas afetivas sexuais dos indivíduos. Produzo dados quantitativos e qualitativos, já que não há conhecimento sobre a população não monogâmica brasileira, buscando trazer cada vez mais a discussão sobre como nos relacionamos à tona. Busco também a discussão destes dados a partir da extensa bibliografia lida e estudada, que nem sempre falam explicitamente sobre a não monogamia.

Espero, por meio desta pesquisa, provocar reflexões das mais diversas, caminhando para um momento histórico diferente, no qual haja respeito e pensamento crítico sobre as formas plurais de nos relacionarmos.

¹ LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Panssexuais, Não-binários e qualquer outro grupo de minoria sexual ou de gênero.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha queridíssima orientadora Prof^a Assoc. Ana Cláudia Bortolozzi, por ter não só “topado” uma pesquisa sobre um assunto incomum como me apoiado e me reafirmado durante todo esse processo. À UNESP de Bauru e ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem por ter me fornecido o conhecimento necessário para o desenvolvimento da pesquisa, assim como o ambiente físico que foi importante para a manutenção da minha saúde psicológica.

Ao GEPESEC (Grupo de Pesquisa e Estudos em Sexualidade, Educação e Cultura) por contribuir tanto nos meus estudos, me fazer pensar e desconstruir hegemonias sempre e em especial à Leilane Carvalho por ter acreditado em mim e me apoiado desde o começo, uma rede de apoio imprescindível para chegarmos até o final de todo o processo do mestrado.

À minha mãe, Silvia Bragagnolo, que nunca deixou de frequentar qualquer evento no qual eu estava envolvida, sejam apresentações de danças, ou longas aulas e palestras de congressos. O apoio fornecido foi incondicional, e nunca houve dúvida da parte dela sobre minha habilidade e competência. À minha família, meu irmão Lucas, minha madrinha Valéria, minha prima Luísa (que também foi assídua em meus eventos), Beatriz, meu pai e madrasta, meus primos e minhas primas, minha avó e minha Nonna, em especial, à todas as mulheres da minha família que, lutando suas próprias batalhas, contribuíram para que eu pudesse, a partir de suas histórias, entender o meu propósito e facilitar às mulheres que ainda virão.

À todos os meus relacionamentos, amorosos ou não, que forneceram o material para que eu me tornasse quem sou e fizesse o que eu faço.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apontamentos Teóricos Sobre A Temática

Os relacionamentos não monogâmicos (RNM) têm inúmeras intersecções e inúmeros tabus. Neste estudo, busca-se explicitar não só os RNM, mas sim suas intersecções, majoritariamente as políticas. Ao fazê-lo, estende-se um convite à comunidade acadêmica, não só que se aprofunde nesse assunto, mas para que o tome como área de estudo.

A forma como nos relacionamos com outras pessoas é de extrema importância para a antropologia, para a psicologia, para as ciências sociais, dentre outras áreas. A compreensão sobre relacionamentos não é um consenso dentro das áreas que os engloba. Toma-se, para o presente estudo, que relacionar-se é um comportamento aprendido por modelo, isso é, vemos outras pessoas se relacionando, (seja em nossas vidas pessoais, como o relacionamento de nossos pais, tios e tias, avós, ou na publicidade e na mídia - há de se argumentar que estes estão bem mais presentes no nosso cotidiano), e repetimos o que vimos. Assim, não só nossos pais, mas o tipo de cultura sendo produzida em um dado momento histórico afeta diretamente o que consideramos adequado e não adequado. Esses ensinamentos são tidos como educação sexual informal (sem intencionalidade, planejamento, e fora de um local próprio).

A educação sexual adequada deve trabalhar uma visão positiva sobre sexualidade por meio de um espaço de reflexão e questionamento que aponte tanto os mecanismos de repressão sexual, quanto a condição histórico-social de nossos corpos e sexualidades (MAIA; RIBEIRO, 2011), o que, se tratando de modelos, não tem como acontecer.

Por meio do tempo, pesquisadores têm visto e estudado diversas formas de se relacionar em casal, de entender as demandas pessoais, de servir como um novo ambiente para que esses casais se comportem (como na terapia de casal), e definitivamente aprendeu-se muitas coisas. Novas formas de se relacionar romanticamente estão constantemente sendo construídas para responder às mudanças decorrentes de nossa sociedade que está sempre em movimento (ARAÚJO, 2002).

Para além, com o avanço dos estudos de gênero, pudemos delinear com mais precisão o que é relacionamento abusivo e seus fatores ambientais (PEREIRA; CAMARGO; AYOAMA, 2018) e o que é um relacionamento saudável (BOLZE;

SCHMIDT; CREPALDI; VIEIRA, 2013) nos aproximando do segundo como nunca antes na história, possibilitando intervenções para proteger e minimizar danos às garotas e mulheres. Lutas feministas afetam e transpassam o tópico com solidez, com o surgimento dos métodos anticoncepcionais, com a luta pela descriminalização do aborto, com os direitos sexuais e reprodutivos, com o conceito disseminado de consentimento, e muitas outras pautas extremamente necessárias e diretamente ligadas às relações românticas (SAYRE; LOWE, 1996; NEVES, 2007).

As demandas da população LGBTQIAPN+ também influenciaram diretamente o assunto. Não mais trabalha-se apenas com casais heterossexuais, formado por duas pessoas heterossexuais. As demandas mudaram, como é fácil de ver, e a luta LGBTQIAPN+ trouxe novas questões para o debate (NASCIMENTO; COMIN; FONTAINE; SANTOS, 2015). É necessário também que se faça um recorte de raça, já que diversas populações indígenas têm seu primeiro contato com a monogamia através da catequização e exploração dos jesuítas (NUÑES, 2021).

Para que seja possível fazer uma análise bem contextualizada, é necessário que seja falado sobre a história dos relacionamentos como os conhecemos hoje, de modo a entendermos o contexto no qual a monogamia foi colocada enquanto prática (quase que) universal. O amor romântico e o casamento nem sempre fizeram parte dessa história, adicionando diversas demandas depois de serem incluídos como parte dos relacionamentos amorosos. É importante ressaltar que cada historiador escreve a história do amor de forma distinta (KIPNIS, 2003).

A importância do assunto e suas intersecções com diversas partes da vida cotidiana é explícita. O modo com o qual nos relacionamos é relevante não só para a compreensão e análise dos indivíduos, mas como forma de desenvolver novas possibilidades de relacionamentos que não causem mal a nenhum dos envolvidos, ou que pelo menos, esse mal seja o menor possível. Esse assunto não é de forma nenhuma a-político, já que se trata de relações entre opressores e oprimidos.

A história da monogamia

A origem da monogamia ainda é um tema pouco compreendido. Os seres humanos não são naturalmente ou biologicamente monogâmicos, conforme apontado por Barash e Lipton (2002) e Knoblauch (2018). Knoblauch (2018) defende a ideia de que a monogamia é influenciada por fatores sociais, sociológicos e culturais que são aprendidos, enquanto Barash e Lipton (2002) destacam que ela é

uma forma rara e desafiadora de se relacionar.

A monogamia enfrenta ameaças devido ao fato de contrariar a natureza, conforme argumentam Barash e Lipton (2002). De acordo com os autores, a monogamia é pouco comum na natureza, já que a maioria dos mamíferos não são monogâmicos. Eles identificam dois "tipos" de monogamia: a social e a sexual. A monogamia social consiste em viver com um único parceiro, sendo mais comum em aves e raramente encontrada em mamíferos, exceto no caso dos seres humanos (BARASH; LIPTON, 2002). Já a monogamia sexual, menos frequente, envolve manter relações sexuais exclusivamente com um único parceiro.

O livro de Jethá e Ryan, de 2011, *Sex at Dawn: How We Mate, Why We Stray, and What It Means for Modern Relationships*, (Sexo ao Entardecer: Como acasalamos, por que nos desviamos e o que isso significa para relacionamentos modernos, tradução livre) também aponta que, na natureza, a monogamia não é regra e, considerando a monogamia sexual, é basicamente inexistente. A autora e o autor, além de tratar os aspectos biológicos da prática, também chamam a psicologia evolucionista, a antropologia e a filosofia para o debate, colocando em evidência uma teia refinada de articulações manipulativas que nos levam a crer na monogamia cegamente.

A princípio, a argumentação parte de uma escolha que se deu em algum momento na ciência: a de que somos mais próximos dos chimpanzés, (criaturas agressivas e violentas) do que dos bonobos (um primata que tende a resolver conflitos através de interações sexuais). Ambos os primatas possuem a mesma proximidade de DNA conosco: 99%. Observe que nenhum dos dois primatas são monogâmicos, mas os autores aproximam nosso comportamento sexual com o dos bonobos, apontando uma característica rara na natureza que não é apresentada em chimpanzés, mas sim em bonobos, e na humanidade: a ovulação escondida e a disponibilidade de fazer sexo durante todo o ciclo reprodutivo e em qualquer parte dele.

Isso importa quando transpomos essa discussão para a filosofia, pensando no indivíduo Hobbesiano (agressivo, incapaz de cooperar com seus iguais, ambicioso e muito similar ao comportamento que observamos em chimpanzés) e no indivíduo Rousseauiano (cooperativista, com acordos comunitários, naturalmente pacíficos e bastante similar ao comportamento observado em bonobos). A ideologia que prosperou é uma mistura de ambos os autores (adiante vê-se a contribuição de

Rousseau para a construção do amor romântico), mas a forma como enxergamos o homem e sua (muito argumentável) propensão a monogamia, assim como grandes questões econômicas foram baseadas na visão de Hobbes de um indivíduo altamente ambicioso e pouco propenso a colaborar com seus iguais (JETHÁ; RYAN, 2011).

Continua-se a argumentação apontando os mais diversos esquemas de relacionamentos que observamos na história, como diversas comunidades originárias brasileiras que não praticavam (e algumas ainda não praticam) a monogamia enquanto regra. Dentro dessa concepção, faz-se mister entender o papel da parentalidade nas culturas. Muitas das culturas apresentadas enxergam a formação da criança enquanto um papel colaborativo da comunidade, não sendo a certeza de quem é o pai (muitas incluindo mães) minimamente importante.

Entre os exemplos citados, destaca-se comunidades nativas da Amazônia na qual havia a crença de que o bebê era construído através do acúmulo de sêmen, sendo incentivado que as mulheres buscassem diversos homens para se relacionarem durante a gravidez com o intuito de que o bebê nascesse forte e cheio de habilidades. Dessa forma, homens rápidos, fortes, bons caçadores, inteligentes, bons comunicadores, etc, eram valorizados pela possibilidade de passar a boa característica à criança. É importante notar como a repressão sexual feminina ficaria minimizada dentro desse contexto, assim como a ausência de observações de violência doméstica, ou até do sentimento que chamamos de ciúmes.

O povo Kulina (do original) da região amazonense tem um ritual que consiste em oferecer sexo aos caçadores da comunidade indígena. Neste, após a caça, os caçadores constantemente a dividem entre eles para garantir que todos terão acesso ao sexo oferecido por uma ou mais mulheres do grupo. Nesse ritual percebemos um “senso de camaradagem”, no qual existe a preocupação com o bem do grupo e que oferece diversas contradições ao modelo Hobbesiano.

Na Oceania, o povo Marind-anim (do original) possuía um ritual de “casamento”, (aqui se faz importante a ressalva da interpretação múltipla para o termo casamento - a ser tratado adiante), no qual a comemoração do acontecimento envolvia uma grande orgia, onde os amigos do “esposo” se relacionavam sexualmente com a noiva com diversas testemunhas presentes.

Outra comunidade importante de citar é a asiática Mosuo (do original) que hoje fica dentro do território chinês, na qual relacionamentos são considerados

efêmeros e a autonomia das pessoas adultas faz parte de um valor central. Nessa comunidade, considerada matrilinear, (ou seja, a propriedade é passada de mãe para filha), meninas perto de seus 13 anos ganham direito a um quarto que possui uma porta que leva para o interior da casa e outra que leva para o exterior. Dessa forma, seus amantes podem ir e vir conforme querem, sendo importante que eles partam antes do amanhecer. As crianças dessas mulheres são cuidadas também pela comunidade enquanto um todo, mas mais especificamente pelos irmãos da mãe da criança, auxiliados pela mãe biológica, e pelos avós, tios, primos e família mais próxima que poderia morar junto nas casas. Esta comunidade é extremamente pacífica, sendo visitantes bem vindos, e nota-se a falta de palavras para estupro, adultério, e casamento. A palavra que eles usam para relações afetivo-sexuais é *açia*, uma palavra que apresenta a efemeridade e descontinuidade das relações. Ciúmes expressado abertamente é visto como agressivo e considerado uma intrusão na autonomia sagrada de uma pessoa e, portanto, é ridicularizado e tido enquanto algo vergonhoso (JETHÁ; RYAN, 2011).

Com o tempo, a China enquanto Estado tentou forçar a monogamia para a comunidade, a princípio com mídia, sendo salientado pelos autores o uso de uma propaganda em que atores performaram a população da comunidade com sífilis em estágio muito grave. Essas propagandas não foram bem sucedidas, então houve uma estratégia bem mais violenta, na qual o suprimento de alimentos da comunidade foi cortado, e algumas mulheres acabaram se casando em troca de alimentação (isto é, obtendo o papel que qualifica alguma relação enquanto casamento, e presumindo a fidelidade dos envolvidos) (JETHÁ; RYAN, 2011).

Podemos observar que apesar de diversos autores ao longo dos anos apresentarem a monogamia enquanto naturalmente humana, isso é, no mínimo, questionável, já que observamos nações não colonizadas vivendo seus afetos de outras formas e observamos que monogamia sexual não é uma realidade dentro da natureza. Ainda é apontado no documentário "A Marcha dos Pinguins", de 2005, no qual mostra-se a luta e a fidelidade de pinguins para manterem seus filhotes vivos, foi selecionada uma parte interessante da vida dos pinguins a ser retratada, já que essa fidelidade que fez com que o documentário fosse sucesso de bilheteria, na verdade costuma durar por volta de 11 meses, até o filhote ser liberado no mar.

Engels (2014), aponta o surgimento da monogamia com a mudança de uma família sindiásmica (um tipo de família matriarcal segundo o qual o vínculo conjugal

dissolve-se facilmente e a infidelidade masculina é tolerada) e entende essa mudança como um sintoma de uma civilização nascente.

Engels (2014) ainda afirma que a monogamia surge junto com a família patriarcal. A partir do surgimento da riqueza por meio da agricultura e domesticação de animais (o que se dava como papéis masculinos), buscou-se a servidão feminina, assim como a monogamia, de forma a garantir a fidelidade feminina para que fosse possível identificar-se herdeiros consanguíneos, que herdariam os bens de seus pais. Segundo o autor, pode-se dizer que a monogamia e a propriedade privada surgem em um mesmo momento histórico.

Nos é interessante pensar na ausência de preocupação com a parentalidade nas sociedades apresentadas anteriormente. Nas tribos amazonenses é, de fato, incongruente pensarmos na existência da propriedade privada (aprofundaremos esse pensamento adiante), mas Jethá e Ryan (2011) apresentam que, na comunidade Mosuo existe a propriedade privada, mas essa é associada às mulheres e não aos homens. A autora e o autor apresentam, inclusive, a possibilidade de que tenha sido o desenvolvimento da agricultura que proporcionou campo para que a monogamia (e a propriedade privada) se desenvolvessem. É argumentado que até a agricultura, o compartilhamento universal imposto culturalmente era a forma mais eficiente de nossa espécie altamente social diminuir os riscos ambientais e garantir a sobrevivência da espécie. Há uma mudança radical a partir da domesticação de animais e o cultivo do solo, levando aos humanos a se organizar a partir de

(...) estruturas políticas hierarquizadas, propriedade privada, assentamentos densamente povoados, uma mudança radical no status da mulher, e outras configurações sociais que juntas representam um enigmático desastre para nossa espécie. (tradução livre, p. 9).

Faz-se mister pensar a relação interseccional das condições apontadas tanto por Engels quanto por Jethá e Ryan. Talvez não seja possível datar de fato um início da monogamia condicionado a um só processo histórico, mas há de se considerar que diversos acontecimentos em conjunto possibilitaram que a monogamia fosse instaurada desta forma tão específica, a partir de questões de classe (propriedade privada), gênero (patriarcado) e raça (colonização e escravidão).

Gonçalves (2021) a partir de leituras de Engels aponta que depois da instauração do Estado como meio de manutenção do controle de posses de terras

pelos grandes latifundiários, a família se tornou mais nuclear, e a monogamia foi utilizada como estratégia para preservar os bens em uma mesma linhagem - de forma patriarcal. O cuidado se torna individualizado, sendo a família uma reprodução do espaço social.

Entende-se que a família se torna um pequeno núcleo a ser controlado pela cultura, no espaço social, facilitando o controle dos corpos e comportamentos, colocando a vigilância pelo “certo” ao lado do/a transgressor/a e, possivelmente, com ligações afetivas à ele/a.

Azevedo (2019) traz que essa realidade estava presente na Roma antiga, onde a regularização do corpo feminino é importante para que o homem consiga manter suas propriedades, se relacionando à garantia de paternidade. Para controlar a ineficácia da monogamia em assegurar a paternidade, postula-se que é necessário a criminalização do adultério feminino e a paternidade por convencimento moral.

Dessa forma, a monogamia é construída de forma bastante seletiva, e continuará seletiva por meio da história: é necessário que as mulheres sejam monogâmicas, que todos os frutos advindos de um ventre sejam de um mesmo homem, tenham a mesma origem. Engels (2014) defende que a monogamia foi criada como uma forma de opressão ao sexo feminino, proclamando “a guerra entre os sexos”, que até então não existiria. Segundo ele:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (p.79).

Robinson (2012), argumenta que a monogamia institucionalizada não serve aos interesses de mulheres e sim coloca a frente os interesses tanto do patriarcado quanto do capitalismo, operando por meio de mecanismos de exclusividade, possessividade e ciúmes, os quais são vistos deturpadamente por meio do romance.

Para Kipnis (2003), o Estado faz do casamento uma instituição com muito valor público por mérito próprio, já que este faz a manutenção da ordem social em pequenos núcleos, facilitando a investida governamental sobre a vida privada. O Estado, então, mostra “gratidão” através de privilégios especiais dedicados aos casados. Desta forma, o adultério não seria apenas a infidelidade perante o/a parceiro/a, mas também infidelidade para com seu país - claro que essa cobrança

afeta diferentemente os gêneros, como veremos adiante. A autora coloca a fidelidade enquanto a mantenedora das relações de propriedade, apontando que o casamento sempre foi e ainda é uma instituição econômica.

Na Roma antiga, o uso da palavra casamento incluiu relações bastante diferentes no decorrer da história, como apontado por Jethá e Ryan (2011). Estes argumentam que é justamente a falta de diferenciação entre o que significa casamento, amor e copular que seguram a narrativa cotidiana sobre a monogamia e sua “naturalidade”. Estes termos estão longe de serem universalmente aplicáveis, já que fazem referência a uma cultura específica.

Podemos tomar como exemplo de casamentos monogâmicos e relações na antiguidade a Roma Antiga. Essa escolha pela Roma não é por acaso: é a partir do cristianismo que ganha espaço na Roma Antiga que vemos a construção da concepção de casamento da sociedade ocidental eurocentrada. Kipnis (2003) apresenta que para os gregos o amor era tido enquanto uma experiência perturbadora e, decorrente disto, preferencialmente breve. O amor não tinha a ver com o casamento e a meta do casamento era um lar bem administrado, o que nada tinha a ver com realização pessoal.

Azevedo (2019) traz que na Roma Antiga a legislação sobre casamento e relações extraconjugais (como adultério e prostituição) era abrangente, de forma a fixar categorias sexuais (como matronas e prostitutas) e fronteiras hierárquicas patriarcais. A “Lei Júlia sobre adultério”, por exemplo, era aplicada para mulheres adúlteras, e tratava-se de um ritual processual que transformava a adúltera em uma prostituta, já que não cabia ao papel de matrona tal ato.

Para colocar em prática a “Lei Júlia sobre adultério”, criou-se uma corte especial e permanente para o julgamento público por júri para esses casos, transformando o assunto de privado para público. Era incentivado que o pai ou marido acusassem as esposas (ou filhas), sendo que, depois de 60 dias, a delação pública poderia ser feita. Caso o marido ficasse com a esposa depois do adultério, ou se fosse provado que este estava obtendo ganhos, ele era acusado por um crime (*lenocium*). A lei limitou o poder de pais e maridos de assassinar mulheres ao resolver a questão no privado, dizendo que somente o pai poderia matar a filha adúltera (AZEVEDO, 2019). Podemos observar nessa retratação o controle eficaz de comportamentos através da construção e manutenção da família nuclear: uma pequena reprodução de valores estatais muito importante para o controle de corpos

em âmbito privado.

A mulher, ao ser condenada, não poderia manter sua família e era igualada à uma prostituta, a qual não era permitido fazer acusações, se candidatar para magistraturas e atuar enquanto testemunha perante a corte. Além disso, seus corpos poderiam ser violados com impunidade (AZEVEDO, 2019).

O autor acrescenta que essa dicotomia entre matronas e prostitutas se apresenta em diversos contextos patriarcais, já que é essencial para uma dinâmica de dominação masculina ao colocar o homem e o sexo como o que regula o acesso das mulheres aos meios de sobrevivência.

Essa dicotomia é observada no cristianismo, com as duas mais importantes mulheres bíblicas: Eva e Virgem Maria. Observamos com facilidade a imagem de Eva enquanto transgressora, culpada, e de Virgem Maria enquanto perfeita e incólume, nunca suja e nunca sexual.

Ao tratarmos do casamento, a princípio ele não consagrava um relacionamento amoroso e sim um contrato estabelecido entre homens usado para promover alianças, no qual a mulher era o objeto de troca (ARAÚJO, 2002). Era advindo de negociações familiares, uma escolha que pouco tinha a ver com os noivos e nada tinha a ver com amor (COSTA; BELMINO, 2017). É a partir da expansão do cristianismo que vemos a sacralização do casamento, associado com amor ao outro e a Deus e com muitas regras a serem seguidas.

Araújo (2002) aponta que até o século V não havia interferência do clero nas uniões, se tratando de um ato privado entre nobres que garantia a transmissão de herança e títulos, além da formação de alianças políticas. A fecundidade era indispensável, assim como a fidelidade feminina, sendo que o adultério significaria abandono e/ou morte da transgressora.

A queda do império romano e a expansão do cristianismo abrem espaço para que a Igreja estenda seu poder sobre o casamento, enquanto tentava submeter reis e cavaleiros também ao seu domínio. Por volta do século VI, a bênção do casal na porta de seu quarto era feita por um padre, mas somente séculos mais tarde a Igreja vai instituir o casamento como o único espaço possível para exercer a sexualidade com o único fim de procriação. A Igreja utilizou-se do casamento para frear os libertinos, pregando a virgindade, castidade e continência, e apresentando a renúncia aos prazeres da carne como indispensável para ser sentenciado aos céus (ARAÚJO, 2002).

Segundo Araújo (2002), foi apenas no século XII que a sacralização do casamento aconteceu e no século XIII a moral cristã foi normatizada, tornando o casamento oficialmente monogâmico e indissolúvel. Somente então é que o casamento passa a ser realizado em Igrejas e sua cerimônia é conduzida por um padre. Dentro desse padrão, existiam regras dentro de alguns eixos principais: a) o sexo como algo obrigatório dentro do casamento, pois senão ele perderia o sentido; b) condenação da paixão/amor/prazer dentro do sexo; c) classificação dos atos permitidos ou proibidos, tendo em vista a função procriadora do sexo.

A classificação dos atos proibidos envolve sexo em pé ou com a mulher por cima (já que o sêmen poderia ser desperdiçado), sexo oral ou anal (o que criminaliza e marginaliza a população homossexual e/ou bissexual) e sexo por prazer, sem intuito procriacional.

O adultério foi colocado como contra a lei e tido enquanto pecado. Dessa forma, haveria um controle mínimo na manutenção de um acordo de casamento. Porém, a leitura de gêneros sempre foi diferente. Um caso de adultério feminino envolvia apenas um encontro extraconjugal, enquanto que para homens, só se consideraria adultério caso mantivesse um relacionamento com outra pessoa, não contando qualquer encontro extraconjugal eventual (OLIVEIRA; LOPES, 2017). Apesar da tentativa de que a monogamia fosse agora uma regra para os dois gêneros admitidos na época (na sociedade ocidental eurocêntrica), as regras não eram tão rígidas para os homens. A pena por adultério, por exemplo, pode ser pena de morte, inclusive por apedrejamento em alguns países muçulmanos, como no Irã. Nesse país, mulheres são mais condenadas à pena de morte por adultério do que homens.

Traçando um paralelo com a contemporaneidade, esse tipo de leitura ainda perdura, e com o surgimento das redes sociais, o julgamento diferencial entre gêneros se escancara (OLIVEIRA; LOPES, 2017). Dessa forma, pode-se dizer que a monogamia é exigida, assim como a virgindade antes do casamento, apenas das mulheres. Apesar de, graças a lutas feministas, a diferença de julgamento ter se abrandado, ela ainda é claramente presente.

Um exemplo é o caso de Sakineh Ashtiani. Em 2006, uma mulher viúva que manteve relações com dois homens após a morte de seu marido foi condenada por adultério. Sakineh foi condenada a 99 chibatadas mas devido uma outra investigação a respeito da morte de seu marido, o caso de adultério foi

reconsiderado em 2010 e Sakineh foi condenada à morte por apedrejamento. O caso gerou comoção a partir da divulgação de seu filho na internet, trazendo diversos países à discussão. O presidente do Brasil da época, Lula, chegou a negociar com o líder do Irã para pedir que a mulher fosse exilada no Brasil, mas as negociações foram infrutíferas. Não se sabe qual foi o fim do caso. A morte por apedrejamento foi suspensa e causou mudanças nas leis iranianas e pressão em favor dos direitos humanos no país. Sabe-se que, 3 anos depois do caso, Sakineh continuava presa, mas as notícias sobre ela sumiram dos noticiários do mundo e não se sabe se ela estaria viva atualmente.

Apesar da Lei do Divórcio ser de 1977, é só em 2005 que o adultério para de ser considerado crime no Brasil, a partir da aprovação da lei número 11.106 (PILÃO, 2021). Além disso, Azevedo (2019) apresenta que no Brasil, o adultério ainda se mostra como argumento útil nos pedidos de redução de pena para homens e mulheres, mas nota que o estigma da infidelidade pesa mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Por exemplo, o pedido de atenuação de pena por homicídio é frequentemente aprovado quando se alega que o homem (réu) trabalhava e cumpria com a função de provedor, entendendo que, se ele matou a esposa infiel, ela não estava cumprindo seu dever, que é “exclusivamente” a fidelidade. Da mesma forma, nota-se que quando a mulher está em posição de réu, caso comprovado que ela foi infiel, existem maiores chances de seu pedido por atenuação de pena ser recusado (CORRÊA in AZEVEDO, 2019).

A própria Lei do Divórcio de 1977 pontua a fidelidade enquanto algo essencial à sociedade conjugal, e o artigo 5 da lei traz que “A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e tornem insuportável a vida em comum.” (BRASIL, 1977).

É importante apontar que questões relacionadas a gênero também são perpassadas por outras opressões estruturais, como o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, o elitismo e classicismo, etc. É imprescindível que se pense na interseccionalidade de opressões quando estamos falando de relacionamentos. Assim como os casos se desenvolvem diferentemente em cada país, sabe-se por exemplo, que a violência letal atinge de forma diferente as mulheres a depender de sua raça, uma vez que mais de 65% das vítimas de violência doméstica no Brasil são mulheres negras (BUENO et. al., 2023).

Kipnis (2003) traz atenção para como a mídia retrata histórias de violência conjugal, escolhendo algumas situações específicas de violência em detrimento de outras. Observa-se que essas situações costumam ter um aspecto inexplicável de brincadeira, de piada, a não ser, é claro, quando envolve nossos conhecidos. Existe uma fascinação pela violência íntima, seja ela letal ou não. A autora argumenta que o casamento poderia ser classificado como atividade de alto risco, já que leva seus membros a comportamentos antissociais intensos.

A construção do amor romântico

Retornando à história do casamento, como este excluía a possibilidade de amor e paixão, estes fenômenos proliferam em relações ilícitas. Existia a possibilidade de um amor cavalheiresco, o qual era ligado a um adultério, ou a alguma proeza que acabava no casamento, e o amor cortês, um amor platônico que não resultava na união dos envolvidos. O amor cortês exaltava a mulher enquanto o cavalheiresco a colocava enquanto passiva, e a Igreja repudiava ambos por serem ameaçadores ao amor conjugal (ARAÚJO, 2002).

Araújo aponta que possivelmente o amor romântico surge a partir do amor cortês, que inicialmente opunha-se ao estado legal do casamento. O casamento por amor era relegado aos pobres, já que a escolha de se casar era pouco influenciada por motivos econômicos.

A instituição do casamento passa por mudanças significativas no decorrer da história. No século XVII, Malthus, um clérigo inglês, expressa preocupação com o casamento ao considerar a desigualdade da relação entre o crescimento econômico e o crescimento populacional. Propõe, portanto, um casamento no qual se privilegia o desejo de ascensão social, a ética acumulativa e o individualismo possessivo, valores estes bastante alinhados com a ideologia burguesa. Nesta visão, a procriação deixa de ser o objetivo central do casamento, colocando enquanto aspectos centrais os propósitos econômicos e psicológicos do casal. Neste momento, a ideologia do amor romântico entra no espectro do casamento para justificar a ausência de prole: como o casal se casa agora por escolha mútua, o mais importante é a relação em si. Assim, a irracionalidade da paixão e do amor romântico deixam de ser uma ameaça ao capitalismo e passam a ser domesticados dentro do casamento (ARAÚJO, 2002). A partir desta mudança, o patriotismo e a crença em Deus não são mais os que guiam as atitudes, mas sim o amor que, aos

poucos, se torna o norteador das aspirações dos indivíduos (Starobinski, 1991, *in* TOLEDO, 2013). Nessa perspectiva, o mundo moderno começa a apresentar a importância pela busca da felicidade, que depende muito de um parceiro romântico.

Já no século XVIII, Rousseau apresenta uma visão que influencia a consolidação da visão romântica do amor. O autor diz que o exercício da sexualidade não deveria visar apenas a própria felicidade, mas sim propiciar a felicidade alheia na vida social, associando o amor à atitudes altruístas, pelo bem maior. O amor rousseauiano deve ser pleno, completo e um veículo de felicidade, sendo um instrumento para a realização pessoal e para a boa convivência em sociedade. O modelo também traz a ideia de complementaridade (p. ex. metades da laranja, almas gêmeas) de forma que o anseio pela unidade absoluta alimenta o ideal de encontrar o amor perfeito. Com o sentimentalismo difundido por Rousseau aliado aos autores românticos, o investimento financeiro se torna um investimento afetivo, e a família se torna um refúgio do mundo. (TOLEDO, 2013).

Percebe-se também a institucionalização de uma certa repulsa sexual a partir do século XVIII. Essa repulsa é direcionada ao “fazer sexo com a pessoa errada”, e foi ensinada e socialmente instituída pelo Estado aliado à Igreja. Dessa forma, estabelece-se mais uma ferramenta de gestão social que coloca a monogamia cada vez mais como um sistema auto-imposto (KIPNIS, 2003).

É relevante apontar que a racionalidade econômica que sempre esteve presente no casamento ainda continua a controlar as escolhas das pessoas por seus/suas parceiros/as, sendo a diferença que agora o próprio indivíduo é responsável por fazer boas escolhas de cônjuge ao invés de seus pais. As normas sociais que regulam a instituição são tão meticulosas e precisas quanto eram previamente. (KIPNIS, 2003).

O casamento, portanto, começa a relacionar-se com amor com o surgimento do período que denominamos romantismo. A partir de casais famosos na ficção, como Romeu e Julieta, o casamento se torna apenas o resultado do amor (LESSA, 2012). E, como nessa e em muitas outras histórias, vemos que o amor é avassalador, tira indivíduos do modo racional, fazendo com que eles se sintam dispostos a brigas e sacrifícios gigantescos apenas para ficar com a pessoa amada. Toledo (2013) aponta que “Romeu e Julieta”, apesar de ser escrito previamente ao romantismo, encontra nesse cenário ambiente fértil para se tornar o ideal de amor a ser desejado no mundo ocidental.

Esse novo ideal de casamento trouxe consequências importantes: agora, existem diversas expectativas frente ao casamento e a felicidade atrelada ao matrimônio, as quais acentuaram diversas idealizações e, quando estas não são cumpridas, a desilusão amorosa e os conflitos que a acompanham (ARAÚJO, 2002).

Dessa forma, o casamento por amor vai, aos poucos, ascendendo na escala social até se tornar uma regra. A partir do século XVIII, o amor se torna o ideal de casamento, mas coloca à prova a duração do mesmo. Ao contrário do amor conjugal que poderia aumentar com o tempo, o amor-paixão tende a esvaír-se com o tempo, abrindo a possibilidade do divórcio (ARAÚJO, 2002).

Críticas ao casamento também são desenvolvidas. Segundo o acadêmico do século XX, Wilhelm Reich (apud. KIPNIS, 2003), o único objetivo do casamento compulsório é produzir as personalidades submissas exigidas pela sociedade de massa. O psicanalista acreditava que a repressão da curiosidade sexual resultaria em uma atrofia intelectual geral, o que impossibilitaria a capacidade dos indivíduos de se rebelarem.

Kipnis aponta que o matrimônio (forma de amor regulada pelo Estado) esteve e está sujeito a tanta regulação quanto qualquer substância que induz o prazer, com intermináveis instruções sociais sobre seu uso. A autora aponta que o modelo advindo do cristianismo de casamento está profundamente inserido na teoria política americana, de forma que é indissociável do Estado. O modelo cristão de casamento está tão profundamente inserido na teoria política americana e na condição de Estado que eles são efetivamente interdependentes. A autora aponta isto dentro da realidade estadunidense, mas é fácil entender como esse contexto é bastante similar ao brasileiro.

Vemos que o amor já transitou bastante durante a história: foi da idealização trovadoresca da Idade Média, para uma vigilância moral no Renascimento, para ridicularização frente à razão iluminista, e volta a ser idealizado enquanto amor romântico no século XIX (CARVALHO, 2021).

O Romantismo foi uma das principais influências para que o amor romântico fosse associado com grandes sacrifícios e criador de felicidade plena, mas esse ideal de amor romântico é incompatível com diversas características da vida contemporânea (TOLEDO, 2013). Desde o período Romântico, existe uma valorização de relações monogâmicas e eternas. Estas relações são relacionadas com valores pautados em aumento de riquezas, preservação e ampliação de

patrimônios, poder e organização social (COSTA; BELMINO, 2017).

O amor romântico reforça os estereótipos de gênero, fragilizando a mulher e reforçando o papel do patriarca. Este, é baseado na família nuclear burguesa, portanto, é heteronormativo, só sendo válido perante casais heterossexuais (CARVALHO, 2021). Hoje, esses preceitos antiquados ainda são repassados como modelo de relacionamento por meio das mídias. Segundo Costa e Belmino (2017)

As narrativas que fazem parte do nosso cotidiano, seja nos livros, cinema, televisão, entre outros, vendem a ideia de um relacionamento monogâmico como a única forma de alcançar o famoso “e viveram felizes para sempre...” dos contos de fadas infantis. A monogamia passa, então, a ser uma necessidade social na demanda por aceitação frente o olhar dos outros, manifestando a intenção de que as relações se mantenham estáticas ao longo da vida (p. 78).

O modelo de relacionamento ideal perdura e se entrelaça com os papéis de gênero. Esse modelo é apresentado a nós todos os dias, em filmes, séries, novelas, livros, músicas, e qualquer tipo de mídia e publicidade. Esses modelos de formas de se relacionar mergulhados no romantismo começam a nos ser mostrados quando somos ainda crianças e claramente são diferenciais entre homens e mulheres. A criação das princesas como conteúdo para o gênero feminino escancara que os modelos aos quais estamos sendo expostos não são exatamente os mesmos.

Gonçalves (2021) aponta que a monogamia se articula ao fenômeno hollywoodiano e mercadológico do amor romântico, mediando a relação entre as pessoas criando expectativas altas frente às relações e, dessa forma, controlando o comportamento romântico dos indivíduos, demarcando a fidelidade e exclusividade enquanto prova de amor e da validade do vínculo. O autor apresenta alguns dos valores monogâmicos que foram passados por meio da mídia como a ideia de complementaridade, a centralidade afetiva do cônjuge, (o que pode levar à dependência emocional), o indivíduo amado como alguém que pode atender nossas mais variadas necessidades, o esvaziamento da busca pela autonomia, do peso da solidão, a conjugalidade enquanto meta individual, etc.

Araújo (2002) aponta que o ideal de amor romântico acabou conduzindo mulheres à uma sujeição doméstica, na qual são colocadas em “seu lugar”, (o lar), reforçando o machismo impregnado na sociedade. A ideia de amor romântico começa a se fragmentar frente à emancipação sexual e autonomia femininas. No Brasil, o casamento tradicional no qual impera a dominância masculina vem dando

lugar à uma nova forma de casamento no qual reivindica-se a igualdade de gênero.

É somente depois da “Revolução Sexual” dos anos 60 e 70 que, a partir da luta por liberdade sexual começa-se a questionar os modelos de sexualidade vigentes, e há um enfraquecimento das instituições relacionadas ao controle sexual de mulheres. Passa-se a questionar a indissolubilidade do casamento, o movimento feminista ganha um certo espaço, o desenvolvimento dos anticoncepcionais vai, aos poucos, desvinculando o desejo sexual do amoroso e, as relações homoafetivas ganham algum espaço (CARVALHO, 2021).

Essa revolução, que viabiliza a emancipação feminina, contribui para que a família deixe de ser o espaço para a expressão amorosa e o interesse de uma sociedade igualitária deixa de ser ligado às vivências afetivas-sexuais. A ordem social apoiada no consumismo e na individualização sobrepõe a empatia com o outro, que se torna um objeto de consumo. Neste cenário, a realização amorosa é desejável ao prometer uma felicidade duradoura em um mundo onde nada dura (TOLEDO, 2013). O amor romântico ainda é desejado, podendo, agora, ser vivido de forma provisória (LINS, 2012).

Podemos ver melhora em direção a igualdade de gênero com o decorrer do tempo. Bortolozzi et al. (2020), mostram a partir de uma análise dos filmes de princesas da Disney que os papéis de gênero, beleza e de relacionamento foram atenuados com o passar dos anos, se tornando menos rígidos e mais empoderadores de modo geral. Isso advém das lutas feministas, que atualmente se tornaram rentáveis nos campos midiáticos.

A atenuação dos modelos de feminilidade e o empoderamento feminino afetaram diretamente os ideais românticos das mulheres. Algumas coisas passam a ser vistas como inaceitáveis e indesejáveis, quando em décadas passadas eram lidas como natural. Ainda assim, o Brasil é o quinto país quando se trata de violência contra a mulher. A questão da violência piora após o confinamento domiciliar imposto pela circulação do Coronavírus² em 2020 (MARQUES et al., 2020).

² Coronavírus, também conhecido como COVID-19 é um vírus altamente contagioso que causou uma pandemia global a partir do fim de 2019. Agora, em 2022, a mortalidade do vírus foi diminuída por meio da vacinação em massa da população.

³ A violência simbólica é uma forma de dominação que se ampara em mecanismos simbólicos de violência de forma que as pessoas na situação de violência não a compreendam como tal, e é realizada através de símbolos e signos culturais. A violência moral é qualquer atitude que afeta direta ou indiretamente a dignidade ou moral da vítima; qualquer atitude discriminatória. A violência sexual trata-se de qualquer atitude de cunho sexual não consentida ou forçada (por meio de força física, coerção, sedução ou intimidação psicológica).

A pandemia do Coronavírus nos convida a refletir sobre os efeitos nocivos da forma de se relacionar imposta socialmente (GONÇALVES, 2021). A partir do aumento da violência doméstica perante o confinamento domiciliar podemos refletir que as mulheres não estão seguras com seus cônjuges, e talvez isso possa estar relacionado com a forma que a monogamia se atrela à propriedade privada, disseminando uma noção de posse quase que inerente aos relacionamentos românticos.

Existem outros tipos de violências que costumavam ser naturalizadas, como a violência simbólica, moral, sexual, entre outras³ (FERNANDES; NATIVIDADE, 2020). Pouco a pouco, com o trabalho da luta feminista, essas violências têm entrado em evidência e empoderado muitas mulheres para um padrão de relacionamento mais saudável.

Ainda assim, o caminho é lento e contínuo. Os modelos são menos machistas, mas ainda passam mensagens como de que mulheres só são verdadeiramente felizes quando estão com algum parceiro/a, ou que só descobrem a felicidade ao serem mães.

Há feministas que apontam que independentemente do quão saudável seu relacionamento é, ou de que tipo ele é, se houver um casal hétero presente ele não poderá ser totalmente saudável. O argumento se faz a partir do fato de que, além de ser extremamente difícil se descolar de todos os modelos que nos foram apresentados até agora, a sociedade continuará lendo esse relacionamento como um relacionamento heterossexual. Isso significa que as expectativas serão diferentes para o gênero feminino, e as represálias terão mais intensidade. Dessa forma, se a mulher do relacionamento trair, por exemplo, os julgamentos e as expectativas sobre ela serão diferentes do que na situação contrária. De fato, nem mesmo os RNM que possuem alguma variável de gênero estão livres desta questão. O problema é que ela só será resolvida a partir da construção de uma sociedade totalmente igualitária entre homens e mulheres. Costa (1998) afirma que

Amor é uma crença emocional e como toda crença emocional, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada e abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo. (p. 12).

Com os relacionamentos não monogâmicos, poucas coisas são diferentes.

Estes, são comuns nas sociedades indígenas, pré-colonização (ENGELS, 2014). Foram tomados como um sinal de barbárie, e talvez por isso, os estudamos pouco, e com distância. Porém, é necessário apontar que essa forma de se relacionar, apesar de ter sido marginalizada, nunca foi extinta, e aparece durante a história atrelada a lutas “de esquerda”, como o comunismo, o anarquismo e o feminismo.

Ao deixarmos o assunto tão invisibilizado, e depois de tantos anos sendo, aprendendo, e vendo a família monogâmica, tornou-se senso comum que o amor e a monogamia são intrínsecos um ao outro, de forma que o amor entre os indivíduos deve passar por uma sacração social, como o casamento, mas também diversas outras pequenas regras sociais, e que as crianças precisam de uma “mãe” e de um “pai” tais como os que hoje conhecemos. (LESSA, 2012). De pouco em pouco, com a luta da comunidade LGBTQIAPN+, questiona-se a formação familiar, atestando a legitimidade de famílias com mães solo, duas mães, dois pais, cuidadores diferentes, etc, mas o resto do apontamento ainda se dá legítimo. A instituição do casamento é estabelecida de tal forma que a própria comunidade LGBTQIAPN+ se “submete” a ela, de forma a pedi-la como direito.

Pilão (2015) apresenta alguns dados de seus estudos nas redes sociais sobre a não monogamia que indicam que a vivência não monogâmica no Brasil tem algumas diferenças consideráveis da não monogamia vivida nos Estados Unidos e na Europa. O autor aponta que os valores de liberdade e espontaneidade são maiores no nosso país, enquanto no exterior observa-se valores mais incidentes de compromisso, responsabilidade e negociação. Além dessa pesquisa apontar que o amor e as formas relacionais são dependentes de contexto histórico e social (CARVALHO, 2021), também podemos pensar que o caminho Ocidental europeu e estadunidense pode ter influenciado o Brasil de uma forma específica, trazendo a importância de pesquisar sobre a transição monogâmica em nosso país, a partir da colonização.

A história da família, do casamento e do amor no Brasil começa a ser documentada a partir do processo de colonização do século XVI. Nesse momento, a sociedade ocidental já tinha organizado as afetividades de uma certa forma e, com o declínio do cristianismo na Europa, é de extrema importância que nosso país seja colonizado de forma cristã e de acordo com seus preceitos (SIQUEIRA, 2008).

Diniz e Coelho (2009) nos apresentam pontos importantes para compreendermos a história da família brasileira, argumentando que é impossível

pensarmos em apenas uma história desta família, já que essa é profundamente transpassada por questões de raça, classe, ou até mesmo ao estilo de colonização utilizado em cada pedaço do país.

Os modelos familiares no Brasil colonial tinham raízes no patriarcalismo, sendo que o poder do “senhor” era inquestionável e todo o grupo familiar e social era submisso a ele, sendo castigos físicos utilizados com frequência - e com maior violência quando aplicados em escravos ou índios. Quanto a famílias de origem africana, também bastante diversas, a escravidão e violência associada causaram a perda de muitos vínculos e crises de identidade irreversíveis. Os portugueses, no processo de colonização, subjulgaram indígenas e negros, destruindo suas formas de organização familiar. A escravidão apaga os costumes familiares africanos e indígenas e obriga o povo escravizado a reinventar a família, deixando diversas cicatrizes depois do fim da escravidão. A mulher escrava, no Brasil, raramente se casa, mas mantém compromissos tanto temporários quanto duradouros (DINIZ; COELHO, 2009).

A organização familiar dos povos originários foi completamente apagada por meio da colonização. Os índios não se relacionavam de forma monogâmica antes da colonização, sendo que a implementação da mesma foi fundamental para a implementação do modelo colonial, considerando que o casamento monogâmico é um sacramento católico e a não-monogamia impedia a conversão e o batismo das pessoas adultas. A imposição do cristianismo (e da monogamia) era acompanhada necessariamente da negação da espiritualidade e dos laços afetivos indígenas (NUÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021).

O cristianismo, a partir da intervenção da Igreja no casamento, está completamente ligado a monogamia, com ênfase na monogamia espiritual com Deus, sendo que a Bíblia menciona, por exemplo, o ciúmes de Deus em situações em que outros deuses eram cultuados, e em alguns trechos do livro, a palavra "adúltera" é utilizada para se denominar a quebra de exclusividade espiritual. Os jesuítas, portanto, passam a pregar que certos costumes do povo originário deveriam causar culpa, remorso, vergonha, já que se tratavam de pecados, sendo que os pecados mais condenáveis eram a nudez, a poligamia e a condução de suas vidas a partir dos ensinamentos dos pajés (NUÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021). Segundo os autores:

No caminho de materializar a invenção da nação brasileira, a família

monogâmica heterocisgenera vem sendo considerada a “célula mater da sociedade” (Constituição Federal, 1988). Esse ideal de família se via ameaçado pela não-monogamia originária, já que a ausência das proibições e punições monogâmicas nas organizações indígenas simbolizava para os padres a devassidão moral, a promiscuidade e a perdição. (p. 80)

Os autores ainda trazem diversas reflexões sobre esse processo: o divórcio só se torna assegurado na Lei do Divórcio, de 1977, enquanto os povos indígenas poderiam interromper seus vínculos quando desejassem. O padre Anchieta, em suas cartas sobre a colônia brasileira, escreve sobre nunca ter presenciado nenhum indígena agredindo ou assassinando suas companheiras por adultério, enquanto na Pesquisa do Anuário Brasileiro de segurança Pública (ABSP) de 2020, divulga-se que 90% das vítimas de feminicídio foram assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros, sendo essa realidade intimamente ligada com vínculos românticos, monogâmicos e heteronormativos.

Quando analisamos a imposição colonial da monogamia aos povos subalternizados, da América do Sul ou do continente africano, por exemplo, a literatura tende a concordar que a diferença entre a monogamia e a não monogamia não está na quantidade de parceiros, mas sim nas dinâmicas praticadas pelos sujeitos (GONÇALVES, 2021).

Para muitos dos povos originários a noção de propriedade privada não se faz presente enquanto valor, assim como a noção de hierarquia, o que dificultou em muito o trabalho dos missionários. Ainda segundo os autores Nuñez, Oliveira e Lago (2021):

Como comenta Casé Tupinambá (2020, p.63) a terra não é uma propriedade humana, diz ele: “nós não somos donos da terra, nós somos a terra”. Se não somos proprietários dos rios, das matas, tampouco seríamos donos de outras pessoas-humanas.” (p. 84)

Siqueira (2008) traz outras visões também relevantes sobre o processo de colonização e a criação da sexualidade brasileira. O autor apresenta um documento escrito por um alemão que aparentemente acabou enquanto prisioneiro de uma comunidade indígena. O estrangeiro apresenta que, nesta comunidade, a maioria dos homens tinha apenas uma esposa, com exceção dos guerreiros mais destacados que podia ter muitas parceiras, sendo que isso só era possível se o homem pudesse sustentar a prole. É interessante pensar o que seria considerado sustentar a prole nesse período, e se esta comunidade indígena já teria tido contato

com os colonizadores e o quanto.

O autor também apresenta que, em relatos sobre os Tupinambás, o casamento tinha regras muito simples: o homem perguntava, primeiramente, a pretendida e, caso a resposta fosse afirmativa, conversava com os pais da jovem ou a família mais próxima disponível. Caso a família concordasse, já eram tidos enquanto marido e esposa.

Para além da diversidade de relações e comunidades que foi aqui encontrada, cada qual com seus costumes e por menores, Dom João III revela, em carta, que o que o moveu a colonizar o Brasil foi tornar o país cristão. É importante lembrar que também existiam diversos outros motivos para a colonização, mas a declaração de Dom João III vai em direção ao que é regido a partir do Concílio de Trento (1545-1563), um evento que preza pela importância de zelar pelo casamento monogâmico e pela limitação do sexo enquanto procriação. Dessa forma, o Brasil colônia era bombardeado com regras e conselhos para viver o bem doméstico através da catequização e de manuais de confissão (SIQUEIRA, 2008).

Estes manuais instruíam que o marido deveria ficar atento aos sinais discretos da esposa, e condenavam qualquer posição na qual o sêmen pudesse ser desperdiçado (homem em pé, sentado ou por baixo da mulher). Os delatores eram os membros quaisquer da sociedade, e entre os “crimes” mais populares estavam a relação entre pessoas do mesmo sexo biológico, em primeiro lugar, e a bigamia, em segundo (SIQUEIRA, 2008).

Segundo o autor, nesse momento histórico, o casamento no Brasil era frágil e não costumava se enquadrar nos moldes católicos. Os homens denunciados costumavam se defender com base no senso comum sobre os costumes sexuais na colônia. O autor defende que

Casamento fragilizado, sociedade escravocrata e racista, concubinato como prática corriqueira e as culpabilidades impostas a quem buscava o prazer nas relações sexuais, influenciaram, evidentemente, a formação da sexualidade brasileira. (p. 35) (...)É a influência portuguesa e sua relação com a moralidade cristã que mais contribuíram para a formação da sexualidade brasileira no período entre colonização e independência (p. 38)

Faz-se mister pontuar que a maioria dos habitantes portugueses no Brasil colônia deixaram suas famílias em Portugal, ou então trouxeram a família aos poucos e, com a falta de mulheres brancas, os desejos eram satisfeitos com mulheres escravizadas e indígenas que, até então, não só não seguiam os preceitos

cristãos como também eram colocadas enquanto objetos subordinados aos colonos (inclusive sexuais). Os jesuítas pediram muitas vezes para a vinda de mulheres orfãs, que não se casariam na metrópole, mas Portugal colocava mais esforço em incentivar a vinda de aventureiros, e em forçar a mudança de homens expulsos do país colonizador. Os jesuítas reclamam dos portugueses que chegavam aqui por logo se relacionavam sexualmente com mulheres, e muitas vezes adotavam diversas esposas, copiando os costumes que os catequizadores tentavam eliminar (SIQUEIRA, 2008).

Pontua-se a diferença de tratamento de mulheres brancas e não-brancas³. Enquanto as mulheres não-brancas eram um objeto sexual a ser utilizado pela família patriarcal, possibilitando que filhos dos senhores iniciassem a vida sexual com elas, a mulher branca era educada para ser mãe e dona de casa, sendo proibido que ela se relacionasse sexualmente antes do casamento. O comportamento luxurioso com escravas e escravos não era sempre heterossexual (SIQUEIRA, 2008).

Siqueira (2008) também aponta que a parte mais produtiva de uma propriedade escravista era o útero da escrava. É relevante notar que este relato vai de encontro com o que Davis (2016) aponta em relação à mulher escravizada Estadunidense, utilizada enquanto produtora de novos escravos.

Durante os séculos XVIII e XIX, o casamento legal era uma opção para uma pequena parcela da população, apenas os mais abastados, como forma de garantir a legitimidade da prole e o destino da herança, mas a união consensual entre pessoas era comum, apesar das ameaças punitivas da Igreja. Há de se considerar a presença em peso de concubinatos, uniões esporádicas e da bastardia ao longo desses séculos (DINIZ; COELHO, 2009)

Diniz e Coelho (2009) apontam que conforme o passar do tempo, o processo de urbanização, industrialização e modernização causaram o surgimento de uma nova família, baseada no ideal de família burguesa. Esta, tinha uma organização nuclear com novos ideais, como uma forma nova de pensar a conjugalidade e a valorização da maternidade. A divisão de papéis continua assimétrica, sendo o homem tido enquanto provedor e a mulher responsável pela casa e pelos filhos. Essas mudanças promoveram a privatização da família, que passa de ser uma

³ negras e indígenas escravizadas. Dentro deste recorte, não é possível incluir mulheres asiáticas na análise.

unidade econômica para ser um refúgio do mundo contemporâneo, um local de expressão de sentimentos entre o casal e seus filhos.

A partir da década de 80, a crise econômica mundial deixa suas marcas na vida familiar. Neste momento, o Estado de bem-estar social entra em falência e a economia passa a ser regida pelo neoliberalismo. A incompetência do Estado em garantir o bem-estar provoca que o mesmo transfira parte dos seus deveres para a família, que passa a ser responsável pelo suprimento de todas as suas necessidades básicas (DINIZ; COELHO, 2009).

Podemos notar que a família é bastante mutável, além de ser uma criação a partir das necessidades sociais e econômicas. Há de se considerar também o grande efeito de fatores como gênero, raça, classe social, orientação sexual e etc para a manutenção da instituição familiar. A família no Brasil, ainda, passou por um processo maciço de colonização e europeização que deve ser levado em conta ao estudarmos sua estrutura.

Claro que, presente todos os fatos históricos aqui apresentados, vemos facilmente que existiu (e ainda existe sobre novas camuflagens) um controle intenso da sexualidade feminina. Federici (2017), aponta, por meio de uma revisão histórica do capitalismo, que a sexualidade feminina passa a ser controlada em um momento de crise populacional, causada pela peste negra que assolou a Europa e pelo assassinato em massa das indígenas e escravas no processo de colonização. Dessa forma, a autora aponta que a mulher torna-se um instrumento do Estado para garantir e produzir mão de obra, sendo, no caso das mulheres brancas, excluídas de ambientes produtivos e encorajadas a ficar em casa, e no caso de todas as mulheres, condenadas por qualquer uso não reprodutivo de sua sexualidade. Tal controle resultou, entre outras coisas, na caça às bruxas, que matava mulheres velhas, de classes populares, e que contribuía para a contracepção de outras mulheres, assim como para o aborto. Federici (2017) também aponta que as mulheres eram tidas como ameaças à ordem social por encabeçarem grande parte das lutas camponesas por direito à terra.

Diniz e Coelho também se debruçam sobre o controle da sexualidade feminina no Brasil, apontando que, entre as classes mais favorecidas, havia um controle rígido da sexualidade para fins de procriação, herança e sucessão. Com o tempo, porém, as mulheres brancas entraram no mercado de trabalho, reduziram o número de filhos, melhoraram seu padrão educativo e passaram a lutar por uma

participação política mais eficaz.

Araújo (2002) também aponta o controle da sexualidade como um elemento muito relevante, que se deu por meio de um discurso disciplinador que colocava o casamento como o local legítimo para exercer a sexualidade. Nos séculos XIX e XX, aumentou-se as condenações judiciais das perversões menores e a irregularidade sexual foi anexada enquanto doença mental. Organizou-se controles pedagógicos e tratamentos médicos. A sexualidade se tornou um instrumento de poder entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, articulando estratégias variadas de controle. Aponta-se que a sexualidade é profundamente suscetível às influências sociais e culturais.

Há de se notar que a homossexualidade, tida enquanto normal na Idade Média, passou a ser criminalizada a partir do controle sexual que se inicia com as mulheres. Já que o sexo homossexual não tem possibilidade de reprodução, ele também foi rechaçado, assim como qualquer prática de sexo anal e oral. Durante o período de caça às bruxas, fenômeno concomitante com a colonização, os homossexuais eram usados para “acender” as fogueiras nas quais as bruxas (ainda mais malévolas) seriam queimadas (FEDERICI, 2017). Em outras civilizações e momentos históricos, o sexo entre homens não era motivo de estigma, como por exemplo na Grécia antiga, onde o sexo entre homens era comum entre aprendizes e seus mestres e era tido enquanto parte do processo de mentoria/aprendizagem (FOUCAULT, 1984). Porém, Federici (2017) aponta que a partir do processo de transição para o capitalismo, quando à Igreja ganha poder político e, com auxílio e apoio do Estado, começa a controlar a sexualidade feminina de forma a, não só incentivar a reprodução, mas condenar qualquer forma de controlá-la, a população homossexual acaba sofrendo também um controle sexual.

A questão da orientação sexual será tratada melhor na seção seguinte, na qual, após essa contextualização histórica, faremos um apanhado frente às lutas políticas e suas relações com a instituição monogâmica.

A questão política sobre os relacionamentos amorosos

A forma de se relacionar romanticamente não é isenta de política. Assim como violência doméstica tem um viés político, a monogamia também aparenta ter. Dentro de visões políticas comunistas e anarquistas vemos uma defesa das RNM, em prol da liberdade e da despatriarcalização dos relacionamentos.

A questão de gênero: prateleira do amor

Já foi observado diversas condições que pautam a repressão sexual feminina e a monogamia em um só assunto durante a história, com o estabelecer do casamento e do capitalismo e a divisão de papéis sociais de gênero que sujeitou a mulher branca enquanto cuidadora do lar e dos filhos, responsável pela sustentação do ambiente familiar de um homem branco trabalhador. Observa-se o uso da mulher enquanto procriadora de escravos, e sujeita a uma hiperssexualização e objetificação. Federici (2019) afirma que o capitalismo teve como base a divisão sexuada do trabalho e, posteriormente, naturalizou aquele destinado às mulheres, o invisibilizando. Já Zanello (2022) menciona a intersecção racial, comparando as mulheres brancas a imagem de Nossa Senhora (procriadoras mas puras e castas), e as mulheres negras enquanto objetos que produzem novos objetos, e também animalizadas, hiperssexualizadas, brutas, algo que poderíamos aproximar de Eva enquanto modelo.

Alguns conceitos podem nos ajudar a aprofundar a análise sobre o fenômeno estudado. O primeiro, tecnologia de gênero, um termo cunhado em 1994 (no original, 1987) por Teresa de Laurentis. Este, refere-se aos produtos culturais que reafirmam valores, performances desejáveis de gênero, isto é, uma importante ferramenta cultural de educação sexual informal (a ser tratado adiante). O ponto central das tecnologias de gênero é que elas promovem seus efeitos sem que haja necessariamente a consciência do que está acontecendo. Os produtos culturais produzidos para meninas e mulheres tendem a ter enquanto tema central o amor masculino que proporciona o sentimento felicidade (ZANELLO, 2022).

Zanello (2016, 2022) utiliza deste conceito para propor outro, o que a autora chama de prateleira do amor, sobre o qual trataremos neste subcapítulo. A autora pontua que a subjetivação feminina, isto é, a identidade enquanto mulher, acontece por meio dos dispositivos amorosos e maternos, acionados por meio das tecnologias de gênero vigentes (para o escopo deste trabalho, manteremos a análise ao dispositivo amoroso).

Se, então, o que mulheres são ensinadas é que a felicidade é possível apenas por meio de um relacionamento heterossexual, então a mulher cria sua autoimagem a partir do olhar de um homem que as escolha, isto é, uma mulher só tem possibilidade de ser validada enquanto indivíduo que sente a partir do momento

em que é escolhida. Claro que isso reafirma uma posição de submissão e passividade relacionado ao feminino. A partir deste olhar, estabelece-se uma prateleira do amor, metáfora utilizada por Zanello para exemplificar a objetificação feminina e o que ela acarreta: a mulher, então, seria um produto na prateleira, à espera de ser escolhida. As chances de ser de fato escolhida dependem do padrão estético vigente, o famoso padrão de beleza, que privilegia mulheres brancas, magras, jovens, louras, cis, etc.

Esta situação cria uma população feminina preterida afetivamente, não escolhida por um homem, que ficam em posições desconfortáveis nesta prateleira, o que, como previsto nas regras sociais, faz com que essa mulher sofra um impacto em sua autoestima, em como pensa de si mesma, o que desempodera mulheres, mas empodera homens. Se estamos todas em uma prateleira, é fácil entender a competitividade entre mulheres, algo também sempre reafirmado pelo capitalismo que faz com que mulheres sintam outras mulheres enquanto possíveis ladras da chance de ser escolhidas. Além disso, se o importante é ser escolhida, pouco importa quem nos escolhe, o que facilita o entendimento perante relacionamentos abusivos e o porquê de as mulheres permanecerem nessas relações (ZANELLO, 2016; 2022).

Através da cultura, entendemos que o corpo é um capital (objeto) que pode levar ao prestígio social e matrimonial (isto é, pode levar ao casamento e, conseqüentemente, à felicidade). Quanto mais bela, maior a quantidade de prestígio disponível, o que significa que a beleza deve ser buscada (ZANELLO, 2022).

Ainda que estar em desvantagem na prateleira seja bem pior para consolidação de autoestima de mulheres fora do padrão vigente, a prateleira do amor é ruim para todo o gênero, dificultando a formação de vínculos entre mulheres diante da formação da rivalidade, mas também terceirizando a autoestima feminina: o que é aprendido é que mulheres só são desejáveis se e enquanto tiver um homem às desejando. Dessa forma, a autora pontua que homens aprendem a amar muitas coisas, mas mulheres aprendem a amar homens.

Segundo Zanello (2016; 2022), a prateleira do amor facilita a compreensão da violência doméstica. Esta, surge sorratamente, e raramente é considerada violenta. Porém, existe uma tendência descrita na literatura que os episódios de violência aumentem de frequência e intensidade (ciclo da violência), o que possibilita a insensibilização e aumento da tolerância perante tais episódios. Terminar uma

relação monogâmica é se colocar novamente na prateleira, sendo sujeita ao estatuto de solteira e conseqüentemente a menos privilégio social. Para além disso, homens são incentivados a construir sua identidade de gênero a partir da força física e virilidade sexual, o que acontece com frequência por meio da objetificação de mulheres e valorização da violência.

Kipnis (2003) traz argumentos que apoiam a visão proposta por Zanello. A autora aponta que as economias do casamento são as mesmas da sociedade, sendo regidas pela falta, escassez, ameaça e proibições internalizadas, que ganham força quando propõe-se que não existem outras alternativas nem para o regimento dos afetos, nem para qualquer realização pessoal que não os envolva. Desta forma, se sem o amor a vida é vazia, somos suscetíveis a qualquer programa social feito em seu nome. Kipnis argumenta que, nestas condições, o adultério pode ser lido enquanto uma insurreição popular contra o casamento contemporâneo e questiona se a quantidade de renúncia ao desejo que é exigida para manutenção da relação compensaria nas recompensas que esta proporciona. É relevante apontar que a violência íntima parece ter um problema em comum: o excesso de compromisso.

A autora apresenta uma visão específica de apaixonar-se, que significa comprometer-se com diversos pactos e trocas emocionais que podem ou não serem viáveis. Também significa fundir-se, o que nos traz ansiedade que pode se manifestar pelos ciúmes, insegurança, controle, ou violência exteriorizada. Esses sentimentos estão presos a frágeis redes de segurança com a qual nos comprometemos (monogamia, domesticidade, etc), e espera-se que o “compromisso” seja a base funcional desta relação.

Sair de uma relação é complexificado com os significados sociais que são dados ao divórcio e a separação, como um grande fracasso pessoal, a ideia de que recomeçar pode ser vergonhoso ou de que se está “querendo demais”. Observa-se que é importante que o fim da relação seja significada enquanto fracasso pessoal e não fracasso sistemático, para evitar revoltas. Espera-se grandes sacrifícios para atingir a famigerada realização amorosa e, caso não dê certo (neste caso ficarem casados, com filhos, heterossexualmente) então a falha é pessoal por falta de sacrifício ou esforço (KIPNIS, 2003).

Conquistar o amor exigirá normalidade (só assim se é digna de amor), assim como um conhecimento vasto sobre reciprocidade, isto é, o reconhecimento das necessidades de seu/sua parceiro/a e a preparação para atender todas essas

necessidades. Isto cria um ambiente de intimidade ansioso, já que essas necessidades podem e devem ser atendidas por uma única pessoa - questionar isto é questionar a instituição enquanto um todo (KIPNIS, 2003).

Atender as necessidades de alguém é uma forma muito eficaz de se tornar objeto do desejo desta pessoa, que é o que o gênero feminino é levado a acreditar como sinônimo de valor e felicidade. O problema é que estas necessidades nunca serão inteiramente satisfeitas, e a falta do cumprimento delas parece estar intimamente ligado ao sentimento de raiva. É necessário portanto a domesticidade feminina: flexibilidade, adaptação, conciliação, para evitar as reações raivosas. (KIPNIS, 2003).

Para além disso, o casamento está associado à coabitação, e esta exige a redução das diferenças ao máximo, o que coloca os integrantes em uma posição complicada de se livrar de aspectos individuais que não se encaixam na vida a dois enquanto tenta manter algum nível de autonomia (KIPNIS, 2003).

A autora ainda aponta que estes traços necessários para atrair o amor são semelhantes aos de um eleitorado dócil, e se debruça sobre a metáfora do casamento enquanto um mini governo:

Os lares não são só campos de treinamento para a cidadania e a submissão a contratos, eles são pequenos governos em si mesmos e, como a nação democrática, devem estar fundamentados na ilusão da parceria amorosa. Casamentos e governos supostamente representam estruturas livremente escolhidas de autoridade e obrigação. Como os casamentos de coabitação, também se supõe que as democracias governem por meio de acordo e não por coerção, o que significa que a aparência de livre escolha nunca deveria ser debatida. p. 192, 193.

Esses conceitos são relevantes para pensarmos a não monogamia enquanto forma de quebrar o paradigma patriarcal, que envolve papéis e tecnologias de gênero. A questão a ser feita é: e se ser escolhida não fosse de fato uma questão? Será que é a monogamia que, junto com o patriarcado, possibilitam esse preterimento afetivo? Podem ser argumentados dois possíveis pontos. O primeiro, que a não monogamia aumentaria essa rivalidade, e que pessoas que já são preteridas seriam mais preteridas ainda. Apesar de entender da onde essa argumentação parte, acredito que ela só cabe enquanto de fato existe uma prateleira e uma necessidade de ser escolhida. Outro argumento aponta que a partir da não monogamia horizontal, da não monogamia política (a ser tratado adiante) é possível

romper com a prateleira e que pessoas que não tiveram acesso a afeto poderiam acessá-lo com mais facilidade. Trataremos desta hipótese durante a Análise.

População LGBTQIAPN+

A população LGBTQIAPN+ se mostra também indispensável para a construção de ideias e ideais sobre os RNM. Segundo Araújo (2002), a sexualidade é uma construção social que abarca os efeitos produzidos nos corpos, relacionamentos e relações sociais, sendo que ao longo da história, sempre foi um fenômeno produtor de preocupação moral e, portanto, submetido a diversos dispositivos de controle.

Pilão (2021), apresenta enquanto resultado de suas pesquisas quais as visões da população gay, lésbica e bissexual frente a não-monogamia, por meio da interpretação de páginas ou fóruns brasileiros da internet que tratam sobre o assunto. É importante lembrarmos que, devido não só a questão de gênero, como também ao tratamento diferenciado que cada uma dessas orientações sexuais recebeu ao longo da história, suas demandas, opiniões e valores são diferentes entre si, não sendo possível tratar a população LGBTQIAPN+ como um grupo só, e sim como um conjunto de pequenos grupos, unidos apenas por terem sido marginalizados durante a história.

Quanto às lésbicas, Pilão (2021) apresenta que a honestidade parece ser um valor de extrema importância, sendo a traição/adultério inaceitável, mas possibilitando a existência de relações poliamorosas desde que sejam baseadas na verdade e honestidade entre as parceiras, sendo essas relações, legítimas e dignas. As mulheres ainda afirmam que é muito mais difícil enganar ou mentir para uma outra mulher do que para um homem. Ainda assim, tanto na pesquisa de Pilão, quanto em suas referências, existe uma predileção por relações monogâmicas, sendo um dos principais motivos listados, a crença de que não valeria a pena arriscar a relação principal de um casal com a inserção de mais pessoas. Lésbicas são comumente apontadas enquanto monogâmicas em série, isso é, pessoas que namoram monogamicamente uma sequência de parceiras, cada relacionamento com a pretensão de ser intenso e indissolúvel.

Lésbicas não-monogâmicas, porém, parecem pautar suas relações a partir do conceito de liberdade, que deve sempre estar sob discussão e reflexão. Porém, há uma crítica intensa a homens não-monogâmicos, frente a associações de homens

enquanto gênero à comportamentos não desejáveis, como a uma liberdade egoísta, a falta de cuidado, irresponsabilidade e até abuso. Dessa forma, mulheres lésbicas podem apresentar uma resistência a se envolverem com mulheres bissexuais, pelo fato de estas poderem se envolver com homens. Existe também um sentimento de inferioridade de lésbicas perante homens, o que pode ser reforçado em situações nas quais homens permitem que suas parceiras se envolvam com outras mulheres, mas não com outros homens (PILÃO, 2021).

Ao analisar a população gay, Pilão (2021) aponta que, para estes, a monogamia funciona em oposição à promiscuidade, sendo que os debates sobre não monogamia são mais raros neste grupo do que em qualquer outro grupo LGBTQIA+. A promiscuidade é tida enquanto intrinsecamente negativa e, portanto, menos digna que a monogamia. O link entre homossexualidade e promiscuidade, que possivelmente tem origem no mesmo discurso que condenava qualquer tipo de sexo não reprodutivo, criou uma visão de uma orientação sexual impura e não-digna. Ao buscar a monogamia, isso é, a não-promiscuidade, a população gay busca dignificação e respeito frente às suas relações. Miskolci (2007) apud. Pilão (2021) aponta que o movimento gay foi “domesticado” à medida que a luta pelos direitos de casamento civil igualitário ganhou espaço. Há uma contradição entre lutar por inclusão e respeito à diversidade e perpetuar hierarquias sociais nas quais condena-se quem não se conforma à monogamia heteronormativa. A incorporação do modelo monogâmico pela comunidade gay é vista, portanto, enquanto uma submissão à heteronormatividade que acaba conservando opressões e exclusões ou enquanto uma ferramenta indispensável para a aquisição de direitos, respeito e dignidade.

Os debates que acontecem nesse meio referentes a não-monogamia aparecem mais enquanto o desejo de ter-se mais de um parceiro sexual do que suas possibilidades de envolvimento amoroso (PILÃO, 2021).

A população bissexual é discutida por mais autores e com mais frequência quando tratamos de não-monogamia. Isso porque a não-monogamia é frequentemente relacionada a essa orientação sexual, (utilizada aqui como um termo guarda-chuva para qualquer orientação sexual que envolva atração/desejo à mais de um gênero, como plurissexuais, panssexuais, etc, segundo EISNER, 2021), como forma de discriminação ao ser dito que bissexuais precisam estar em relações com dois ou mais gêneros a todo o instante pregando, portanto, que estes são incapazes

de ser monogâmicos. Dessa forma, Pilão (2021) indica que muitas vezes bissexuais se afastam da discussão sobre não-monogamia por causa do duplo estigma que essa conexão traz.

A bissexualidade é tratada enquanto fase transicional (para a homossexualidade), não sendo entendida enquanto uma orientação sexual legítima, já que não funciona binariamente (hetero/homo; homem/mulher; branco/preto, etc) como a nossa sociedade busca funcionar (EISNER, 2021; JAEGER et. al., 2019; PILÃO, 2021). Lugones (*apud.* JAEGER et. al., 2019) aponta que a lógica de categorização dicotômica e hierárquica é central dentro do pensamento capitalista e colonial tratando-se de raça, gênero e sexualidades.

Jaeger et. al. (2019), apontam que o termo bissexual só começou a ser utilizado enquanto uma orientação sexual no início do século XX, sendo ainda lida, nesse momento, enquanto um estágio do desenvolvimento sexual, e não como uma sexualidade plena e madura. As autoras e o autor, ainda apontam que, com o surgimento da HIV/AIDS, na década de 80, as pessoas bissexuais foram acusadas de serem a ponte para a doença entre o mundo homossexual e o heterossexual, produzindo um estigma e estereótipo de pessoas bissexuais enquanto “vetores de doenças” que perdura até hoje. É possível compreender, então, que o estigma que pessoas bissexuais carregam é diferente do que os estigmas presentes em outras orientações sexuais.

As autoras ainda apontam que o colonialismo impõe um modo de ser focado no “mono”: monoteísmo, monogamia, monossexualidades, etc, estabelecendo a bissexualidade como o lado oposto da monossexualidade (p.e. enquanto bissexuais são “sujas”, monossexuais são “limpas”). Há uma relação direta, frequente nos discursos bifóbicos, entre a bissexualidade e a promiscuidade, o que parece remeter ainda a discursos que regularizam a sexualidade e suas práticas. As autoras apontam a forma que a população é tratada na mídia e na pornografia tradicional: fetichizada, promíscua e ameaçadora, sendo a bissexualidade feminina a mais frequentemente objetificada e fetichizada.

Diversas pesquisas mostram ser elevada a incidência da bissexualidade, especialmente de mulheres, nas práticas não monogâmicas (SILVÉRIO, 2021). Segundo a pesquisa de Costa e Gonçalves (2020), as pessoas com identidades sexuais menos normativas (bissexuais, pansexuais, queer) revelam maior desejo e experiência de RNM, além de atitudes sexuais menos restritivas, sugerindo uma

dupla disrupção dos padrões heteronormativos e mononormativos. Talvez, um dos motivos para que isso aconteça seja o local mais marginalizado que essa orientação sexual ocupa frente a outras monossexuais.

Costa e Gonçalves (2020) também sugerem que mulheres revelaram atitudes e desejo de envolvimento em relações sexuais significativamente mais restritivos e atitudes significativamente menos abertas a RNM do que os homens. Pode-se pensar que essas ideias são aprendidas e impostas pelo modelo de feminilidade e gênero vigentes, que buscam uma repressão e controle sobre a sexualidade feminina, além dos modelos midiáticos voltados às mulheres apresentarem em sua maioria, casais monogâmicos.

Dentre pessoas bissexuais, foi encontrada uma maior proporção de RNM e de relacionamentos com mais de uma pessoa, possivelmente relações poliamorosas. Esta maior proporção justifica-se, já que as pessoas pluri-ssexuais revelaram também uma sociossexualidade menos restritiva do que os grupos monossexuais. Além disso, essa identidade parece subverter o binarismo heterossexualidade-homossexualidade, a qual associa-se com um maior não conformismo com os padrões relacionais monogâmicos (COSTA; GONÇALVES, 2020).

A pesquisa de Silvério (2021) aponta dados similares: ao investigar a orientação sexual de pessoas não monogâmicas, observa que das 8 mulheres entrevistadas, somente duas se identificam enquanto heterossexuais, mas todas mantêm, majoritariamente, relações com homens. Silvério aponta, porém, que há uma saturação das mulheres bissexuais frente a essas relações tidas enquanto heterossexuais, uma falta de interesse, um cansaço em se relacionar com homens, que possivelmente provém da fetichização e do machismo ao qual mulheres bissexuais são submetidas. A autora aponta que nesses casos, há de se pensar que a bissexualidade e as relações entre mulheres como um ato de resistência contra o machismo nas relações, a busca por vínculos igualitários, apontando uma sexualidade completamente política.

Quanto os homens entrevistados por Silvério (2021), os 6 entrevistados se identificaram enquanto heterossexuais, mesmo que para cada um a vivência da sexualidade fosse diferente. Os entrevistados afirmam refletir sobre a heteronormatividade e é predominante a visão de uma sexualidade não estática.

Pilão (2017) destaca um estudo no qual somente 16,4% da comunidade

bissexual vive alguma forma de monogamia, e outro no qual 75% das pessoas bissexuais mantêm relações não monogâmicas, sendo 44% destas poliamorosas. A partir de uma análise das redes sociais brasileiras, Pilão (2012) mostra que mais de 50% das mulheres se identificam enquanto bissexuais e 20% enquanto hétero, sendo verdade para os homens a proporção inversa: 20% são bissexuais, e mais de 50% são heterossexuais.

Silvério (2021) apresenta algumas hipóteses frente a esses dados. A autora apresenta que as identidades hétero e homossexuais podem ser consideradas limitantes à expressão da afetividade e da sexualidade, assim como o que ocorre com a monogamia, apresentando a bissexualidade enquanto libertadora. A bissexualidade feminina, para além disso, é altamente valorizada nas relações não monogâmicas, nas relações monogâmicas e também nas *swingers*, enquanto a masculina é vista enquanto ameaça à heterossexualidade de outros homens e é tida enquanto pouco atraente para mulheres.

Já na pesquisa de Pilão, (2021), a conexão entre bissexualidade e não monogamia não é comprovada, e o autor aponta que o fato de algumas pessoas não limitarem o gênero de seus/suas parceiros/as românticos/as não os fazem mais ou menos inclinados à monogamia. Há um argumento de que bissexuais podem ser monogâmicos tanto quanto qualquer monossexual sem que isso o defina dentro do binário hétero/homo. Há uma recusa da população de serem relacionados à não-monogamia como se essa relação pudesse desqualificar a orientação sexual enquanto um todo.

Pilão (2021) ainda acrescenta que a não-monogamia tem mais entusiastas entre as mulheres bissexuais, mas aponta que isso pode ser visto enquanto um aspecto de dominação masculina, em que as mulheres bissexuais são tidas enquanto fetiches, objetos de “consumo sexual”, sendo tratadas, inclusive, enquanto “unicórnios”³ dentro da cena não monogâmica.

Já em relação às posições partidárias e políticas, Lessa (2012) aponta que a monogamia é lida por Marx como “um complexo social tão alienante e alienado quanto o Estado; tal como a propriedade privada, é reproduzida pela aplicação cotidiana da violência; é o exercício cotidiano do mesmo poder que faz de uns a classe dominante e de outros os explorados e produtores do “conteúdo material da riqueza social”.

Para que seja possível o pleno desenvolvimento do amor sexuado, é

necessário que haja a superação da família monogâmica apontada por Engels, da mesma forma que o pleno desenvolvimento da humanidade requer a superação do Estado e da propriedade privada. (LESSA, 2012).

Segundo Ribas (2011), o anarquismo se relacionava constantemente com o conceito de amor livre, como forma de expressão de liberdade e busca de simetria nas relações de gênero.

O conceito de liberdade é indispensável para a ideologia anarquista. Além disso, o anarquismo propõe a transgressão de regras morais vigentes, sendo o corpo também um espaço para a revolução. Segundo Ribas (2011)

Estes corpos que emergem nos discursos anárquicos, são dotados de sexualidades e desejos que não ficavam relegados a segundo plano, mas que destacavam-se como importantes elementos de poder, pois seria a partir das transgressões morais e o rompimento com as normatizações religiosas que se poderia, enfim, cultivar a cultura da liberdade, o anarquismo na prática. (p. 2036).

Dessa forma, vemos que o conceito de amor livre para os anarquistas não é apenas uma questão voltada a liberdade sexual e a revolução das morais propostas pelas ideologias divergentes, mas o discurso também apresenta que a quebra da ideologia vigente nos relacionamentos é essencial para se alcançar a simetria de gênero. Segundo a revista “A Plebe”:

Nós entendemos amor livre o direito de amar livremente para ambos os sexos, o direito da mulher escolher livremente o eleito de seu coração, sem encontrar no caminho da suas inclinações os obstáculos da tirania paterna ou preconceitos de uma sociedade baseada na mentira religiosa, na mentira sexual e na mentira do amor. (A PLEBE 17/08/1935, s/p)

Na década de 70, durante a ditadura militar, o discurso sobre amor livre se tornou mais proeminente dentre os anarquistas brasileiros. Nesse período, a contracultura ganha força, sendo o movimento feminista e o movimento LGBTQIAPN+ grandes responsáveis por trazê-la à tona, possibilitando discussões e estudos sobre sexualidade. Nesse momento, pílula anticoncepcional, divórcio e direitos da mulher eram alguns temas que estavam sendo discutidos. (RIBAS, 2011).

Nesta seção, podemos ver que os grupos considerados de “esquerda” têm discutido a questão da monogamia enquanto parte de um sistema de opressões desde que o movimento ganha espaço e popularidade. As populações LGs parecem estar mais conscientes da discussão do que as heterossexuais, mas o nível de

interesse pelo assunto varia muito, sendo que os demais discursos heteronormativos sobre a sexualidade ainda parecem fazer efeito nessas populações, e apresenta-se que a monogamia enquanto instituição parece ser parte tanto de um instrumento de opressão sexual, quanto uma possibilidade de dignificar relações homossexuais. A questão é um pouco diferente quando pensamos na bissexualidade, aparentemente por não se tratar de uma sexualidade binária ou monossexual, sendo frequentemente associada com a não-monogamia para a deslegitimação de ambas. A questão de gênero é apresentada por Zanello e, a partir da primeira seção, é possível compreender como a monogamia está atrelada à opressão de gênero de forma bastante significativa. Na próxima seção, trata-se de apresentar e reunir estudos sobre os Relacionamentos Não Monogâmicos, seus pilares, críticas, conceitos próprios, formatos e etc.

1.2 Relacionamentos não monogâmicos

Críticas da não monogamia a monogamia

A partir desta vasta contextualização, podemos compreender melhor algumas críticas de grupos não monogâmicos à monogamia. Pilão (2021) aponta que a realidade monogâmica é encarada como uma verdade inquestionável.

Takazaki, Tavares e Núñez (2020) apresentam reflexões intrigantes ao destacarem que a monogamia não se restringe apenas a uma prática, mas também representa um paradigma de pensamento. Eles apontam que a monogamia esteve associada ao capitalismo e ao cristianismo, formando alianças com outras formas de violência, como o racismo, a misoginia e a LGBTQIAPN+fobia, e historicamente contribuindo para a exclusão de pessoas e relações que não se enquadram na heteronormatividade. Ao questionarem a colonização, os autores traçam paralelos entre a monogamia e o capitalismo, destacando a tendência do afeto colonial de equiparar ao valor da propriedade privada, onde quanto mais raro e valioso, mais importante é considerado. Além disso, eles evidenciam que a colonialidade impõe uma noção normativa de parentesco, restringindo-o a um casal monogâmico heterossexual, o que acaba limitando outras redes afetivas. Essa ênfase na díade casal afeta a empatia e o respeito entre os seres vivos, ao negligenciar outras formas

legítimas de relações afetivas (propõe-se aqui, uma não-monogamia antiespecista⁴, a qual retomaremos depois).

Vasallo (2022) também segue por essa linha de argumentação, abordando a monogamia como um sistema, uma superestrutura que molda a vida privada das pessoas. A autora destaca que a exclusividade não é o fator determinante da monogamia, uma vez que existem inúmeros casos de amantes e relações extraconjugais, além do amor presente em vínculos com filhos, família e amigos. O que verdadeiramente define a monogamia é a importância atribuída ao casal em relação aos amantes, criando uma hierarquia de afetos. A exclusividade sexual, nesse contexto, funciona como uma marca hierárquica, e o sistema monogâmico incentiva essa estrutura, posicionando os laços reprodutivos no topo da escala.

A autora argumenta que o casal funciona tal qual uma entidade, que pode proteger o outro das inseguranças do mundo moderno, vendo assim as/os amantes como alguém que vai desestabilizar essa segurança. Dessa forma, o pensamento monogâmico permeia as relações sociais enquanto um todo, ditando quais os sentimentos que devemos ter frente a situações sociais, como na traição, por exemplo.

Vasallo (2022) argumenta que o sistema monogâmico constrói um sujeito fechado em si mesmo, não propondo nenhuma forma de sobrevivência coletiva, mas sim dando valor à reprodução de maneira identitária e exclusiva, privilegiando as linhagens, passando sobrenomes adiante de forma a reproduzir nossa casta. A brilhante autora continua a discussão se voltando para a família enquanto um pequeno núcleo fechado em si: a reprodução gera uma família nuclear, e os vínculos dentro desta são comumente tidos enquanto indissociáveis. Os problemas desse tipo de organização são vários: a exclusão de crianças “bastardas” (que não terão acesso aos privilégios familiares), a não-possibilidade de indissociação, a exclusão de populações não desejadas (como jovens homossexuais, bissexuais, transsexuais que são expulsos de casa), etc.

Vasallo (2022) argumenta que

A monogamia é um sistema de pensamento que organiza as relações em grupos identitários, hierárquicos e em confronto, por meio de estruturas binárias com polos reciprocamente excludentes. A exclusividade sexual é a condição necessária para um sistema como o monogâmico. Não é a causa do sistema: é sua consequência

⁴ O movimento antiespecista luta pela igualdade de todos os seres capazes de ter experiências, sem consideração de espécie.

e sua condição. Seu sintoma. (...) Porque, sem ela, não funcionam nem a identidade, nem a hierarquia e, em última instância, nem a confrontação. E dela necessita, por um lado, por ser a única maneira de garantir a filiação, a parentalidade e, por outro, por ser a medida para hierarquizar. (p.50)

Gonçalves (2021) concorda com a autora ao apresentar a monogamia enquanto “uma estrutura histórica de poder a serviço do patriarcado que tem como função a hierarquização do gênero e dos afetos, o controle da propriedade privada no interior das famílias e a potencialização da produção do capital pelo sistema capitalista” (p. 73). Porém o autor ressalta que a não monogamia não oferece menos trabalho aos seus adeptos, muito pelo contrário, comumente são vistas enquanto mais cansativas e trabalhosas por conta das negociações constantes e explícitas, já que estas relações precisam ser construídas a partir de seus próprios termos.

O autor ainda aponta como a questão é discutida de forma diferente em diferentes grupos não monogâmicos. A monogamia era majoritariamente vista como uma forma de se relacionar em dois e a não monogamia como uma forma não exclusiva de se relacionar, mas isso muda a partir das produções de autoras/es anticoloniais que apontam que a monogamia está também em todo o pensamento eurocêntrico. Dessa forma, alguns autores não monogâmicos se preocupam em indicar como a não monogamia pode ser um instrumento de ruptura da forma hegemônica de relacionamentos, e se preocupam menos em definir a não monogamia em termos conceituais.

Outra possibilidade que possa identificar a falta de definição, conceitualização das relações não monogâmicas é o fato de que estas são definidas pelo que não são, no caso não são monogâmicas, exigindo do pesquisador que este busque estudar a monogamia para compreender o que não a é.

Silva (2021) aponta que a monogamia, junto com a cisgeneridade e a heterossexualidade passaram a funcionar enquanto princípios, se colocando enquanto estruturas compulsórias, e não escolhas. Dessa forma, “sair do armário” de qualquer uma dessas normas pode causar constrangimentos sociais e até problemas legais. Tudo estaria conectado: romper a monogamia compulsória desestabiliza a heterossexualidade compulsória que afeta a cisnormatividade compulsória enquanto menos necessária, já que sua função básica seria explicitar o gênero enquanto sexo biológico para que todo o sistema funcione adequadamente.

O grupo não monogâmico tem diversas subdivisões, grupos menores que concordam e discordam entre si. As possibilidades de tipos de relações não monogâmicas são infinitas, mas busca-se explicitar as mais frequentes, assim como discutir algumas terminologias importantes.

As possibilidades de relações não monogâmicas

Os RNM, também conhecidos como relacionamentos não-monogâmicos éticos, ou consensuais, se tratam de relacionamentos amorosos e/ou sexuais com mais de uma pessoa dentro do mesmo período de tempo e com o consentimento de todos os envolvidos. Dentro dessa modalidade de relacionamentos surgem inúmeras possibilidades de configuração de vínculos amorosos (HARDY; EASTON, 2020). É importante alertar os leitores que esse termo não é nem de longe consensual dentro da comunidade não monogâmica, onde cada grupo utiliza-se de uma nomenclatura. A primeira versão do trabalho utilizou-se da nomenclatura “Relacionamentos Não Monogâmicos Consensuais” dado que esta é a sigla mais comumente achada na literatura internacional. Com o desenvolvimento do trabalho, porém, percebe-se que esse termo não é muito utilizado no Brasil e que isso poderia acarretar em uma falta de identificação da comunidade não monogâmica brasileira com o termo. A maior crítica frente a esse termo é o uso da palavra consensual: pensa-se que qualquer relação não monogâmica há de ser consensual, já que traições monogâmicas não fazem parte do escopo da não monogamia. Para o proposto deste trabalho, utiliza-se a sigla RNM como um termo guarda-chuva para todas as possíveis configurações, mas respeita-se o uso dos termos de cada referência, sendo que o termo “poliamor” é utilizado em grande escala, inclusive como termo guarda-chuva para outros RNM.

Cardoso (2010) apresenta que o registro bibliográfico mais antigo da palavra poliamor é em 1953, usado para se referir ao rei Henrique VII em um livro de história da literatura inglesa. A primeira vez que a palavra foi utilizada para conceituar relacionamentos com mais de um parceiro simultaneamente foi por volta dos anos 1990, em um glossário desenvolvido por um grupo de neopagãos (CARVALHO, 2021).

Pilão e Goldenberg (2012) apresentam a popularização do termo poliamor como guarda-chuva. Em 1992, Jennifer Wesp empregou o termo como sinônimo de “não monogamia”, e logo após, construiu o primeiro grupo de e-mails destinado a

discutir o poliamor, entrando na internet. A substituição do termo “não monogamia” por “poliamor” ocorre por considerar-se que o primeiro traz conotações negativas já que afirma apenas aquilo que não é (CARDOSO, 2010; KLESSE, 2006). Como pode-se ver, não há consentimento geral em termos de terminologias dentro desse grupo.

Carvalho (2021) aponta que apesar do termo ser utilizado enquanto guarda-chuva para não monogâmias, novos arranjos relacionais foram surgindo e passaram a ser nomeados de forma diferente, se distanciando do poliamor e criando novas vertentes não monogâmicas. Hoje em dia, é costumeiro que se adote o termo “não monogamia” enquanto termo guarda-chuva, sendo poliamor um dos tipos de relações dentro da não monogamia.

O poliamor é a possibilidade de relações sexuais e afetivas consensuais, múltiplas e igualitárias, incluindo a possibilidade de amar mais de uma pessoa e sustentar mais de um relacionamento ao mesmo tempo (PILÃO, 2021). É importante considerar que essa prática amorosa deve ser uma escolha consciente e esclarecida, e não deve ser considerada uma forma de resolver problemas de relações previamente monogâmicas, já que esse tipo de relação também possui seus desafios (COSTA; BELMINO, 2017; PILÃO; GOLDENBERG, 2012).

Os primeiros grupos poliamoristas no Brasil começam a se organizar nos anos 2000, sendo a internet a principal ferramenta de divulgação. A responsabilidade tem um papel importante no poliamor, garantindo seu estatuto moral, sendo exercida por meio do diálogo e da honestidade entre as pessoas da relação (JUNIOR, 2021). Também há uma ênfase na igualdade de gênero, garantindo às mulheres o acesso a possíveis múltiplas parcerias, sendo que parte do pensamento e movimento poliamoroso foi historicamente liderado por mulheres, tanto mulheres em comunidades, quanto mulheres no círculo acadêmico (SILVÉRIO, 2021).

Silvério (2021) acrescenta que o poliamor desafia diversas instituições monogâmicas, como o casamento e os arranjos de parentalidade. A comunidade poliamorosa se aproxima da comunidade LGBTQIAPN+ ao precisar desenvolver estratégias em diversas circunstâncias, como ao criar os próprios arranjos parentais e familiares, escolhendo as próprias famílias e inovando na organização das mesmas. A maior diferença entre os grupos, acrescenta a autora, é o fato do discurso LGBTQIAPN+ frequentemente tentar se encaixar, buscar assimilação à

cultura hegemônica cedendo para algumas de suas instituições. Dentro da comunidade LGBTQIAPN+, a posição frente a não monogamia é bastante ambígua, com defensores e críticos, mas na comunidade poliamorosa, parte-se enquanto princípio a luta contra o preconceito e a marginalização LGBTQIAPN+.

O poliamor, atualmente, é o único modelo de não monogamia consensual com alcance internacional que se coloca enquanto movimento social que desafia a monogamia compulsória. Dentro deste modelo, também há a tentativa de se estabelecer relações a partir da ética da amizade. Dessa forma, a rede afetiva se organiza dessa forma, apontando a possibilidade de diversos vínculos por vez, sendo que uma nova amizade (e, conseqüentemente, um novo vínculo) não gera perdas, nem diminui os sentimentos presentes nas outras. Cada relação tem um desenvolvimento próprio, não é necessário que haja rituais ou reconhecimento externo para serem validados, podem ou não ser para a vida toda, variam de intensidade e proximidade, ciúmes, controle e possessividade não são sinais de amizade e envolvimento com outras pessoas não é considerado infidelidade. As relações tendem a ser fluidas e flexíveis, sendo comum que as pessoas mantenham conexões entre si com variação no tipo de vínculo predominante. As mudanças pessoais e de contexto, nesse modelo, não necessariamente resultam no término da união, já que é possível explorar relações de formas bastante diversas (SILVÉRIO, 2021).

Pilão (2021) apresenta algumas possibilidades de organizações. Podem existir relações em pares, nas quais há acordo de novas parcerias, mas também há possibilidade de se relações em grupos, nas quais três ou mais pessoas se relacionam entre si. O poliamor pode ou não conter um conjunto de regras e acordos, limitando as possibilidades de novas relações ou de tipos específicos de relações. Um dos possíveis acordos é o da “polifidelidade”, que restringe a possibilidade de novos envolvimento.

Também pode ou não haver hierarquias entre as relações estabelecidas. Alguns tipos de relações consideradas não monogâmicas estabelecem a hierarquia de um casal principal abertamente, como a relação aberta ou casamento aberto, onde é possível apenas relações sexuais casuais com outras pessoas (SILVA, 2021).

O autor acrescenta que dentro de tantas possibilidades, em certos casos, o indivíduo poliamoroso pode desenvolver um trabalho extenso sobre si e, a partir

deste, surgir uma compreensão do amor enquanto não exclusivo, mesmo que sejamos todos forjados em uma cultura que prega a monogamia e o amor romântico. Essa compreensão pode levar a uma honestidade radical com si e com outros, gerando um sentimento de obrigação se dizer a verdade e arcar com as consequências da mesma.

Quem não vive da forma hegemônica constantemente precisa “se assumir”, “sair do armário” e não é diferente para poliamorosos. “Sair do armário” causa diversas consequências sociais, e é importante pensar quem, de fato, consegue vivenciar o poliamor, considerando os privilégios de gênero, raça, classe, e outras desigualdades. A forma de se relacionar que encontra menos resistência legal, social e cultural é a que combina cisgeneridade, heterossexualidade e monogamia. Qualquer fuga da norma encontra repressões legais e sociais, fazendo com que seja necessário que pessoas fora da norma se engajem politicamente para garantir seus direitos básicos (SILVA, 2021).

As relações livres buscam diferenciar-se do poliamor, já que para se conceituar uma relação livre, pressupõe-se o conceito de liberdade afetiva e sexual como princípio *si ne qua non*. Já no poliamor, existem algumas configurações que configuram a exclusividade sexual e/ou afetiva, como por exemplo alguns trisais (três pessoas que se relacionam) que se utilizam do conceito de polifidelidade. Entende-se, portanto, que certas uniões poliafetivas são sim relações livres, mas nem toda a relação poliamorosa se configura desse modo (LINS, 2017).

Autores anticoloniais e coletivos políticos veem a “polifidelidade” enquanto um desdobramento monogâmico dentro das relações poliamorosas, por isolar e hierarquizar algumas uniões frente às outras formas de afeto, limitando o direito ao próprio corpo e aos próprios desejos. A proposta de relacionamento aberto é compreendida, muitas vezes, dessa forma, um arranjo derivado da cultura monogâmica, já que os diversos acordos a serem negociados são vistos enquanto limitantes, podendo manter/criar uma hierarquia nessas relações a partir dos “vetos” instituídos pelos membros dessas relações (GONÇALVES, 2021)

Esse debate se intensificou no Brasil nos últimos anos a partir da possibilidade de uniões civis de poliafetividades, colocando em pauta questões relativas aos modelos monogâmicos e a monogamia, possibilitando que esta seja mais explicitamente reconhecida, nomeada e examinada (PILÃO, 2021).

A poligamia, (prática na qual um homem possui diversas esposas), comum

em sociedades ameríndias e muçulmanas, não é considerada poliamorosa, já que essa forma de relacionamento não tem como princípio a igualdade de gênero, que é indispensável dentro da comunidade poliamorosa (PILÃO; GOLDENBERG, 2012). Vasallo (2022) critica a aversão que a comunidade não monogâmica costuma ter frente a essa configuração: a autora traz que rejeitar esse grupo contribui para a desinformação sobre essas relações, para a intolerância religiosa e para o racismo.

Nuñez, Oliveira e Lago (2021) acrescentam que o termo poligamia tem sido usado, tanto nas cartas dos missionários quanto na literatura contemporânea como o oposto à monogamia e que essa nomeação acaba reduzindo a questão à quantidade de parceiros. Para a autora anticolonial Geni Nuñez, a monogamia não é definida pela quantidade de indivíduos na relação, e sim definida em termos qualitativos, como o modo de funcionamento e pensamento dos envolvidos.

Carvalho (2021) traz a história do termo “mononormatividade”, cunhado em 2005 por Pieper e Bauer para descrever os pressupostos de normalidade e naturalidade da monogamia, sendo análoga a premissa da heterossexualidade (apresentada como heteronormatividade). Para a não monogamia, os afetos são construídos sobre valores que fundamentam uma nova ética nas relações, pautando a honestidade, respeito, negociação respeitosa, igualdade, confiança, além de, claro, só ser considerada enquanto relação não monogâmica aquela na qual todas as pessoas envolvidas estejam cientes e de acordo com todas as possibilidades envolvidas em tal acordo.

Os autores anticoloniais costumam se aproximar do modelo relacional que entendemos como não monogamia política. A não monogamia política passou a ter mais adeptos a partir do projeto chamado “Não Mono em Foco”, iniciado em 2020 por três ativistas pretos, que divulgam suas questões e seu modo de se relacionar a partir das redes sociais, contando, em julho de 2023, com 44,7 mil seguidores. As pessoas por trás do projeto se apoiam em referências anticoloniais e reivindicam uma não monogamia política com ênfase em questões de raça, gênero e sexualidade, trazendo a perspectiva de pessoas que se encontram em grupos historicamente oprimidos e, por meio desta, construindo um espaço mais democrático, relacionando a opressão monogâmica com outras opressões estruturais, de forma propor que lutar contra a monogamia implica em um combate às assimetrias sociais como um todo (GONÇALVES, 2021).

Em Takazaki, Tavares e Núñez (2020) podemos entender algumas

características e pensamentos da não-monogamia política. Os autores e colaboradores nos mostram na não monogamia política uma forma de reinventar as relações de forma mais saudável. Para isso, é importante que cada indivíduo exista para si, e não para corresponder às expectativas alheias, que podem ser tanto de suas parcerias quanto de outras formas de relações. É apontado que cada relação não monogâmica deve construir sua base, seus limites e possibilidades, já que não há um modelo cultural prévio para esse tipo de relação. A falta de tempo para diversos afetos parte de uma premissa capitalista, (que é monoteísta, monogâmica e cheia de monoculturas), e que, como resistência, há de se construir uma não monogamia comunitária. A não monogamia política é sobre não legislar o corpo alheio, sendo a autonomia sexual e afetiva dos participantes indispensáveis.

É extremamente importante que haja uma ética relacional, que implica em construir com saúde todos os vínculos que temos com o mundo. Isso dá espaço também para uma não monogamia política antiespecista, que pode estar atrelada com o veganismo, onde pensa-se o respeito a todos os seres (TAKAZAKI; TAVARES; NÚÑEZ, 2020).

Outro modelo possível são as relações livres. A Rede de Relações Livres foi criada em Porto Alegre em 2006, fundindo os coletivos locais Família e Feminismo, que surgiu no Fórum Social Mundial de 2002 para discutir o feminismo e a família monogâmica e Frente Única de Libertação Sexual, constituído por ativistas que praticavam a multiplicidade afetiva e sexual. O conceito de relações livres é anterior a Rede, aparecendo em 2003 no manifesto “Sexo, prazer e afetividade”, do grupo Família e Feminismo. Também se trata de uma forma militante de exercer a não monogamia, se identificando pela autonomia e liberdade dos sujeitos sobre sua própria sexualidade. A ênfase está na liberdade dos relacionamentos, sendo possível construir diversos tipos de vínculos, mais ou menos duradouros, ou até casuais (JUNIOR, 2021).

As relações livres se aproximam do poliamor ao considerar a amizade enquanto afeto preponderante, e se aproximam da não monogamia política na crítica ao casamento e à polifidelidade. A diferença entre as relações livres e a não monogamia política é a ênfase que a não monogamia política dá para questões de raça, gênero, classe e outras identidades sistematicamente oprimidas.

Outras configurações que podem trazer confusão são swings e relacionamentos abertos. Ambos trazem a possibilidade de relações sexuais com

peças fora do relacionamento, mas a partir do fato de essas possibilidades não envolverem relações amorosas, os envolvidos constantemente se denominam monogâmicos (PILÃO; GOLDENBERG, 2012).

Perez e Palma, 2018, pesquisam noções de gênero e romance com participantes envolvidos em RNM, sinalizam que a equidade de gênero tem grande peso nas relações poliamorosas, sendo esta um ideal impossível de ser alcançado devido aos atravessamentos sociais. Os participantes da pesquisa buscam atentar-se para as diferenças de gênero, já que entendem que a desconstrução do amor romântico na perspectiva feminina se dá de forma mais gradual que na masculina. A comunicação e diálogo se mostram de extrema importância para os poliamoristas, já que desconstrução do amor romântico é vista como um processo constante. Estes, têm como objetivo promover a desconstrução e avaliar se todos se sentem confortáveis com o que está sendo construído em seu lugar (PEREZ; PALMA, 2018; COSTA; BELFINO, 2017, LINS, 2017).

Outro conceito importante diante de RNM é a compersão. Trata-se de um sentimento que seria oposto ao ciúme, sendo utilizado para lidar com o mesmo.

Dessa forma, ao sentir compersão, o indivíduo sente-se feliz e realizado pelo fato de que seu parceiro está se relacionando com outra pessoa. (RAMOS, 2017; LINS, 2017; PILÃO; GOLDENBERG, 2012; PILÃO, 2015; PEREZ; PALMA, 2018). Segundo Perez e Palma (2018) esse sentimento advém do reconhecimento pela responsabilidade que os envolvidos apresentam diante a relação, já que, ao perceber o amor como troca, é necessário que a manutenção da relação se dê de forma a valorizar o processo, a relação em si, e não necessariamente os atos individuais de uma ou de outra pessoa. E Costa e Belfino (2017) complementam

(...) há de se perceber que dentro das relações poliamorosas é perceptível a defesa da ideia de que o ciúme não é algo inato, inevitável ou impossível de superar. Na verdade, os poliamoristas defendem que o ciúme está vinculado a uma ideia de propriedade do outro, ou então de insegurança e desconfiança. o poliamor pressupõe e apregoa uma democratização das relações. (...) Para os adeptos do poliamor faz-se necessária uma constante comunicação e partilha dos sentimentos e emoções entre todos e, em especial, uma organização do tempo que é dedicado a cada um dos elementos. (p.82).

A crítica entre grupos não monogâmicos também é muito presente. Uma ideia sempre sendo debatida é a hierarquia relacional, isto é, a prevalência ou a possibilidade de que um casal seja superior, prioridade frente a outras relações. A

crítica costuma se referir à ideia de Relação Aberta (RA), onde só é possível o envolvimento sexual com outros(as) parceiros(as) e não o romântico. A ideia de hierarquia relacional conversa muito de perto com o ideal monogâmico que coloca o casal enquanto uma entidade (TAKAZAKI; TAVARES; NUÑEZ, 2020).

As autoras trazem mais alguns conceitos e críticas dentro da não-monogamia. Um desses conceitos é a “unicornização”. Esta é uma prática de alguns grupos não monogâmicos que implica na hierarquia de um casal tido enquanto principal. Trata-se de uma prática bifóbica que fetichiza mulheres bissexuais, onde um casal (normalmente heterossexual) busca uma mulher bissexual para “entrar no relacionamento”, mas esta não tem os mesmos direitos e poderes de decisão que as pessoas do casal prévio têm, muitas vezes usada apenas para relações sexuais.

Outro conceito utilizado na não monogamia e também muito controverso é o “poder do veto”, se tratando também de uma prática que preserva a hierarquia de uma díade, e é mais frequente em casais com pelo menos uma pessoa heterossexual. Essa prática parece ter dois significados distintos. O primeiro é quando um dos parceiros, (aparentemente é costumeiro que seja o homem, dado um casal heterossexual) limita as relações sexuais da sua parceira de modo que ela possa apenas se relacionar com outras mulheres. Outro significado é quando um dos parceiros tem o poder de vetar uma pessoa com a qual o outro está se relacionando que o desagrade.

Tanto a “unicornização” quanto o “poder de veto” são citados em alguns artigos, em especial em Takazaki, Tavares e Núñez (2020), mas não são acompanhados de sua definição. A definição apresentada acima parte da participação e observação da autora desta dissertação perante os fenômenos para conceituá-los.

As autoras trazem outra consideração importante que acaba por guiar a não monogamia política. É importante considerar que com possibilidades não monogâmicas diversas é possível que pessoas que já são preteridas em relacionamentos monogâmicos (pessoas pretas, transsexuais, gordas, etc) acabem sendo oprimidas novamente em relações não monogâmicas, sendo, portanto, a desconstrução de diversas normas vigentes necessária.

As bases jurídicas

A área do conhecimento com maior número de publicações sobre a não monogamia é o Direito, possivelmente devido ao caso na cidade de Tupã, onde, em 2012, ocorreu a primeira oficialização em cartório no país de uma relação poliafetiva, (nesse caso, entre um homem e duas mulheres) (CARVALHO, 2021). Desta forma, a união civil e o casamento em relações poliamorosas só tem precedente a partir desta data, e trata-se de uma forma do Estado comprovar certos afetos para assegurar os direitos básicos dos mesmos (TAKAZAKI; TAVARES; NÚÑEZ, 2020).

Silva (2021) aponta que as leis, apesar de ineficazes para impedir que qualquer tipo de relação aconteça no âmbito privado, podem restringir a exposição pública de arranjos relacionais que não são compatíveis com a posição hegemônica, limitando a liberdade e autonomia afetiva. Estabelecer união estável ou se casar com alguém do mesmo gênero é legal no Brasil desde 2011 (CAESAR, 2021), mas isso não garante que é possível gozar de aceitação pública em qualquer ambiente, existindo preconceito com casais homossexuais e com pessoas transgêneras (SILVA, 2021). Além disso, a eleição do presidente Jair Bolsonaro causou um boom de casamentos homoafetivos em 2018 (CAESAR, 2021), demonstrando que possivelmente há medo de perda de direitos destes casais frente a uma intervenção política. Em 2021, o número de casamentos homoafetivos quebra recorde (CAESAR, 2021).

Da mesma forma, vivenciar o poliamor (ou a não monogamia) em público pode impossibilitar que se usufrua de direitos sociais como por exemplo aparecer em público com as diversas parcerias exercendo a parentalidade sem que a moralidade dos indivíduos seja questionada, invocando-se, nessa situação, os direitos das crianças e adolescentes. Houve um caso, por exemplo, em que uma mãe teve a guarda da filha contestada ao se assumir poliamorista (SILVA, 2021).

Juridicamente, o poliamor é lido como “simultaneidade familiar”, sendo visto pela sociedade e pelo judiciário de forma negativa, como relações adúlteras. Dessa forma, o casamento não-monogâmico não é permitido judicialmente, mesmo que nesse modelo exista respeito e consentimento entre todas as partes envolvidas. (SILVA; MORAES, 2018).

Viegas e Rocha (2018), argumentam que não há embasamento jurídico para considerar a monogamia um princípio constitucional. O reconhecimento legal da união poliafetiva deveria ser garantido com base em diversos princípios do ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase no princípio fundamental da dignidade

da pessoa humana, que pressupõe que cada indivíduo tem o direito de fazer suas escolhas individuais sem ser recriminado ou impedido de fazê-las por preconceito moral alheio. As autoras defendem que o princípio da dignidade humana é indissociável à democracia, devendo ser respeitado e amparado pelo Estado.

Pilão (2021) nos oferece uma visão histórica da situação. A bigamia, poligamia e o adultério continuam sendo considerados crimes no Brasil no decorrer dos séculos XIX e XX, com penas mais brandas. Enquanto no Código Penal de 1839 o crime de poligamia acarretaria em uma prisão de seis meses, trabalho forçado e multa, no Código de 1891 a pena para mais de um casamento acarretaria na prisão de um a seis anos. No Código Penal vigente, de 1940, a bigamia prevê uma pena de dois a seis anos de reclusão, e de um a três anos para quem não sendo casado, se casa com alguém já previamente casado conhecendo a circunstância.

A Constituição de 1988, a partir da ampliação do conceito de família, caminha na direção de desarticular o monopólio do casamento monogâmico. A ampliação das possibilidades familiares para além do casamento monogâmico permite a união estável e legitima diversas relações antes tidas enquanto concubinato. Hoje em dia, algumas decisões de Tribunais Estaduais foram favoráveis ao reconhecer conjugalidades concomitantes, apesar de não terem recebido a mesma cobertura midiática que o caso de Tupã teve. Os posicionamentos são mais numerosos quando se referem a 2 uniões estáveis concomitantes, e menos quando se trata, por exemplo, de um casamento e uma união estável. Os juristas defendem o poliamor enquanto núcleo familiar argumentam que o Direito deve acompanhar as mudanças sociais de modo a garantir o reconhecimento de “novos modelos familiares” (PILÃO, 2021).

É importante pontuar que as últimas décadas foram marcadas pela crise do amor romântico e do modelo familiar burguês, o que, além de possibilitar a legalização do divórcio, influenciou na proliferação de formas alternativas de relacionamentos mais flexíveis que o casamento monogâmico, desestabilizando o paradigma mononormativo (JUNIOR, 2021).

Buscou-se, nessa extensa introdução, abarcar diversas áreas nas quais o tema da não monogamia aparece, de forma a construir uma interdisciplinaridade e interseccionalidade que possa dar base para o entendimento dos diversos fenômenos que a não monogamia abarca. Falar da monogamia enquanto sistema e construção histórica fez-se extremamente necessário, já que a não monogamia é

definida pelo que não é: a monogamia. Dessa forma, é possível observar como a estrutura monogâmica se fez e se faz presente, aliada a outras formas de opressão e repressão sexual. As formas de se relacionar dentro da não monogamia, assim como o que seria entendido enquanto relação não monogâmica são diversas, sugerindo que o tema, ao ser mais tratado nos últimos anos, tem influenciado a produção acadêmica e artística de múltiplos grupos, convidando a sociedade enquanto um todo a repensar as mononormatividades.

1.3 Educação sexual formal e informal

A World Association for Sexual Health (WAS), um grupo mundial multidisciplinar que promove a saúde sexual, traz em sua Declaração dos Direitos Sexuais (2014) que direitos sexuais são baseados nos direitos humanos universais, colocando a sexualidade enquanto um aspecto central e abrangente do ser humano, influenciada por fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais. Pontua-se que a saúde sexual não é apenas a ausência de doenças, mas algo que requer uma abordagem respeitosa e positiva para com os relacionamentos sexuais e a sexualidade, de forma a promover a possibilidade de experiências sexuais satisfatórias, seguras, livres de coerção e violência. Para que isso possa ser realidade, os direitos sexuais devem ser respeitados, efetivados e protegidos. Alguns direitos previstos no documento devem ser pontuados para o decorrer deste estudo.

Pontua-se o “direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção” (p. 2) trazendo a discussão previamente feita a respeito de como a monogamia foi consolidada e os apontamentos de Zanello. A monogamia não foi colocada enquanto uma das possíveis escolhas, e sim imposta através da colonização e catequização. O conceito de prateleira do amor ainda exemplifica como que a imposição desta forma de se relacionar gerou comportamentos violentos e aceitos socialmente.

Outro direito elencado no documento traz “o direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras.”. É a partir deste direito sexual que se alinha esta pesquisa, já que é perceptível que a monogamia não está alinhada com esses valores (prazer, satisfação, segurança), uma vez que, em união à Igreja católica, prescreve sexo puramente reprodutivo e condena o prazer feminino. Na

literatura sobre epidemias sexuais, como o HIV/Aids, vê-se o papel importante do adultério em espalhar o vírus, falhando em prover segurança. Vê-se na não monogamia uma possível quebra paradigmática de hábitos sexuais.

O último direito sexual pertinente ao estudo é “o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.”. Defende-se que a educação sexual informal não pode ser considerada esclarecedora. Vemos adiante.

A sexualidade engloba diversas dimensões da vida humana, como sexo, identidade, papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (AMARAL, 2017). Além disso, abrange nossas relações românticas e afetivas. A educação sexual é a maneira pela qual nos familiarizamos com esses assuntos, seja de forma formal e planejada, ou informal e não intencional. Qual é o papel dos relacionamentos e do modelo relacional nessa educação sexual? Como esse assunto intermedia diversas questões relacionadas à sexualidade, podemos pensar que ele é indispensável para a educação sexual de um indivíduo, mas como isso tem aparecido na prática?

É relevante ressaltar que a sociedade está em constante evolução, com ambientes e indivíduos em constante mudança, o que resulta na criação de novas realidades e na necessidade de adaptação tanto dos indivíduos quanto das instituições (MAIA et al., 2020). Pudemos ver como o casamento e as relações passaram por diversas modificações ao longo da história, assim como a educação sexual.

A educação sexual costuma ter enfoque no público infantil e adolescente e caracteriza-se pelo compartilhamento de saberes e experiências daqueles no contexto social da criança/adolescente (AMARAL, 2017). Sabe-se que a infância é um período bastante propício para aprendizagem, onde crianças observam e imitam seus arredores. Quanto a adolescência, esse período é marcado por experimentações e descobertas, influenciado por relações de poder, questões morais, de gênero, classe e raça, contexto político e econômico e modelos sociais. Entende-se que o adolescente expressa concepções de gênero e sexualidade a partir do contexto, (familiar, social e político), no qual está inserido (AMARAL, 2017). Nesta etapa da vida, os indivíduos estão mais suscetíveis à influência midiática, o que pode ser agravado pela deficiência ou ausência de outros vínculos educativos, como a escola e a família, por exemplo (ALVES, 2016).

Amaral (2017) destaca a influência dos papéis de gênero na educação

sexual. O autor ressalta que existe uma pressão social para que os homens estejam sempre prontos para o sexo, enquanto as mulheres são incentivadas a serem submissas aos desejos de seus parceiros, abdicando de sua autonomia e escolha em relação ao próprio corpo. Os padrões culturais, portanto, impõem comportamentos e atividades específicos para mulheres e homens, criando uma norma diferenciada para cada gênero. Através da história dos relacionamentos, é possível observar esse controle sobre o corpo feminino.

Apesar das mudanças sociais em relação a esse assunto, é importante questionar se a educação sexual fornecida aos homens é a mesma oferecida às mulheres. Isso levanta a questão da igualdade de gênero no âmbito da educação sexual, e se é necessário abordar e superar as disparidades existentes para promover uma educação sexual verdadeiramente igualitária para todos.

Figueiró (2009) aponta que o assunto ainda sofre de diversas repressões, que podem majoritariamente ser encontradas em relações cotidianas como na família, na escola ou em algum outro grupo social. A autora argumenta

(...) se desejarmos investir em prevenção de saúde sexual, precisamos voltar o nosso olhar para os relacionamentos cotidianos que levam as crianças e jovens a formarem uma visão positiva, ou negativa, da sexualidade e que, por conseguinte, vão formar a base das significações e das vivências pessoais, no campo da afetividade e da sexualidade. p. 64

A educação sexual é, primeiramente, um trabalho de reeducação sexual, já que é necessário reconstruir as informações e formações recebidas, ajudando o indivíduo a refletir e pensar sobre as ideias distorcidas de sexualidade que o indivíduo possa ter recebido até então. A educação sexual, é, portanto, um processo contínuo por toda a nossa vida, no qual aprendemos sobre sexualidade, desejo, relacionamentos, sexo e etc (FIGUEIRÓ, 2009).

Uma educação sexual eficaz deve, além de informar, também organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre a sexualidade, apontando os mecanismos de repressão sexual e a condição histórico-social dos nossos corpos e sexualidades (MAIA; RIBEIRO, 2011). Além disso, cabe a ela trabalhar uma visão positiva sobre sexualidade, desenvolver comunicações interpessoais claras, incentivar pensamentos críticos e fornecer condições para que o indivíduo tome atitudes de forma autônoma e responsável sobre a própria vida sexual (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Esses parâmetros podem ser seguidos dentro de educação sexual formal, isto é, a educação sexual planejada e desenvolvida para esse propósito específico, que normalmente acontece na escola ou dentro de um espaço de ensino, onde a sexualidade é encarada de forma natural, fugindo de tabus e estereótipos. Porém, Amaral (2017) aponta que a escola foi construída sob uma base pedagógica sexista e desigual, no qual ainda há um espaço de reprodução de padronizações comportamentais, que determina estereótipos para adolescentes e leva à reprodução dos papéis de gênero.

Os temas de sexualidade humana possuem uma natureza científica e interdisciplinar que torna a escola um espaço privilegiado para tratar-se desses assuntos, mas, para pensar o plano escolar, os professores e demais profissionais da escola devem estar capacitados para agir de uma forma adequada perante às dúvidas e manifestações dos/as alunos/as a respeito da sexualidade, sem fugir das questões dos mesmos (EUGENIO, 2011).

A educação sexual nas escolas brasileiras aparece com mais frequência desde a segunda metade da década de 80, motivada pela urgência de combater a AIDS, mas apenas em 1996 que o MEC institucionalizou a discussão, incluindo o tema gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC) enquanto temática transversal (BRANT; MARTINS, 2020). Ainda assim, os autores apontam que ainda existem muitas barreiras para uma formação que de fato contemple a educação sexual, sendo uma delas o fato de que a discussão sobre sexualidade nas escolas é permeada pela tônica do risco e ameaça, (os perigos do sexo ao poder provocar IST ou gravidez indesejada), sendo que, dessa forma, se afasta de uma leitura da sexualidade como prazerosa e desprovida de tabus.

A educação sexual informal é caracterizada como um processo não intencional e abrangente, que inclui qualquer ação que possa ter efeito direto ou indireto sobre a vida sexual de um indivíduo (FIGUEIRÓ, 2009). Esse processo ocorre constantemente, envolvendo "discursos" implícitos e explícitos presentes em imagens, textos, filmes, arte, literatura, músicas, propagandas e outras instâncias sociais, como a igreja, a família e a escola. Desde antes do nascimento, já estamos expostos a representações sobre conjugalidade, gravidez, reprodução, gênero, entre outros aspectos, que moldam nossas ações, expectativas, pensamentos e sentimentos com base em atitudes e valores construídos (BORTOLOZZI, 2020, p. 11).

Essa educação sexual informal é, portanto, uma influência contínua e abrangente que permeia nossa cultura e sociedade, contribuindo para a formação de nossas visões e compreensões sobre sexualidade, relacionamentos e questões de gênero desde os estágios iniciais de nossa vida. É essencial reconhecer essa influência para que possamos promover uma educação sexual mais consciente, inclusiva e respeitosa, que reflita valores e princípios igualitários.

Teixeira (2016) oferece um exemplo pertinente sobre a educação sexual informal, destacando as pressões sociais relacionadas à conformação de gênero com o sexo biológico. A autora enfatiza que a categoria de gênero, imposta a nós pela sociedade, é internalizada para que possamos ser reconhecidos socialmente e construir nossa identidade. No entanto, quando as expectativas impostas não são cumpridas, podemos sofrer punições, marginalização, discriminação, entre outras consequências.

É possível perceber a presença dessa educação sexual informal em diversos contextos, como na escola, por meio das relações sociais cotidianas; em casa, através das ações e palavras dos pais e familiares; e na mídia, que constantemente nos bombardeia com informações sobre sexualidade. Esses locais desempenham um papel significativo na formação de nossas percepções e crenças relacionadas à sexualidade, contribuindo para a construção das normas de gênero e influenciando a maneira como nos relacionamos com nossa própria sexualidade e com a dos outros.

É importante estar ciente desse contexto para promover uma educação sexual mais aberta, inclusiva e respeitosa, que permita a expressão autêntica da identidade de gênero e da sexualidade de cada indivíduo, sem recorrer a estereótipos ou pressões sociais limitadoras. Ao reconhecer a influência desses espaços em nossas visões sobre gênero e sexualidade, podemos trabalhar para criar ambientes mais acolhedores e igualitários, onde todos possam viver suas identidades de forma plena e sem discriminação.

Observamos diversos locais onde essa educação sexual parece mais presente, como na escola (na relação sociais cotidianas), em casa (por meio de ações e dizeres de pais e familiares), e na mídia (que nos bombardeia com informações sobre sexualidade o tempo todo). Falaremos desse contexto agora.

Brant e Martins (2020) fizeram uma pesquisa com objetivo de desvendar quais são as fontes de informações mais escolhidas para aprender sobre sexualidade, no qual 200 estudantes de ensino médio e superior apontaram suas

preferências. Os participantes indicaram a internet como fonte mais utilizada (88%), seguido de amigos (73,5%), mídia (53%) e centros de saúde (53,5%). Os autores apontam que a escolha das fontes de informações é uma escolha delicada, porque se relaciona diretamente com fatores sociais, educacionais, culturais, políticos e econômicos, e podem prejudicar os jovens e influenciar diretamente nos seus comportamentos e práticas sexuais.

Em contextos cotidianos escolares, onde há muitas interações de jovens com seus amigos e com seus professores, Figueiró (2009) pesquisou como a educação sexual tem se manifestado, analisando situações cotidianas que se constituem em exemplos de educação sexual informal, conversando com educadores. A autora defende que os educadores não estão preparados para a demanda cotidiana dos alunos, atentando-se para a necessidade de uma formação continuada para os educadores sobre o tema, possibilitando uma relação positiva e saudável com a sexualidade.

Tratando-se da educação sexual informal advindas de pais e familiares, Eugenio (2011) apresenta um paradoxo: enquanto os pais tendem a estimular a evolução e aprendizagem de seus filhos em diversos aspectos da vida, ao tratarem de sexualidade, o assunto é tratado, muitas vezes, de forma muito cautelosa e preconceituosa.

A pesquisa de Angelo et al. (2021) destaca a forte influência da mídia, como a internet, televisão, celulares e publicidades, sobre a sexualidade. Isso se deve ao fato de a mídia ser um recurso amplamente presente no cotidiano de jovens e adultos, sendo uma fonte importante de informação (BRANT; MARTINS, 2020). Atualmente, a mídia e as tecnologias estão presentes desde a primeira infância, disseminando ideias e concepções, fornecendo educação, entretenimento e moldando opiniões, valores, crenças e atitudes (ALVES, 2016; EUGENIO, 2011). Nesse contexto, o corpo e a sexualidade são frequentemente abordados.

Fischer (2002) ressalta que a exposição da privacidade nos meios de comunicação tem levado à discussão constante sobre o que é considerado jovem e belo, estabelecendo modelos de beleza altamente disseminados e pressionando constantemente as pessoas a se adequarem a esses padrões.

Além da produção midiática, Brant e Martins (2020) afirmam que as tecnologias da informação se tornam mediadoras do cotidiano e, assim, parte integrante de nossa comunicação com os outros e da construção da nossa

identidade. Sendo mediadoras, essas tecnologias possibilitam uma relação de representação que funciona como extensões performativas das práticas e eventos sociais.

Portanto, a mídia e as tecnologias desempenham um papel significativo na formação de conceitos e visões sobre a sexualidade, bem como na construção de identidades, reforçando padrões culturais e sociais e influenciando a forma como as pessoas enxergam a si mesmas e os outros no âmbito da sexualidade e da imagem corporal. É importante ter consciência dessa influência para promover uma mídia mais responsável e inclusiva, que respeite a diversidade e não perpetue estereótipos prejudiciais à saúde mental e bem-estar das pessoas.

A mídia e as tecnologias da informação muitas vezes assumem um papel pedagógico, influenciando a formação de opinião sobre diversos assuntos, incluindo sexualidade, corpo e gênero, por meio de diferentes tipos e veículos de informação (PEREIRA, 2009). Incorporá-las ao processo educativo é essencial para se adaptar ao contexto social atual, permitindo que as pessoas façam escolhas fundamentadas com um olhar crítico em relação às mensagens que estão sendo transmitidas (EUGENIO, 2011).

Teixeira (2016) nos permite entender modelos prejudiciais de sexualidade ao apontar a hiperssexualização das mulheres na mídia. Essa hiperssexualização contribui para a propagação e ênfase de concepções de sexualidade e gênero, atuando como um agente de socialização que diferencia as experiências de gênero. No caso das mulheres, elas são frequentemente sexualizadas desde cedo, transformando-as em mercadorias sexuais para a venda de produtos. É essencial que adotemos um olhar crítico e reflexivo em relação aos meios de comunicação, assim como ao uso da internet e celulares.

Promover uma mídia mais responsável e consciente é fundamental para evitar a perpetuação de estereótipos prejudiciais e modelos inadequados de sexualidade e gênero. É necessário que educadores, pais e sociedade em geral incentivem a análise crítica da mídia, a fim de desenvolver uma compreensão mais abrangente e inclusiva sobre sexualidade, corpo e identidade de gênero. Além disso, é importante que sejamos mais seletivos em relação ao conteúdo que consumimos e questionemos as mensagens que nos são transmitidas, buscando informações diversificadas e respeitadas que reflitam a pluralidade das experiências humanas. Assim, poderemos utilizar a mídia e as tecnologias como aliados para uma educação

sexual mais saudável e consciente, promovendo o respeito à diversidade e o empoderamento das pessoas em relação à sua sexualidade e identidade de gênero.

É notável que a mídia reflete as mudanças morais e sociais ao longo do tempo. Conforme apontado por Alves (2016), há algumas décadas atrás, a representação de relacionamentos homoafetivos na mídia seria impensável. No entanto, com o avanço da sociedade e a busca por maior inclusão e diversidade, temos testemunhado uma maior representação e visibilidade desses relacionamentos na mídia atualmente.

De acordo com Maia et al. (2020), os desenhos animados da Disney também demonstram uma evolução na representação feminina ao longo dos anos. As personagens femininas têm sido retratadas como mais independentes e autônomas, e os relacionamentos românticos deixaram de ser o único foco para o final feliz. A Disney tem valorizado novos tipos de relações, e as princesas agora são apresentadas com mais diversidade em suas trajetórias.

Contudo, é importante reconhecer que a mídia é uma indústria mercadológica, buscando lucro e atendendo às demandas do público. Isso significa que as mudanças na representação podem estar relacionadas tanto a avanços sociais e morais quanto à procura por abranger um público mais diversificado. Ainda que haja progresso na representação de questões como a diversidade de gênero e orientação sexual, é fundamental manter um olhar crítico em relação à mídia e questionar sua abordagem em busca de uma maior autenticidade e respeito à pluralidade de experiências. Essa abordagem crítica nos permite promover uma mídia mais inclusiva, representativa e reflexiva sobre as questões sociais e morais do nosso tempo.

A partir dessa reflexão, podemos notar que, em termos de veículos de entretenimento, a não monogamia não é frequentemente tida como modelo de relacionamento, mas tem crescido a sua representatividade nos últimos anos, principalmente depois da popularização dos *streamings* (Netflix, Prime Video, HBO Max, Hulu, etc). Ainda assim, há de se observar como esse assunto tem sido abordado por grandes produtores de conteúdo. Com as tecnologias das informações, por meio de redes sociais, principalmente, o assunto tem se mostrado mais presente, apresentando uma diversificação enorme na forma em que é tratado. Por meio da presente pesquisa, busca-se jogar uma luz sobre esse tema.

Essa seção teve como intuito a apresentação da educação sexual como algo

presente no nosso cotidiano, caminhando junto com as modificações sociais, mas ainda bastante falha quando pensamos em relações não monogâmicas, mantendo-as consideravelmente no escuro. A educação sexual formal, planejada e intencional de forma a construir uma visão positiva e saudável de sexualidade pode ser uma aliada quando fornece informações sobre diversas formas de se relacionar para os/as alunos/as. Na próxima seção, busca-se elucidar os relacionamentos não monogâmicos em suas diversas formas, por meio da literatura produzida sobre os mesmos, principalmente nos últimos anos.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Carvalho (2021) apresenta que é apenas em 2012 que se inicia a produção acadêmica sobre não monogamia no Brasil. O autor argumenta que estudar a não monogamia cria espaço para contestar-se os padrões normativos de relacionamentos. Além disso, pessoas não monogâmicas são estigmatizadas e patologizadas por profissionais de saúde mental.

A partir do exposto, há de se pensar que a falta de trabalhos sobre relações não-monogâmicas prejudica a psicologia por enviesar os estudos em sexualidade e desenvolvimento humano voltados somente para uma forma padronizada de relacionamento conjugal em uma sociedade cada vez mais diversa e plural.

Possibilitar e incentivar o estudo sobre relações que fogem aos padrões normativos não só é justo com esse grupo de pessoas como é necessário para a criação de uma cultura que possibilite cada vez mais formas saudáveis de se relacionar. O poliamor e a não-monogamia de forma geral buscam a quebra de padrões patriarcais de se relacionar, apesar de muitos relacionamentos não monogâmicos fazerem uma manutenção dos padrões normativos e do abuso, ao invés de quebrá-los. O tema, quando é apresentado na mídia é “idealizado” ou reproduz padrões patriarcais e abusivos. Diante da escassez de pesquisas na área da psicologia com o contato com essa população é que se propõe este projeto de pesquisa.

Diante do exposto, pergunta-se: como ocorre o estabelecimento de vínculos não monogâmicos consensuais na realidade brasileira? O que pensam homens e mulheres que se envolvem nesses relacionamentos sobre amor, romance,

conjugalidade e família? Como percebem suas identidades de gênero e suas orientações sexuais? Quais as contribuições de suas vivências para o desenvolvimento de vínculos amorosos saudáveis e menos opressores?

Para responder a essas questões, propusemos esta pesquisa com o seguinte **objetivo geral** de investigar, por meio de relatos de pessoas que estabelecem vínculos não monogâmicos consensuais, suas vivências afetivas, amorosas e sexuais. Os **objetivos específicos** foram:

- Identificar como as pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) descrevem como estabeleceram esse relacionamento: acordos, regras, nomenclaturas, dificuldades, facilidades, entorno, etc.;
- Analisar as concepções de pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) sobre sexo e sexualidade, bem como conceitos de conjugalidade e família;
- Analisar as concepções de pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) sobre orientação sexual e expressão de gênero;
- Estabelecer relações entre os RNM e os modelos de relacionamentos monogâmicos que foram impostos socialmente a partir de ideais de conjugalidades “normais”, controlando comportamentos amorosos.

Tem-se a hipótese de que pessoas que optam por se relacionar de forma não-monogâmica tendem a ter ideias menos normativas e mais saudáveis sobre romance, conceitos mais abertos de amor e praticarem maior liberdade sexual, além de serem mais abertos e menos preconceituosos com formas diferentes de expressão de gênero, como a população transgênera e não-binária. Além disso, também tem-se a hipótese de que em relação à população geral a orientação sexual e de gênero de pessoas em RNM é menos normativa e oferece mais liberdade sexual pois possivelmente essas pessoas têm menos influência da sociedade em seus padrões de sexualidade e gênero.

3 MÉTODO

3.1 Delineamento de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, tipo descritiva e exploratória (BORTOLOZZI, 2020; GIL, 2019; SPATA, 2005).

Trata-se de um estudo de campo, que foi realizado em duas etapas: uma quantitativa e outra qualitativa, se tratando portanto, de um método misto. Neste caso, há uma tendência de basear as análises e discussões em elementos pragmáticos. A escolha pelo chamado método misto (pesquisa quanti-qualitativa, multimétodo, etc). se dá a partir da possibilidade de gerar informações em diferentes unidades de análise (CRESWELL, 2010). Além disso, propõe-se o método misto com um objetivo transformador maior, de prover visibilidade para a comunidade não monogâmica e incentivar mais pesquisas no tema.

A metodologia envolve procedimentos sequenciais, no qual a coleta quantitativa precedeu a coleta de dados qualitativa. O estudo começa com um levantamento de dados gerais da comunidade não monogâmica e depois se concentra nas entrevistas qualitativas para coletar visões mais detalhadas sobre a vivência desta comunidade. Não será dada prioridade entre os dados quantitativos e qualitativos, e estes serão unidos na sessão de *Discussão* do presente estudo. Está sendo utilizada a perspectiva teórica de gênero, assim como a teoria advinda do campo de educação sexual, enquanto direito universal inalienável.

Dentro das estratégias possíveis para o uso do método misto, entende-se que a estratégia explanatória sequencial é a mais adequada perante os objetivos deste estudo. Utiliza-se os resultados qualitativos para auxiliar na interpretação dos dados qualitativos. Apesar de dados quantitativos envolverem uma amostragem aleatória, faz-se mister pontuar os locais virtuais nos quais o questionário foi disponibilizado.

3.2 Participantes

Na primeira etapa do estudo, quantitativa, participaram 122 pessoas e o recrutamento ocorreu via convite em grupos e páginas de *facebook*, *instagram* e *whatsApp* que tinha por intuito reunir pessoas não monogâmicas, constituindo-se em uma amostra intencional e de conveniência e/ou pela técnica *snowball* (indicação

das pessoas participantes), tal como recomenda alguns autores de metodologia (BORTOLOZZI, 2020; GIL, 2019; SPATA, 2005).

Em uma segunda etapa do estudo, qualitativa para aprofundar os dados, participaram 9 pessoas adultas, sendo 4 díades e uma participante individual. Tratavam-se de pessoas entre 18 e 30 anos, que se autodeclararam enquanto não monogâmicos. Foram selecionados por meio de amostra de conveniência (conhecidos/as da pesquisadora) e *snowball* (indicação das pessoas participantes).

Os critérios de inclusão nas duas etapas foram: (a) serem maiores de 18 anos, (b) estarem em um relacionamento não monogâmico consensual há mais de um ano, (c) serem residentes no Brasil e (d) concordarem participar voluntariamente, assinando um termo de consentimento livre e esclarecido.

3.3 Instrumento de coleta de dados

A pesquisa utilizou-se dos seguintes instrumentos de coleta de dados:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Como parte dos procedimentos éticos em pesquisa, utilizou-se de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido redigido pela autora e orientadora. Tal termo encontra-se no apêndice 1. (APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Questionário Identitário de Pessoas Não Monogâmicas (QIPNM)

O questionário utilizado foi elaborado pela autora e orientadora a partir dos objetivos específicos. Este instrumento foi dividido em 5 seções: a 1ª, na qual o participante era apresentado ao TCLE e respondia aos critérios de inclusão; a 2ª seção, *Dados Gerais*, na qual havia nove perguntas referentes às características gerais, como idade, profissão e religião, por exemplo; a 3ª, *Gênero e Sexualidade*, com seis questões (cinco fechadas e uma aberta), onde o participante informa seu gênero, orientação sexual, padrão de pessoas com quem se relaciona, etc; a 4ª, *Conjugalidade e Família*, com 16 questões (12 questões fechadas e quatro abertas), referente a conjugalidade do participante, assim como questões familiares e de moradia; e a 5ª, *Relacionamentos Atuais*, com 12 questões (oito questões fechadas e quatro abertas), onde pede-se mais informações sobre a(s) relação(cões) atual(is) do participante, investiga-se a vida como pessoa não monogâmica, etc.

Para aprimoramento do instrumento foi realizada uma aplicação piloto com 3 indivíduos, um homem, uma mulher e uma pessoa agênero, com idades entre 20 e 30 anos na presença da pesquisadora e sem influência externa naquele momento. As mudanças se referiram principalmente em acrescentar conceitos, alternativas e mudar a posição das alternativas.

O questionário foi disposto na modalidade online, acompanhado de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi apresentado na primeira sessão e os participantes só poderiam prosseguir ao concordar com o mesmo e responderem as questões que os qualificaram para o critério de inclusão.

Uma versão final do questionário encontra-se em apêndice 2 (APÊNDICE 2 - Questionário Identitário de Pessoas Não Monogâmicas)

Entrevista semiestruturada

Utilizamos também um roteiro de entrevista com questões abertas para aprofundar alguns dos elementos observados no questionário online. Este roteiro foi elaborado pela autora e orientadora. Apesar de tomar o QIPNM enquanto base, a entrevista propunha-se mais aberta, possibilitando respostas longas e que, portanto, a diáde pudesse dar quantas informações se sentissem confortáveis.

Para aperfeiçoamento também foi aplicado em situação piloto com uma diáde. Após isso, uma questão foi acrescentada e as demais mantidas. Como não houve mudança significativa, os dados relativos a esta diáde foram incluídos na pesquisa, a serem pontuados enquanto Daiane e Dariel nos resultados e na análise. A versão final deste roteiro no Quadro 1.

Quadro 1 - Questões do Roteiro de Entrevista organizado em função dos objetivos dos temas a serem investigados.

Temas a serem investigados	Roteiro de Questões
Dados pessoais e dados sobre o estabelecimento da relação	Iniciais do nome, idade, gênero, profissão Como se conheceram, como estabeleceram a relação? Que nome dão para o vínculo que têm? Já conheciam esse tipo de relação? Como?

Vivência no cotidiano	Como vivem o relacionamento? Há acordos, regras? Quais dificuldades, facilidades, Como ocorre as relações do vínculo com a família? Com os/as amigos/as? Com o trabalho? Comunidade? (entorno)? etc.;
Investigação sobre concepções	O que entendem sobre sexo e sexualidade? O que é casal e casamento para vocês? O que define uma família para vocês?
Investigação sobre a identidade de gênero e orientação sexual	Como percebem a expressão de gênero de vocês? Se reconhecem como homens e mulheres? E a orientação sexual? se reconhecem como? Por que pensam assim?
Relações com o padrão monogâmico e a identificação do preconceito	O que vocês têm de diferente das pessoas que vivem a monogamia? Isso é bom ou ruim? Por que? O que vocês têm de igual às pessoas que vivem a monogamia? Isso é bom ou ruim? Por que? Vocês sofrem preconceito? De quem? Se sim, o que pensam sobre isso? O que fazem diante disso? O que diriam para pessoas como vocês? O que diriam para pessoas diferentes de vocês?
Relações não monogâmicas na mídia (adicionado durante o piloto)	Quais conteúdos não monogâmicos vocês consomem? Quais músicas, séries, filmes, livros e outras mídias possuem relações não monogâmicas, e como elas são retratadas?

3.4 Procedimento de coleta e de análise de dados

Todos os procedimentos éticos em pesquisas com seres humanos foram respeitados. Antes da realização, esta pesquisa foi submetida a um Comitê de Ética de uma universidade pública e aprovada, de acordo com o parecer de número 5.026.614, em 21 de outubro de 2021.

Para a coleta de dados quantitativa, o questionário foi disponibilizado *on-line* por meio do Google Formulários no dia 21 de fevereiro de 2022 nos seguintes grupos *on-line*:

- Não-Monogamia Brasil (facebook)

- NM em foco (facebook e grupo no Whats App)
- Sobre Poliamor, relações livres e outras coisas lindas (facebook)
- Viveiro de afetos (grupo no Whats App)
- GEPESEC (grupo no Whats App)
- R-Li-E Diversidade não mono (grupo no Whats App)
- Mães não mono (grupo no Telegram)

O questionário ficou disponível por um tempo de 24 horas e obteve 165 respostas, entretanto, 122 respostas tiveram o preenchimento em todas as perguntas.

Quanto à entrevista, após os esclarecimentos sobre os objetivos gerais e os procedimentos básicos da pesquisa e recrutamento dos participantes, um dia e horário foi agendado para a realização de cada uma das entrevistas, que foram realizadas entre fevereiro e agosto de 2022.

As entrevistas foram realizadas em um espaço privado, sem ruídos sonoros e com privacidade, como uma sala do LASEX, o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Sexualidade Humana, da Faculdade de Ciências da UNESP, que tem uma sala reservada para entrevistas de pesquisa. Apesar de todos participantes serem convidados a entrevista neste espaço, duas díades preferiram fazer a entrevista em suas casas, o que foi respeitado. Nessas situações, ambas as díades se encontravam sozinhas em seus lares e utilizou-se do mesmo instrumento, da mesma forma.

Toda a interação verbal foi gravada em áudio perante a autorização dos(as) participantes. As entrevistas tiveram uma duração média de 1h13min, sendo a mais longa com 1h58 e a mais curta 29 minutos, realizada individualmente.

A análise de dados quantitativa ocorreu pela estatística descritiva simples: analisou-se principalmente as porcentagens do grupo, o comparando consigo. Os dados são apresentados a partir dos gráficos e tabelas, de forma a facilitar a comparação entre o grupo de participantes, possibilitando hipóteses sobre características gerais do grupo de pessoas não monogâmicas.

Já a análise de dados qualitativa ocorreu por meio da divisão de temas presentes nos discursos e esmiuçamento de semelhanças e diferenças. Explora-se casos muito discrepantes e busca-se a integração dos dados na seção de discussão.

Os áudios gravados foram transcritos, na íntegra, para um documento de word. Esses relatos, aqui denominados de “discursos” serão analisados por meio da Análise Comportamental do Discurso (ACD), como proposto por Borloti et al., 2008. Segundo o autor:

Uma ACD pode ser considerada um exercício interpretativo da função de um conjunto de operantes verbais (o discurso). Os fundamentos de uma ACD permitem entender tanto a variação quanto a permanência do conjunto; a que tipo de audiência interessa variar ou permanecer. (...) é importante lembrar do controle múltiplo atuando sobre operantes de um discurso, e que é mais evidente quando se foca o uso que o falante faz de certos recursos estilísticos. (p. 107)

Tem-se como discurso um conjunto de operantes verbais com propriedades, dentro de certas práticas linguísticas que mantêm e promovem certas relações sociais (BORLOTI et al., 2008). Como comportamento operante, o verbal é indissociável do ambiente no qual se configura e da cultura na qual se insere, (portanto, de seu contexto), incluindo a relação entre ouvinte e falante e, como relação, o comportamento verbal é a própria ação de falar em interação com o ouvinte, sem considerar-se ideias mentalistas ou representacionais (BORLOTI et al., 2008)

Dessa forma, para uma Análise Comportamental do Discurso, o discurso é determinado por contingências (passadas e atuais), trata-se de um dado empírico cuja a análise afasta-se da metafísica, tornando assim a ACD um procedimento de uma ciência natural que se propõe a prever e a controlar o discurso.

A partir desta análise, interpretaremos os dados à luz da teoria para responder, enfim, ao problema de pesquisa que norteou a redação deste projeto de pesquisa. Busca-se, além da premissa da Análise Comportamental do Discurso, dividir as entrevistas nas categorias utilizadas no questionário para facilitar a comparação e análise dos discursos.

4. RESULTADOS

Apesar do QIPNM ter recebido 122 respostas completas, 140 participantes correspondiam ao público-alvo, podendo estes indivíduos desistir de responder em qualquer momento. É importante ressaltar que, além do questionário ter ficado *online* por um curto período de tempo, não temos dados para saber qual é a quantidade de indivíduos não monogâmicos no Brasil, impossibilitando o cálculo de um número representativo da população.

4.1 Análise dos dados quantitativos

Dados Gerais sobre a caracterização dos/as participantes

A idade dos participantes variou entre 18 e 49 anos, sendo em menor quantidade depois dos 38 anos, indicando, portanto, uma população não monogâmica majoritariamente jovem. Foram quatro idades as mais frequentes, sendo estas: 25 anos (11 respostas), seguida por 23, 27 e 31 (todas com 10 respostas). Quanto à raça dos(as) participantes, (139 respostas), 74,8% dos indivíduos se consideram brancos, seguidos por pardo (13,7%), preto (7,9%), outro (2,9%) e amarelo por último (0,7%).

A escolaridade dos(as) participantes indicou uma população com alto nível de escolaridade, sendo os(as) prevalentes “ensino superior” completo ou incompleto (27,9% cada um) e “pós graduação” completa (27,9%), como pode-se observar a partir da Figura 1. A porcentagem de indivíduos que responderam “ensino superior” incompleto indica, devido a faixa etária dos respondentes, um público considerável de universitários, a ser confirmado pelas profissões diversas informadas, cuja predominância foi de professores (11,7%, incluído professores de música, de dança, e de inglês), estudantes (7,6%, entre estudantes da graduação, da pós graduação e pesquisadores), psicólogos (5,9%) e advogados (3,4%). A diversidade de profissões pode ser observada na Figura 2, que mostra o rendimento mensal dos(as) participantes, bastante diverso, sendo que 32,9% tem um recebimento mensal entre R\$1100,00 e R\$ 3300,00.

Figura 1. Escolaridade dos(as) participantes.

Qual sua escolaridade?
140 respostas

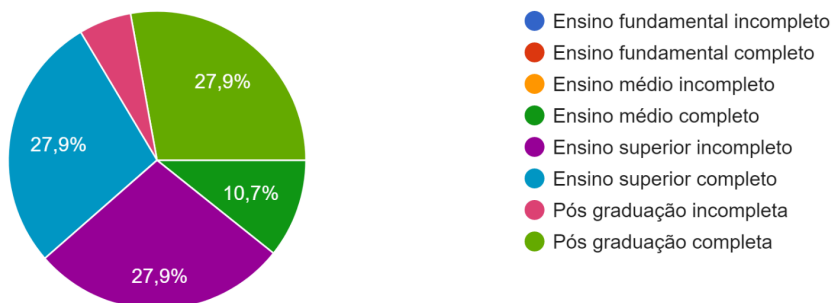
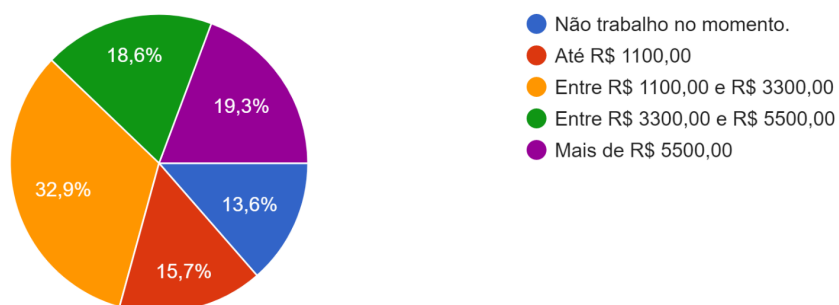


Figura 2. Renda mensal dos(as) participantes.

Qual seu rendimento mensal?
140 respostas



Os(as) respondentes residiam majoritariamente no Estado de São Paulo (55,1%), sendo que 31,1% da amostra geral vem da capital paulista. Observa-se que três estados do Sudeste (São Paulo com 55,1%; Minas Gerais com 15,9%; Rio de Janeiro com 7,2%) concentraram a maior parte dos(as) respondentes.

As religiões declaradas foram várias, mas a maioria no grupo declarou não ser religioso. Na Tabela 1, podemos observar que 58,9% dos(as) participantes não eram religiosos(as) e as religiões citadas foram variadas. Buscou-se utilizar o mesmo termo usado pelos(as) participantes.

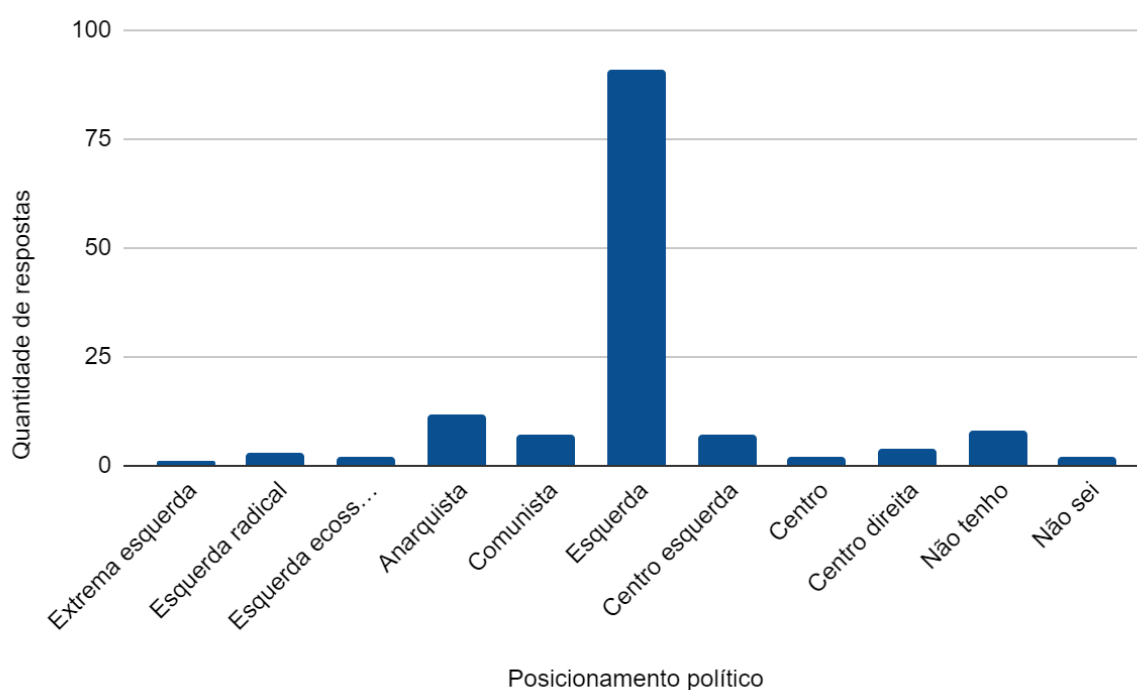
Tabela 1. Religião declarada pelos(as) participantes

Tipos de crenças	Praticante	Não-praticante	Não especificado	Total
Não tenho/ateísmo			83	83
Agnosticismo			16	16
Cristianismo/Batista/Crente	3	4		7
Umbanda/candomblé	2	2	4	8
Espiritismo	4	2	1	7
Catolicismo	2	5	1	8
Budismo	2	1		3
Santo Daime	1	1	1	3
Cosmo	1			1
Bruxaria/Wicca	2			2
Satanismo	1			1
Asatru			1	1
TOTAL DE RESPOSTAS				140

A segunda seção do questionário também mapeou a opinião política do público, assim como a presença em coletivos sociais de minorias. A opinião política

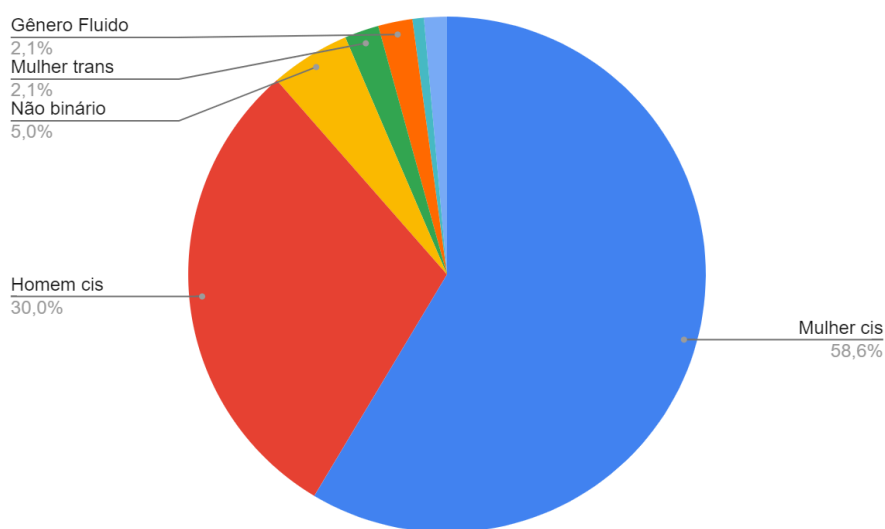
dos(as) participantes indicou um público altamente de esquerda (83,5%, incluindo extrema esquerda, esquerda radical, esquerda ecossocialista, anarquista, comunista e esquerda), como podemos observar na Figura 3. Quanto aos coletivos sociais de minorias, 78,6% dos(as) entrevistados(as) afirmam pertencer ou ser aliado(a) à uma luta social, elencando mais de 25 lutas diferentes, sendo as mais frequentes a luta da comunidade LGBTQIAPN+ (33,8%), a luta feminista (23,7%) e a luta antirracista (17,7%).

Figura 3. Posições políticas declaradas pelos(as) participantes.



Ao se tratar da autodeclaração de gênero, os dados do presente estudo apresentaram 58,6% de mulheres cis autodeclaradas, seguidas por homens cis (30%), não binários (5%), gênero fluido e mulheres trans (cada um com 2,1%), como podemos observar na Figura 4. Um dos respondentes pontua estar repensando o conceito de gênero e duas mulheres preferiram se definir apenas quanto mulher, sem classificar-se enquanto cis ou trans.

Figura 4. Identidade de gênero declarada pelos(as) participantes.



Quanto a orientação sexual dos(as) participantes, 40% se identifica enquanto bissexual, 37,1% panssexual, 18,6% heterossexual, 13,6% demissexual, 11,4% homossexual, 5,7% polissexual e 2,1% arromantico, sendo nessa questão possível responder mais de uma opção.

Ao questionar-se com qual gênero os(as) respondentes se relacionavam ou se relacionariam, as respostas tenderam a incluir a diversidade de gêneros, como podemos observar na Figura 5. A opção de “todos os gêneros” não estava incluída no questionário, mas foi acrescentada por 7 participantes. Quanto a quais orientações sexuais os(as) participantes se relacionam ou relacionariam, sendo que “bissexual” foi a orientação mais respondida, com 87,9%. Podemos observar esse dado na Figura 6. Um respondente assinalou “Outros”, indicando que se relacionaria sexualmente com todas as orientações, mas romanticamente somente com bissexuais.

Figura 5. Identidades de gênero das pessoas com as quais os(as) participantes se relacionaram.

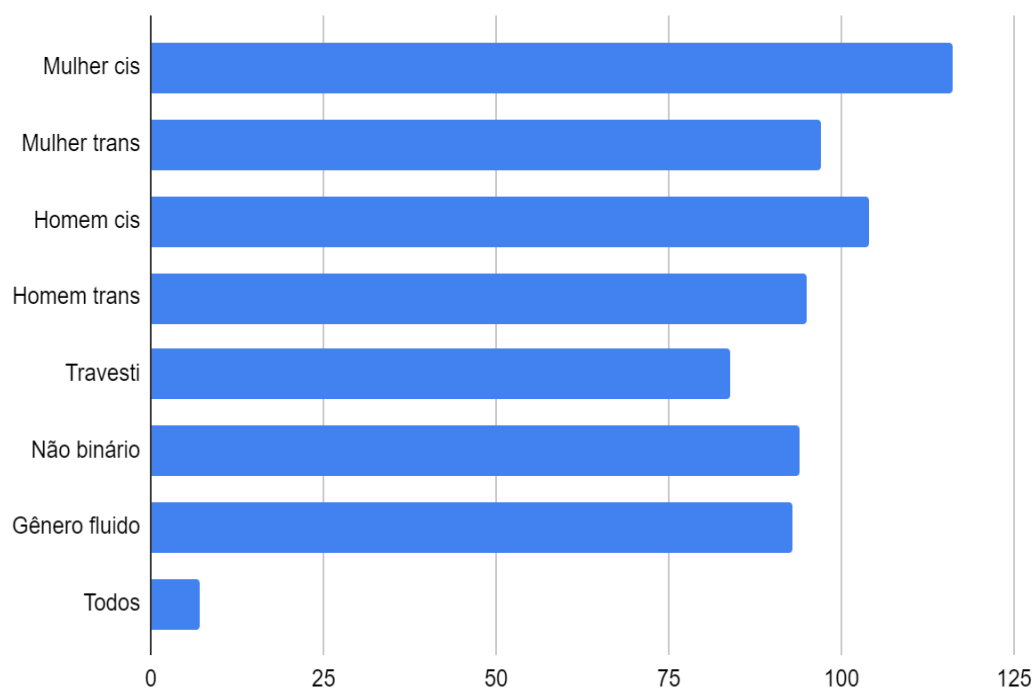
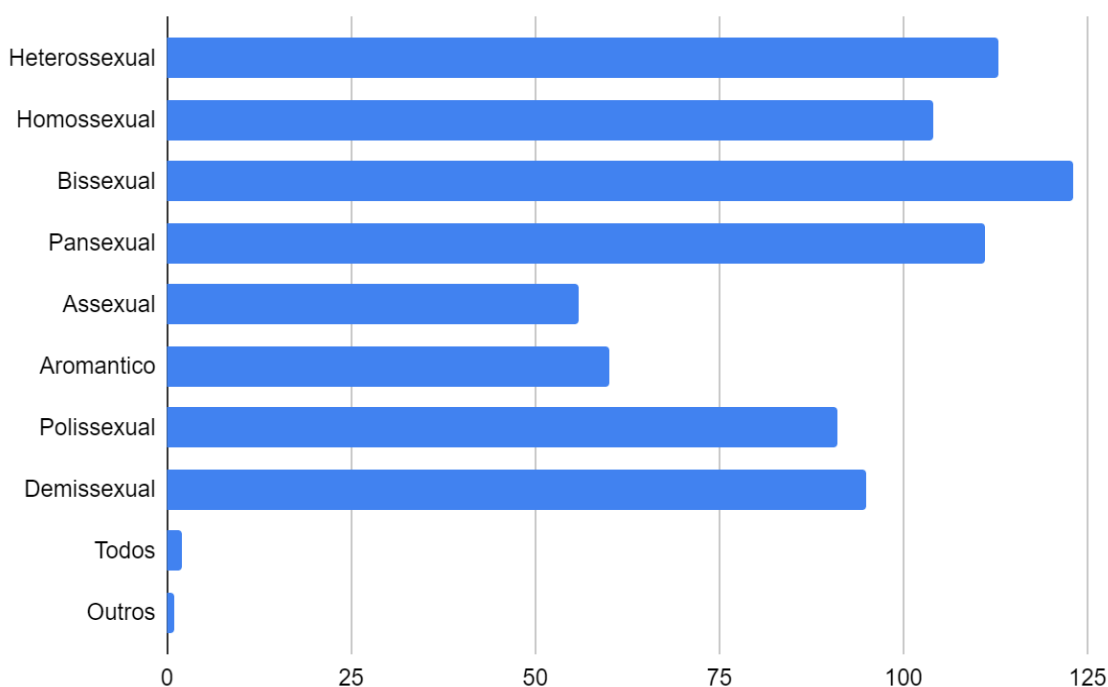


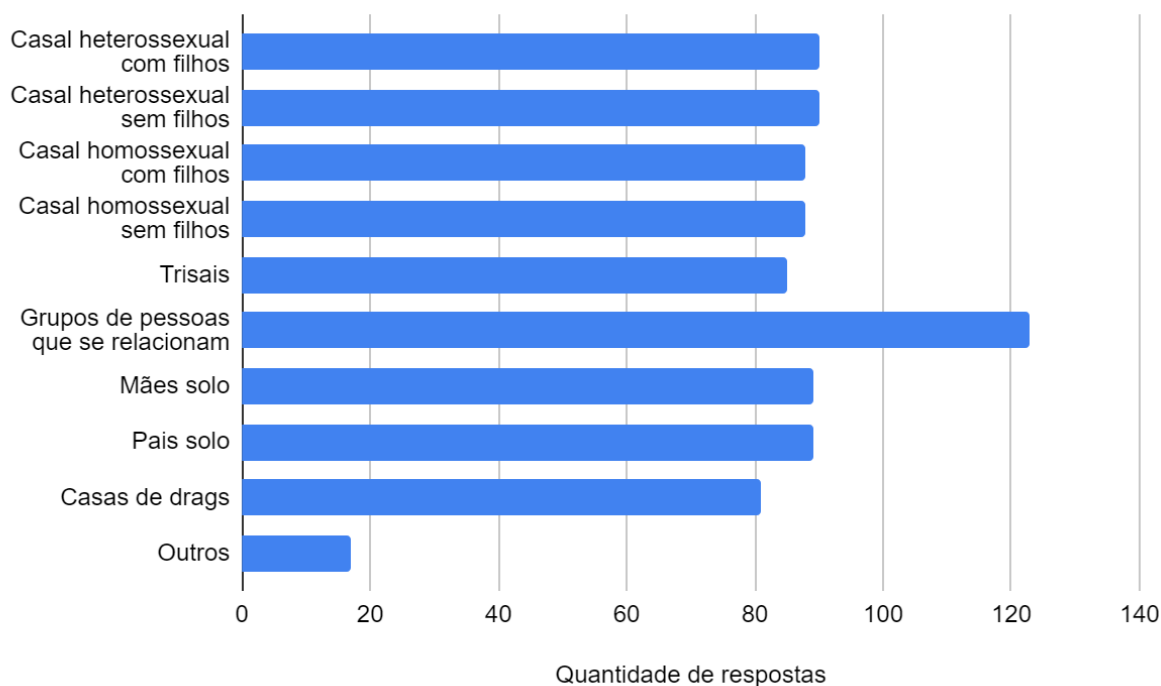
Figura 6. Orientações sexuais com as quais os/as participantes se relacionam ou se relacionaram.



Questionou-se também se havia alguma característica física ou sexual que impediria os(as) participantes de se envolverem com determinadas pessoas e, 82,9% responderam que *“nenhuma característica física ou sexual afetaria na decisão de prosseguir ou não com a relação”*. Porém, é importante apontar que dentro da possibilidade de escreverem novas alternativas que os(as) impediriam, 4,9% respondentes apontaram que a *“posição política da pessoa influencia na capacidade deles de entrar em uma relação”*, assim como 4,3% apontaram *“a classe econômica e a orientação sexual do parceiro como um possível impeditivo”*.

Ao serem questionados sobre o que consideram ser uma família, os(as) participantes, que poderiam escolher mais de uma opção nessa questão, mostraram uma amplitude de ideias de família, sendo a alternativa *“grupo de pessoas que se relacionam”* a mais escolhida, com 123 respostas (87,9% da amostra). Também houve um número considerável da escolha *“outros”*, onde mais alternativas foram incluídas. Pode-se observar esses dados na Figura 7.

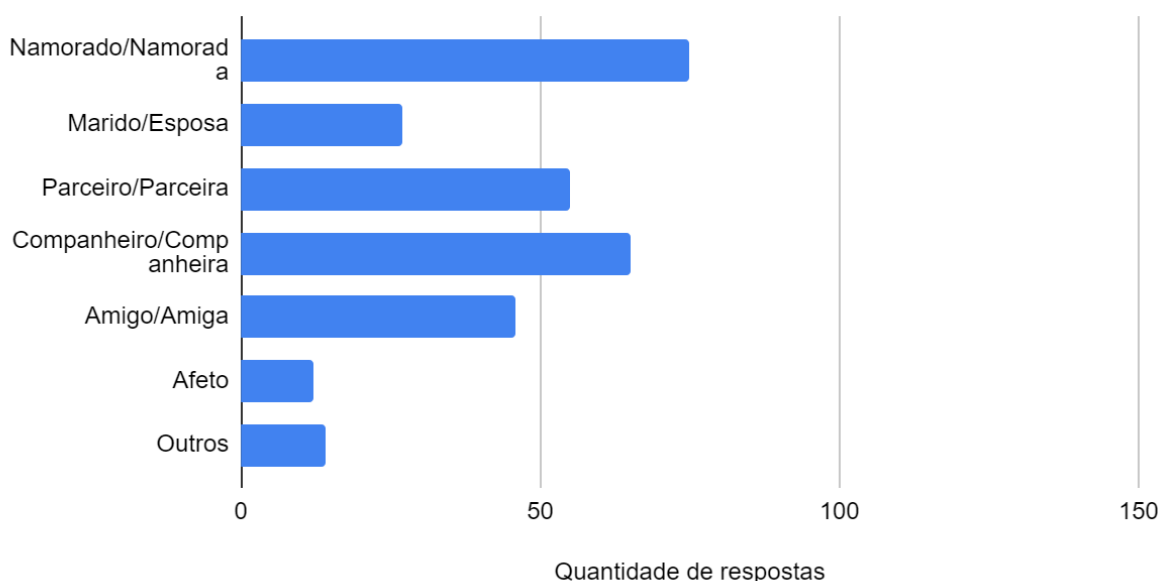
Figura 7. O que os(as) participantes consideram que seja uma família.



Perguntou-se também se o(a) participante considerava a si e às pessoas com quem se relacionava constituírem-se uma família. 55,7% da amostra considerou que “sim”, seguida pela alternativa “em partes, depende” (27,8%). Alguns(mas) participantes acrescentaram alternativas ao clicar em “outro”, onde um participante colocou que não se sentia confortável com o termo e, portanto, buscou não utilizá-lo. Na justificativa da escolha da opção “em partes, depende” também observou-se esse apontamento em mais participantes, justificando entre outras questões: “o tempo das relações”, “o nível de intimidade”, “o planejamento do futuro”, etc. Alguns(mas) participantes apontaram a importância das amizades dentro do conceito, outros(as) que *se relacionam de forma hierárquica e que apenas um dos parceiros é lido enquanto família*.

Quanto a serem considerados/as famílias pelos outros, 51,4% da amostra apontou que “não”, e 24,3% que “depende”. Entre as justificativas referentes a escolha da alternativa “em partes, depende”, os(as) participantes observaram que apenas um cônjuge era lido enquanto parte da família. Outros(as) participantes colocaram que questões relativas a preconceitos, como homofobia, transfobia, etc, pode afetar como a sociedade os(as) leem, sendo que para alguns(mas) são considerados família e para outros não.

Figura 8. Como os(as) participantes se referem às pessoas com as quais se relacionam.



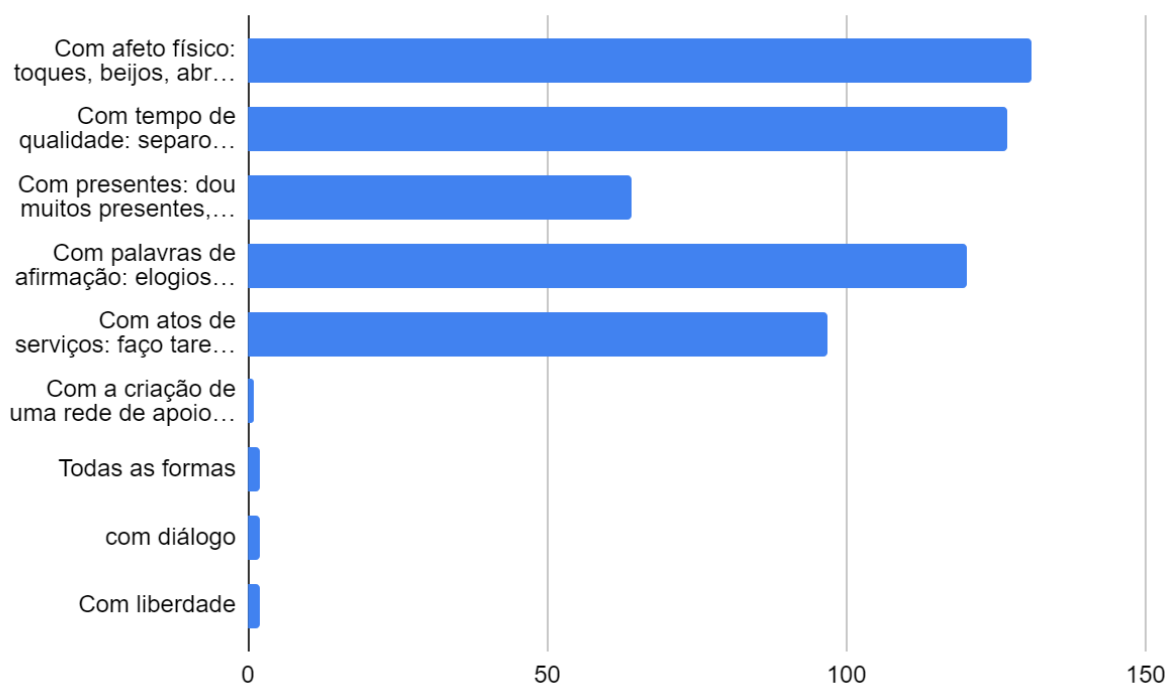
Observa-se na Figura 8, as respostas sobre o modo como os(as) participantes se referem às pessoas com as quais se relacionam. Apesar da resposta “*namorado/namorada*” ter sido a mais votada, com 53,6%, é importante ressaltar a diversidade de respostas na opção “*outros*” (n=21 respostas), incluindo “*afeto*”, “*pelo nome*”, “*subs e bottons*”, entre outras. Quando a pergunta se invertia para “como terceiros se referem às pessoas com quem você se relaciona, observou-se um aumento da alternativa “*namorado/namorada*”, com 65,7%, e a segunda opção mais votada se tornou “*amigo/amiga*” com 37,1% (na pergunta anterior com 32,9%).

Questionados(as) com quantas pessoas moravam, 35,7% disseram morar em duas pessoas, seguido de 20% que mora só. A pergunta seguinte questionou com quem os(as) participantes moravam, e 30% responderam “*com suas parcerias*”, seguidos de 20,7% que moravam “*com os pais*”. Questionados(as) se já tinham se casado e se estavam casados no momento, a resposta “*não*” se destacou, com 77,1% e 75,7% respectivamente. Quanto à prole, 78,6% da amostra não têm, seguido por 19,3% que afirmaram terem “*filhos(as) biológicos*”.

Na Figura 9 pode-se observar as respostas para a pergunta “Como você demonstra afeto aos seus parceiros ou/e às suas parceiras?”, em que é interessante observar que a opção “*com presentes*” teve menos respostas (n=45,7%). Faz se

mister notar as opções acrescentadas pelos(as) respondentes, sendo que duas delas apontaram a *“liberdade cedida ao cônjuge”*, e outras duas que *“seu afeto é demonstrado através do diálogo”*. Outra resposta afirmou que *“seu afeto é demonstrado através da criação de uma rede de apoio mútua”*.

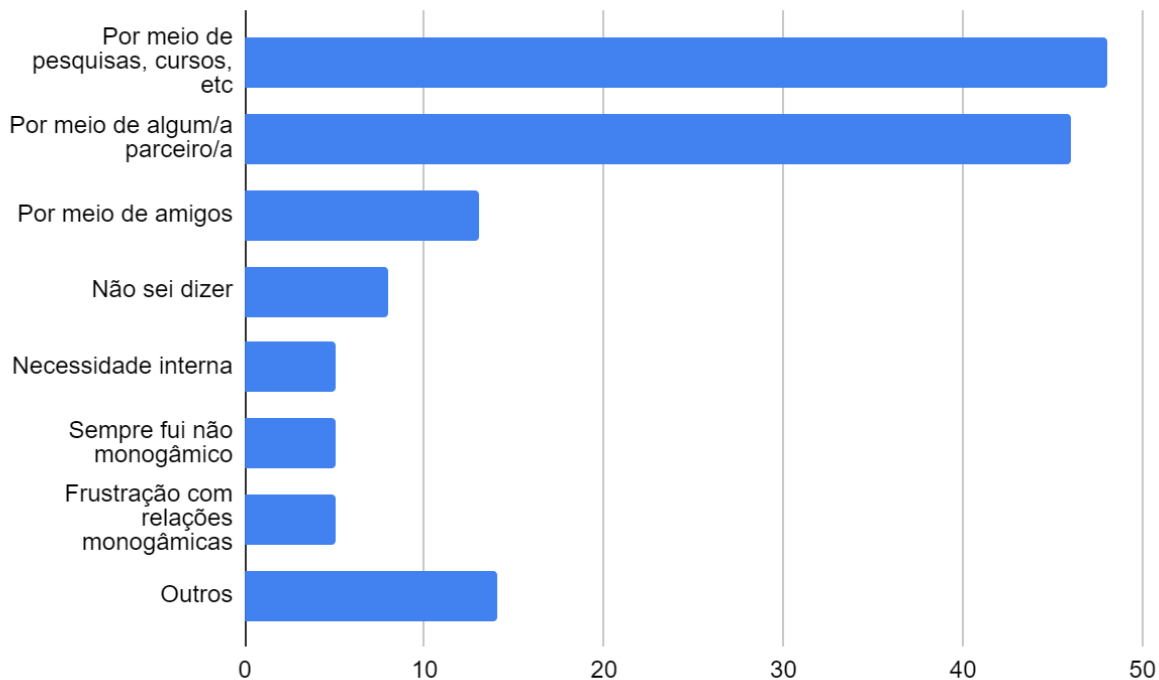
Figura 9. Respostas dos(as) participantes sobre como é demonstrado o afeto às suas parcerias amorosas.



Relacionamentos atuais

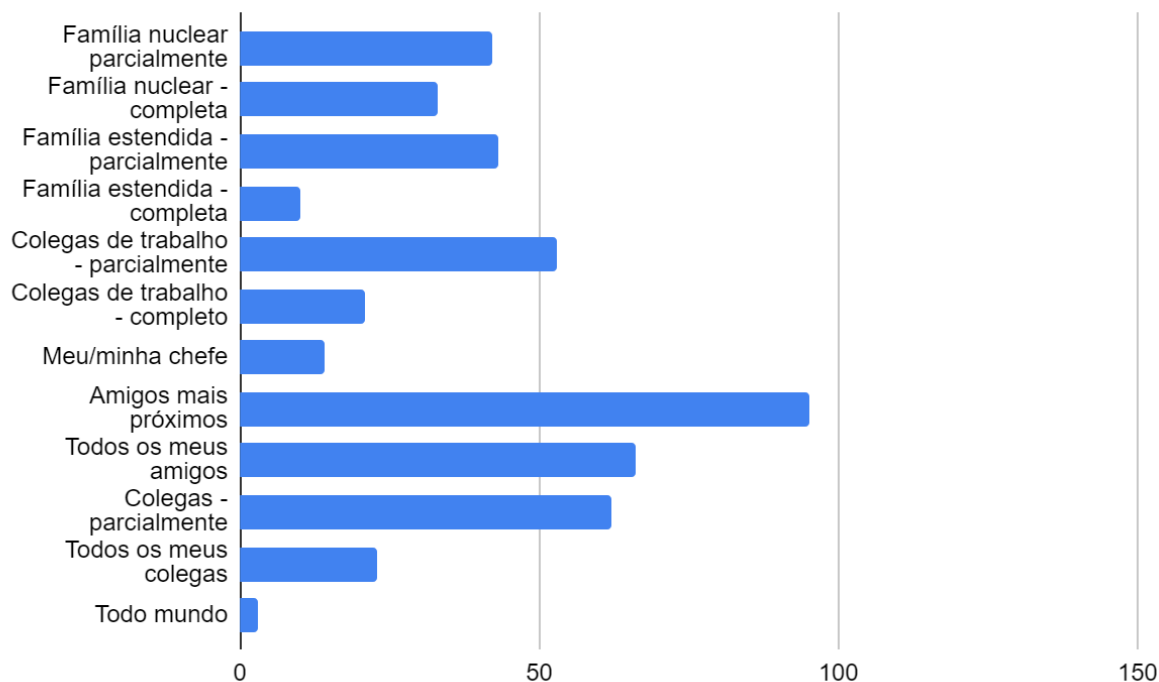
Nessa seção investigou-se a situação amorosa atual dos(as) participantes assim como o envolvimento com a não-monogamia. A respeito de como que os(as) participantes se tornaram não-monogâmicos pode-se observar que, apesar da grande variedade de respostas, 32,1% disseram que *“foi através de algum(a) parceiro(a)”*, enquanto 32,8% (uma resposta mais) identificou que *“foi através de pesquisas, cursos, conteúdos na internet”*. Diversos(as) participantes apontaram que *não se tornaram não-monogâmicos, e sim que sempre foram* e outros/as apontaram as frustrações com a monogamia. Pode-se observar esses dados na Figura 10.

Figura 10. Relatos dos(as) participantes sobre como se perceberam não-monogâmicos.



Questionou-se quem, dentro do convívio dos(as) respondentes, sabia que estes se relacionam de forma não-monogâmica e observou-se que a alternativa mais assinalada foi a de “*amigos mais próximos*” com 67,9% da amostra, indicando menor porcentagem quando se trata de família e do trabalho.

Figura 11. Relatos sobre as pessoas que sabem sobre a não-monogamia dos(as) participantes.



Perguntou-se se as(as) participantes se viam em uma relação monogâmica no futuro, e 58,6% respondeu negativamente, enquanto que 20% afirmaram que sim, que “se viam em um relacionamento monogâmico no futuro”. Questionou-se com quantas pessoas os(as) participantes se relacionavam no momento, e 52,1% responderam que “apenas com 1 pessoa”, seguido de 22,9% que se relacionavam “com 2 pessoas”. Quanto ao tempo de relacionamento, pedia-se para que cada participante escrevesse a inicial de cada parceiro(a) e a quantidade de anos que estavam juntos. Foram mapeados 241 relacionamentos com grande diversidade de tempo juntos. Os resultados podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2. Tempo de cada relacionamento dos/as participantes.

Anos juntos	Relacionamentos atuais
>1	40
1	70
2	31
3	27
4	23
5	9
6	8
7	5

8	2
9	7
10	4
<10	15
Total	=241

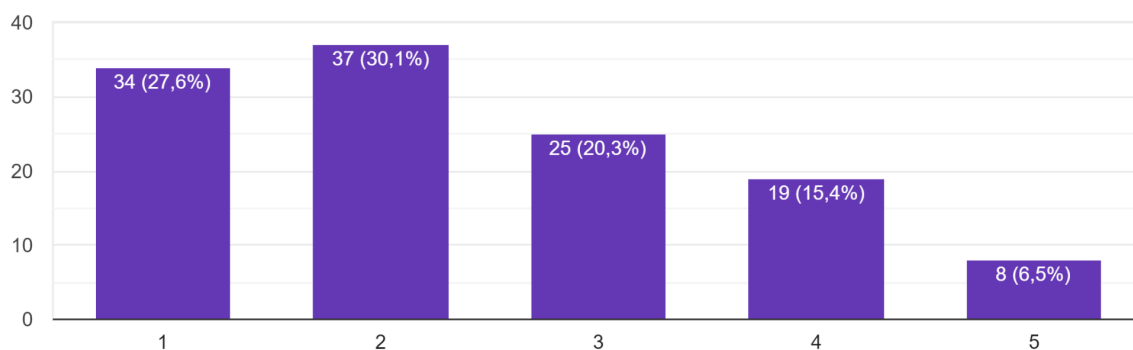
A respeito de onde os(as) parceiros(as) foram conhecidos o “uso de aplicativos” se destacou (46,4%), seguido por “amigos em comum”, com 42,1%.

Já sobre o uso de regras e acordos dentro das relações, 49,3% afirmaram que “se utilizam deste recurso”, e 23,6% “não”. Quanto à dificuldade de concordar a respeito dos acordos e regras, 27,6% disseram “não ter tido dificuldade nenhuma”, enquanto 6,5% “muita dificuldade”. Podemos observar o posicionamento na Escala Likert a partir da Figura 11.

Figura 11. Relatos dos(as) participantes sobre o nível de dificuldade em estabelecer acordos nos relacionamentos.

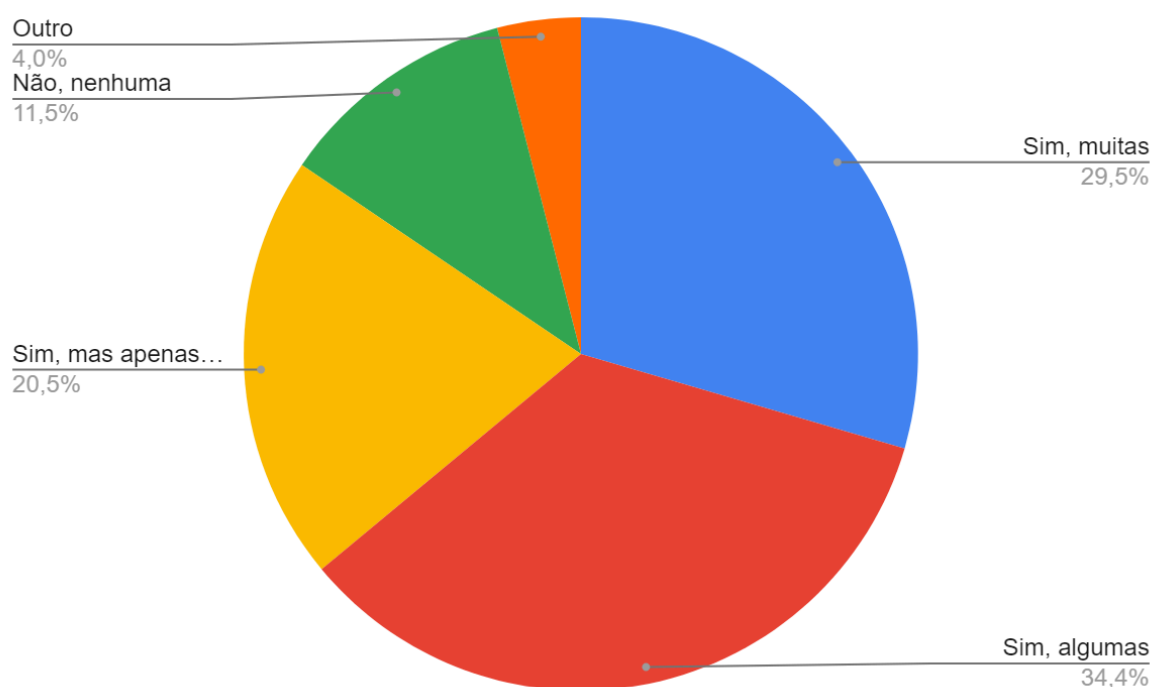
Existiu dificuldade em chegar em um acordo?

123 respostas



Quanto as alterações nos acordos com o passar do tempo, a grande maioria afirmou que estas “foram necessárias”, sendo que 29,5% afirmou serem “muitas” essas alterações e 20,5% em “apenas alguns detalhes”. Pode-se observar o dado na Figura 12.

Figura 12. Relatos sobre as alterações no acordo do relacionamento com o passar do tempo.



Foi solicitado que os(as) participantes indicassem quais foram os acordos e regras que costumavam utilizar, e obteve-se 88 respostas, esquematizadas na Tabela 3. Observa-se que a alternativa mais destacada pelos(as) participantes referiu-se “a comunicação aberta e de qualidade”.

Tabela 3. Regras e acordos que costumam estar presentes no relacionamento, segundo os(as) participantes.

Lista de Regras e acordos no relacionamento	Frequência de Resposta (n)
A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras pessoas de forma sexual (beijo, sexo, etc)	20
A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras pessoas de forma afetiva	3
A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com uma outra pessoa com a minha companhia	7
A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras pessoas diante da	12

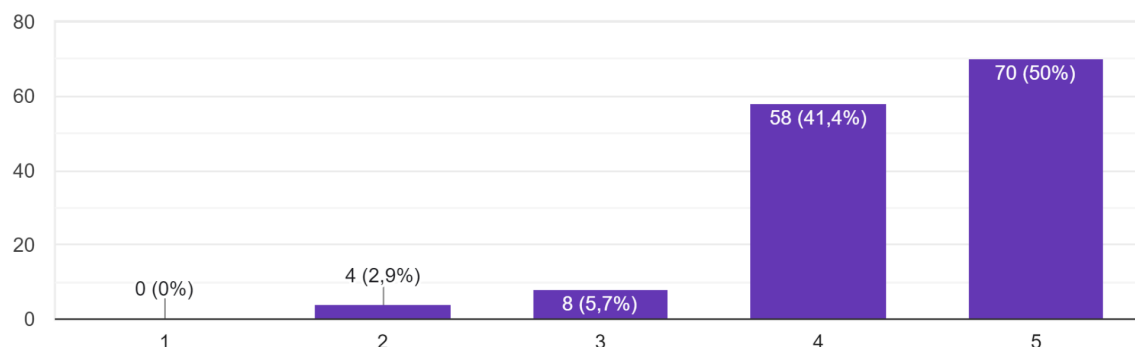
minha aprovação	
A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras mulheres	2
A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outros homens	1
Caso eu não goste da escolha da pessoa com quem eu me relaciono, eu tenho poder de veto, impossibilitando o relacionamento	17
Não podemos se envolver com outras pessoas na frente um do outro	21
Comunicar quando está se envolvendo com alguém	6
Não posso dar em cima das amizades dos/as meus/minhas parceiros/as e vice-versa	5
Comunicar quando beijar/transar com alguém, quando terá encontros	4
Sempre usar camisinha	4
Não mentir, ser sincero sobre os próprios sentimentos, comunicar-se abertamente	14
Outros	4

Por último, questionou-se sobre o índice de satisfação dos(as) participantes nos relacionamentos atuais por meio da utilização da Escala Likert. Observou-se que 50% da amostra considerou suas relações *“muito satisfatórias”*, enquanto nenhum(a) participante assinalou que a relação estava *“insatisfatória”*. A distribuição das respostas pode ser observada na Figura 13.

Figura 13. Satisfação conjugal relatada pelos(as) participantes, sendo 1 *“insatisfatória”* e 5 *“extremamente satisfatória”*.

Como você avalia seus relacionamentos atuais?

140 respostas



4.2 Análise dos dados qualitativos

Neste momento, apresenta-se a análise das entrevistas. Foram entrevistadas 4 díades e uma integrante individualmente, já que sua parceira não se sentiu confortável para participar. Podemos observar os dados gerais dos(as) participantes por meio da Tabela 4. O nome dos(as) participantes foram trocados para garantir o anonimato. Nomes com a mesma inicial indicam relacionamento amoroso.

Tabela 4. Dados de caracterização dos/as participantes no estudo qualitativo

Variáveis	Participantes								
	Aline	Antônio	Beatriz	Bruno	Daiane	Dariel	Ceci	Cass	Elaine
Idade	25	26	24	26	23	28	29	26	19
Gênero	Mulher cis	Homem cis	Mulher cis	Homem cis	Mulher cis	Agênero	Não sabe	Mulher em questionamento	Mulher cis
Orientação sexual	Bissexual	Bissexual	Bissexual	Heterossexual	Bissexual	Bissexual	Assexual	Bissexual	Lésbica
Profissão	Redatora em agência de	Cabeleiro	Faturista	Assistente de compr	Professora de Inglês	Psicólogo	Servidora Pública	Advogada	Tatuadora

	publicidade			as					
--	-------------	--	--	----	--	--	--	--	--

Os(as) entrevistados(as) têm entre 19 e 29 anos de idade, sendo que só uma participante possui 19 anos. Seis dos nove participantes se consideravam “bissexual” e 3 pessoas “não se identificam enquanto cis” ou “estão em questionamento sobre sua identidade de gênero”. Utiliza-se os pronomes que as(os) participantes escolhem para a entrevista. É interessante mencionar que dos(as) 9 participantes, apenas um não está em processo terapêutico, sendo que este já fez terapia por muitos anos.

A partir daqui iremos tratar os dados dos relatos dos(as) nossos(as) participantes organizados em narrativas temáticas, para facilitar a comparação e análise. As categorias são “*História do relacionamento*”, “*Não monogamia, família e conjugalidade*”, “*Vivências nas relações*”, “*Não monogamia em contextos sociais*”, “*Gênero e Sexualidade*”, “*Diferenças e Semelhanças entre relações não monogâmicas e monogâmicas*” e “*RNM nos produtos midiáticos*”.

História do relacionamento

Em relação ao estabelecimento da relação, Daiane e Dariel se conheceram na faculdade, se beijaram em uma festa, e ficaram juntos. A história de Aline e Antônio não é muito diferente. Também se conheceram e se beijaram em uma festa, mas a continuidade da relação aconteceu depois que os dois se encontraram no *Tinder*, um aplicativo de relacionamentos bastante popular. Ambas as díades estabeleceram a relação organicamente, isto é, sem um pedido explícito de namoro, Aline e Antônio por volta dos três meses e Daiane e Dariel por volta dos quatro meses, ao reconhecerem mutuamente que estavam em uma relação. Ambas as relações sempre foram não monogâmicas. Segundo Daiane e Dariel não existia outra possibilidade, sendo que ambos se consideram não monogâmicos. Já para Aline e Antônio houve uma conversa depois de uma festa universitária na qual Aline beijou outras pessoas. A partir desta, estabeleceram uma relação aberta.

Para Elaine a relação se estabeleceu de forma diferente. Sua parceira era amiga de sua ex, e então elas frequentavam alguns ambientes em comum. Elas se conheceram em 2019, mas neste momento Elaine tinha um relacionamento monogâmico e, com o decorrer do tempo, estabeleceu essa relação com a parceira

atual e terminou com a ex. Elaine diz que, por um tempo, existiu uma relação com ambas as mulheres, o que a deixava confusa, já que no relacionamento anterior existia uma incerteza muito grande, com términos frequentes. Elaine só começou um “namoro sério” (sic) com sua parceira atual em 2022. Apesar de Elaine já ter pensado em relações não monogâmicas, sua parceira atual se considerava uma pessoa não monogâmica e sugeriu este tipo de relação a Elaine, que prontamente aceitou. A participante considera e chama sua relação de “namoro” e disse já ter tido contato com relações não monogâmicas por meio de conhecidos(as).

Beatriz e Bruno se conheceram através do *Facebook*, quando Bruno estava interessado em uma amiga de Beatriz e viu uma foto de Beatriz que o incentivou a mandar mensagens para ela, no ano de 2013. Beatriz e Bruno são casados legalmente e se referem um ao outro como esposa e marido. A díade compartilha que não sabiam da possibilidade de uma relação não monogâmica, mas que a ideia surgiu de Beatriz quando percebeu que ainda sentia atração por outras pessoas e que isso não interferia no sentimento nutrido por Bruno. O primeiro ano da relação foi monogâmico, mas Beatriz diz que sentia falta de uma certa prática sexual não praticada por Bruno e que, eventualmente, acabou traindo Bruno (saindo com uma parceira sem conhecimento de Bruno), sendo que neste momento o casal já estava em busca de uma parceira no *Tinder* para incluírem em uma relação sexual, em seus perfis pessoais. A díade acabou saindo com mulheres do aplicativo, mas dizem que foi um processo lento, já que foram testando os limites de forma gradual até onde se sentissem confortáveis. Neste processo, Beatriz começou a se sentir desconfortável com o sexo casual que tinham estabelecido, e adequaram o acordo entre si para que o processo fosse mais lento, onde conheceriam a pessoa primeiro e depois poderiam desenvolver algo com ela juntos.

Beatriz e Bruno falaram que a experiência não foi fácil, já que levaram muitas negativas dessas mulheres. Durante 4 anos da relação mantiveram apenas relações juntos com mulheres do aplicativo, mas eventualmente a díade diz que perceberam que não se tratava de um fetiche, e sim de uma forma de viver e de ver o mundo e, portanto, acabaram construindo uma rede de apoio de pessoas que compartilhavam ou concordavam com este estilo de vida e, a partir de então, começaram a beijar e se relacionar com estes amigos(as). Os acordos e as restrições diminuíram com o tempo e a díade considerou que qualquer situação poderia ser conversada e adaptada para a relação. Na entrevista Beatriz descreveu que atualmente existem

homens com quem se relacionam, mas a partir do desejo dela e apenas caso ela tenha interesse, já que Bruno se considera heterossexual. Dizem que preferem se relacionar juntos com outras pessoas, mas não se trata de uma regra, é algo que pode ser conversado.

Na díade Ceci e Cass, dizem terem se conhecido através de uma amiga em comum, narram que admiravam uma à outra pelo *Facebook*, mas que quando se conheceram de fato, não gostaram uma da outra no início. Ceci diz se considerar anarquista relacional, atrelada a não monogamia política, e que, portanto, considera esta e todas as suas relações enquanto amigas. Cass diz que observou o comportamento virtual de Ceci e identificou muitas similaridades de valores e visões de mundo, e que ao passar por momentos de dúvidas em seu relacionamento monogâmico de 4 anos, acabou se aproximando de Ceci, que a chamou para encontros entre amigos(as). Quando Cass terminou o relacionamento em questão, as duas se viram mais próximas. Cass diz que este processo incluiu se entender enquanto bissexual e não ser acolhida por sua família, momento no qual Ceci a acolheu e elas viveram juntas por um tempo.

Cass mencionou uma outra relação com um homem cis, e diz que apesar de não gostar de por rótulos em relações, para esse parceiro pareceu ser importante o uso da palavra “namorado” e então, mesmo vendo todas as suas relações de forma horizontal e não hierárquica, ela utilizava deste termo para se referir a este parceiro específico.

Podemos observar algumas similaridades entre as relações: são todos jovens, e quase todos bissexuais. Seis dos 9 participantes passaram pela universidade, sendo que 5 em uma universidade pública do Estado de São Paulo (4 participantes vieram da mesma universidade). Porém, as relações apresentaram diferenças e nuances. Começa-se a notar a diferença ao responderem sobre o nome que dão para a própria relação: enquanto Aline e Antônio se consideravam “noivos”, e houve de fato um pedido de casamento, Beatriz e Bruno também se utilizavam de termos hegemônicos e estão atrelados ao casamento (esposa/o) e Elaine utilizou-se do termo “namoro” para denominar sua relação. Daiane e Dariel demonstram se sentirem desconfortáveis perante os termos existentes; Ceci e Cass se consideram “amigas”. Todas as díades afirmam que, em contextos públicos sociais, costumam usar o termo que está sendo utilizado na conversa, como “namorados”, por exemplo, mas para categorizarem a própria união, Daiane ressalta o uso de apelidos

carinhosos e diz que considera a relação enquanto uma “parceria” e Dariel se refere a relação enquanto “afeto”. Daiane e Dariel demonstraram o desconforto perante a quantidade de diferenças que existe entre um namoro “normal” (pensando na forma mais usual do termo) e sua relação. Ceci também comentou sobre as questões de rótulos e preferiu identificar todas as suas relações, independentemente do tipo de afeto que contenham, enquanto sendo “amizades”.

Não monogamia, família e conjugalidade

A participante Aline conta que seu primeiro namoro começou como uma relação monogâmica, manteve-se assim por seis meses, depois pediu para a parceria para “abrir a relação” (termo bastante utilizado para denominar a passagem de uma relação monogâmica para uma não monogâmica, ou/e para uma relação aberta). A participante Aline ainda diz que nunca quis ser monogâmica, e que ao levar a ideia para Antônio, foi bem aceita, já que Antônio não ofereceu nenhuma resistência. Antônio diz que *“Apesar dos outros relacionamentos dos que eu tive foram monogâmicos... em tese... Por isso que eu não acredito muito assim... aí então eu resolvi abraçar e tem dado muito certo”*.

Quanto a Daiane e Dariel, cada um narrou um caminho individual para entenderem a não monogamia enquanto o caminho para eles. Dariel conta que seu primeiro relacionamento já teria sido uma RA, no qual existia a regra de que só era permitido um a outro “beijos” fora da relação. No seu segundo relacionamento, também uma RA, existia a regra de não poder se apaixonar por terceiros, apesar de já ser mais aberto para a questão sexual. Dariel então conta:

“Daí eu vi que, tipo, dentro dessas relações tudo dava errado pensando nisso, as pessoas se apaixonavam e era o caos. A pessoa queria transar e daí não podia ou transava e ficava mal porque não conversava disso direito e tudo mais. Daí quando eu terminei, né, com... (...) aquela pessoa lá. É, eu falei: “mano, vou pesquisar dessas coisas de relacionamento aberto, porque não está dando certo essas coisas, esses acordos”. E daí eu fui lá procurar e achei a não-monogamia. Acho que foi muito mais essa coisa de procurar no Instagram, sabe? Esse tipo de coisa, e eu fui descobrindo, assim, né? E daí na minha cabeça eu pensei: “não vou fazer mais acordo”, assim, né? Depois eu fui procurando mais, com o relacionamento mesmo, eu acho. Depois comecei a ficar com a Daiane, tipo, só foi indo na situação de ir pesquisando junto, né, e lendo as coisas.”

Já Daiane demonstrou que teve um descontentamento com a monogamia. Duas de suas relações foram monogâmicas. Na primeira, que durou três meses, Daiane foi traída e, na segunda, que durou 2 anos, Daiane diz ter traído a pessoa com quem se relacionava e afirma ter se sentido muito mal em relação a esse comportamento. Depois dessas relações, Daiane observou uma amiga que estava em uma RA e ficou bastante interessada, já que tinha dificuldades em se envolver monogamicamente. Daiane diz que começou a estudar sobre o assunto e que quando mudou de cidade para fazer faculdade, todas as amigas na república estudantil onde morava tinham relações não monogâmicas, o que facilitou seu contato com o assunto. Daiane acrescenta:

“Sim, e aí com o tempo eu acho que eu aprendi muito com a necessidade, né? Então, alguma coisa acontecia e eu ficava: “nossa, vou ter que conversar, vou ter que ler sobre alguma coisa e tal”. Acho que o tempo em que eu fiquei mais dedicada a isso, lá pra 2019 talvez, que eu tava com muitas outras questões e aí foi um... foi um, talvez, um encontro maior com não-monogamia política, né? Então aí, né, aí também a gente se entende marxista e junta tudo. Aí é um buraco sem fundo, né, não tem mais como você sair desse caminho. (...) E aí, desde então, né, tipo, é muito vídeo, muito texto, muita conversa. Eu acho que os lugares em que eu mais aprendo é nessa troca, né? Ver que as pessoas... como que elas vivem aquilo, mas também hoje eu tenho uma filosofia de vida muito baseada na não-monogamia, assim. Tanto que é por isso que eu respondi que não tenho como voltar a ser monogâmico, pra mim é um caminho completamente sem volta.”

Ceci narra um processo um pouco diferente para o reconhecimento enquanto pessoa não monogâmica. Em meados de 2008, Ceci se viu propondo uma relação menos monogâmica para um menino, o que não funcionou. Entrou em uma relação monogâmica que durou 2 anos e eventualmente acabou. Depois disso, se viu sendo pressionada a escolher apenas uma das três pessoas pelas quais estava apaixonada, o que a incentivou a pesquisar mais sobre o tema. Ceci diz que na época encontrou diversas coisas relacionadas ao poliamor, e que se identificou assim por um tempo. Passa a se aprofundar pelo assunto em meados de 2016, e apontou que essa demora em aprofundar-se teve a ver com a falta de informação disponibilizada na *internet* antes destes momentos. Ceci se entendeu assexual neste mesmo momento, o que complementa sua identificação com a não monogamia.

Ressalta-se que Antônio, Cass e Elaine conheceram a não monogamia através de suas parceiras atuais, enquanto Beatriz e Bruno descobriram juntos como poderiam se relacionar desta forma.

Ao serem questionados sobre casamento, a resposta de Daiane e Dariel foi bastante direta, ambos afirmando que não querem se casar e que não gostam nem apoiam a instituição do casamento. Para Aline e Antônio a questão pareceu mais complexa. Aline afirmou que *“nunca tinha pensado em casamento e que falava que não iria casar, mas que (nome de Antônio) a pediu em casamento esse ano e ela aceitou”*. Antônio afirmou que não acredita na instituição do casamento e no envolvimento da igreja católica com o processo. Aline e Antônio afirmam que apesar de não saber se o casamento será de fato, para sempre, essa é a intenção que eles carregam ao realizar a cerimônia.

“Mas eu acho que, tipo, eu acredito na representatividade do que a gente foi ensinado o que é casamento, mesmo que você discorde da instituição da igreja, sabe? No sentido do sentimento, do que isso significa tipo... mesmo assim, independente de sei lá, da religião, deve ter outra religião que deve ter o casamento, que é outro nome e signifique também mais ou menos a mesma coisa. [E o que significa pra você?] Eu acho que encontrar uma pessoa que... que... te completa em vários aspectos se não... todos é utópico... mas assim que te completa assim, que torne sua vida mais leve, que te ajude você a subir e tal, que te dá energia, que te dá vontade e é isso...” (Antônio)

Elaine afirmou não acreditar no conceito de casamento para si, já que não se enxerga se comprometendo com alguém dessa forma. Mas não enxerga o título “casal” enquanto problemático. Quando perguntada sobre família, a participante fala que a palavra remete a parentesco sanguíneo, ou então pessoas que estão juntas há bastante tempo, com quem se pode contar.

Já Beatriz e Bruno, que são casados, o casamento ocorreu por conveniência, pois tinham planos para sair do país e o casamento ajudava em algumas questões. Beatriz porém diz que gosta muito de estar casada, pois parece que tem Bruno mais ainda ao seu lado, e atrela isso à validação do entorno para o casamento e o casal. O casamento aconteceu durante a pandemia do coronavírus, o que forçou a díade a conviverem só um com o outro por alguns meses, e ajudou a fortalecer a relação. Não observaram as mesmas facilidades em casamentos alheios. Ambos disseram sentirem que casamentos monogâmicos não funcionarão, e que não costumam

gostar tanto da ideia, que vem atrelada à falta de comunicação e a grandes quantidades de dinheiro para casar e também para divorciar. Os(as) participantes esperam ficarem juntos até a morte, percebendo que suas relações vão durar por muito mais tempo.

Seguindo nessa linha, os(as) participantes também foram questionados sobre o que seria ser um casal. Para Aline ser um casal seria “*envolver o parceiro em seus sonhos*”. Antônio já pensa em dividir a vida e fazer planos futuros em conjunto.

“Eu gosto de ser um casal no sentido assim, de dividir a vida. Agora, em relação o que as outras pessoas vão pensar... É que assim, eu meio que não ligo mesmo o que as outras pessoas vão pensar de uma forma geral, então, meio que não é uma pauta que (balbuciado)... não sei, talvez eu nunca tinha pensado nessas ideias. Então...” (Antônio)

(...)

“É... É que eu acho que muda que você para de, jogar o jogo da vida sozinha e passa jogar esse jogo em dupla sabe? Tipo... Antes quando eu pensava meu futuro... Eu fiz jornalismo né tipo, então eu fazia planos só pra mim e hoje em dia quando eu penso no meu futuro, eu quero que você seja, é, parte do meu futuro de alguma forma... Então, sei lá, as vezes a gente fala de sair (da cidade), então eu já não penso mais assim, eu vou sair (daqui) e ir pra onde eu quiser e tchau. Então a gente tem que entrar em concordância, tem que ser uma coisa que você deseja também, e de preferência que a gente vá junto sabe?”. (Aline)

Daiane e Dariel demonstraram desconfortáveis com o termo, já que estes, aparentemente, não abarcam as especificidades de suas relações. Para eles:

“É, eu acho que eu entenderia um casal como uma junção de duas pessoas que se relacionam afetivamente sexual. Assim, pode ser um casal monogâmico, pode ser um casal não mono-monogâmico, né? Eu acho que seria... porque se a gente partir, né, de que, tipo de que trisal seria uma relação que é muito independente de outras, que é feita de três pessoas, eu acho que o casal também seria isso, sabe? Uma relação independente que existe relação afetivo-sexual, ou talvez só afetivo, ou talvez só sexual. Acho que é possível.” (Daiane)

(...)

Dariel: “Eu acho que tem a ver com a questão do conceito, assim, sabe? Tipo, se a gente chega e fala que a gente é um casal pra alguém, tipo... normalmente, né, na premissa aí, a pessoa vai achar, tipo, várias coisas que a gente não é. Entende? Então eu acho que no final, no final a gente não é exatamente um casal, mas como a gente vê casal, tipo, a gente fica junto sempre e tudo mais, né? A gente está sempre convivendo juntos e a

gente tem um relacionamento afetivo-amoroso. Então acaba vindo como casal, mas é só isso.” (Dariel)

Já Ceci e Cass têm opiniões diferentes a respeito destes assuntos. Ceci coloca que se sente muito desconfortável com a palavra e conceito de casal. Segundo ela

“A ideia de casal, de né? Como o núcleo, aquela coisa mais importante da... ai é vocês dois contra o mundo e tal, é uma coisa que eu repudio. Quem bate em cima, não porque... Por exemplo, quando eu vejo o pessoal do poliamor se colocando como um casal procurando uma terceira pessoa, eu falo gente isso é muito absurdo, é muito objetificante né, então eu tenho crítica pesadíssima a essa configuração de casal e tal. E o casamento por reforçar essa ideia né, eu entendo o casamento no sentido, por exemplo, de uma necessidade que infelizmente o Estado só permite, sei lá por exemplo, colocar no plano de saúde se você for casado, ou então.

(...)

Previdência, bens, heranças, tudo. Então isso eu entendo. É lógico, eu entendo também que, por exemplo, eu sendo branca, classe média, eu tenho privilégios que me permitem não casar né, e mesmo assim beneficiar de alguma forma as pessoas com quem eu me relaciono, por exemplo, não pretendo casar, não pretendo ter filhos, e eu sei que minha família não vai me encher o saco se eu morrer e quiser deixar minhas coisas para as pessoas com quem eu me relaciono. Mas eu sei que também que isso é um privilégio, eu entendo, que as pessoas fazem, precisam, em algum momentos fazer isso. Entendo quem tem o sonho de casar também, não concordo, mas entendo. (Risos)”

Cass acrescenta que tem tentado desconstruir essa questão, e apontou uma configuração cultural diferenciada para mulheres, que são incentivadas a acreditar, desejar e sonhar com casar-se. A participante também apontou que em seu outro relacionamento, às vezes foi cobrada por tratar o parceiro de forma diferenciada da forma como tratava seus outros amigos, o que ela não concordou e não cedeu para fornecer. Cass apontou que não quer, nem vê sentido em ser vista enquanto casal na frente de outras pessoas não monogâmicas.

Ao envolvermos o termo família, as díades pareceram prosseguir pela mesma lógica apresentada nas questões anteriores. Para Antônio, a família é local de apoio e Aline, que tem uma relação conturbada com a família diz que *“apesar da questão ser difícil, ela concorda com Antônio da família (talvez não a biológica) é sim uma rede de apoio e ambos se consideram parte da família um do outro”*.

Para Daiane e Dariel a questão é bastante complexa. Ambos afirmaram preferir o termo “comunidade”, por estar mais atrelado às suas crenças enquanto o que querem construir.

(...) Porque entra nessa mesma situação. Sabe? Tipo, por exemplo, eu acho que se eu for pensar no que que é família, se a gente for tentar defender em uma questão política. Ah nossa, o casal de pessoas homossexuais é uma família ou tipo... aquela que você tinha colocado na pesquisa, assim, mesmo, né? Tipo, ah não, uma família, né, numa casa drag é uma família. Não, é uma família e tudo. Mas aí se a gente for entrar numa questão do que que é dentro da não-monogamia, como que a gente veria isso eu acho, né? Meu, não existe família. Hum. Foda-se, sabe? É meio isso. Então depende muito disso, assim” (...) [família]. Eu acho que não era pra existir, assim. Mas existe, né? Mesmo porque se for pensar na lei e tudo mais a gente está fodido, né? Se a gente fosse, tipo, namorarem mais pessoas e coisas do tipo. Então nesse lugar a gente está ferrado, assim, sabe? Tipo, existe né? O conceito nesse lugar, mas se fosse pra falar tipo o que eu acho que eu gostaria que acontecesse com ele, eu queria que ele se (palavrão). (Dariel).

(...)

Nossa que difícil também isso. (...) Eu acho que é um termo que tá muito intoxicado de muita coisa, assim, né? Especialmente de uma espécie de algo que é o certo, né? Então a família tradicional é o que grande parte das pessoas vai pensar em família, né? Mãe, filho, com cachorro, dois filhinhos e é isso. E pai, né? Pai de vez em quando. (...) É. Mas enfim. É mãe, pai, e os filhinhos e tal. Mas ao mesmo tempo eu acho que a gente pode pensar numa família no sentido afetivo, né? Tipo, ah, pessoas que se... que dividem um espaço ou que dividem tarefas ou que dividem a vida, né? Tipo, que se ajudam mutuamente de alguma forma, né? Então, vai o W. do jeito que o W. lida com a gente, ele é uma família porque ele é o cara que está ali pra quando você precisar, assim, sabe? Me lembra um pouco de: “ai, a família vai estar com você quando você precisar”. Então acho que seria... o que afetivamente eu penso como família seria isso. Pessoas que estão ali pra te pra te cuidar, pra, né? Pra trocar, pra viver essa vida com você. Porém, também como instituição eu quero a derrubada, então assim, sabe? Então meio que isso.” (Daiane)

Quanto à família, Beatriz e Bruno se consideravam a família um do outro, e dizem que esta inclui sim a família “de sangue” (sic), mas também algumas amizades e pessoas mais próximas. Bruno disse que família cuida e está presente para apoiar um ao outro, e Beatriz compartilhou a opinião e acrescentou que a ligação sanguínea por si só não significava nada, já que ela mesma não considerava seu pai de sua família.

Para Ceci e Cass, quando foram questionadas sobre o conceito de família, as primeiras palavras surgidas foram “*estrutura opressiva, opressora*” (Ceci) e “*trauma*” (Cass). Ceci completa

“Uma vez eu li uma frase que eu gostei muito que dizia que a gente não deve tentar ressignificar a opressão, a gente deve acabar com ela.

E: Tá, então você não usa esse conceito?

Ceci: Não uso esse conceito. Inclusive é uma coisa que eu tenho tentado fazer é evitar chamar meus pais de pais. (Risos). Eu tento chamar pelo nome e tal, eu acho que até um pouco também por questões pessoais, para tentar tirar uma pressão de algumas coisas tal, mas assim, eu não chamo minha rede de afeto de família, a minha rede de afetos é minha rede de afetos. (Risos).” (Ceci)

Já Cass tendeu a ser um pouco mais tradicional, já que a sua família não aceitou bem quando tentou se referir a eles pelos nomes. Cass mencionou que pensa muito sobre isso e que tem tentado desconstruir diversas questões a esse respeito, e deu como exemplo chamar a amiga de “irmã”, onde Cass diz que é observável a hierarquia diante de outras amizades, e que isso a deixa desconfortável.

Vivências nas relações

Quanto aos possíveis acordos e regras dentro das relações, também houve diferenças importantes nas respostas. Aline e Antônio possuíam acordos que limitavam o envolvimento emocional com pessoas fora da relação. Eles afirmaram tentar não se envolver emocionalmente com outras pessoas, não manter conversas virtuais ou criar intimidade frequentes com terceiros. Quando estão juntos, não beijam outras pessoas, ou então beijam juntos. Aline disse que também não gostava que Antônio compartilhasse muitos detalhes, pois poderia acabar se comparando com a outra pessoa. Quando a entrevistadora perguntou se o uso de camisinha fazia parte das regras, o casal prontamente concordou, enfatizando a importância dessa questão. Já Daiane e Dariel afirmam não ter regras, mas logo corrigiram, mencionando o uso da camisinha enquanto obrigatório, inclusive entre eles. Daiane disse que no começo da relação ela pedia para que Dariel avisasse antes de sair com alguém para que ela pudesse tentar se preparar com antecedência, mas afirmou que “*quis fazer desmame da regra*”, e que, portanto, esse acordo “*não existia mais*”.

Beatriz e Bruno não mencionaram regras específicas, colocando ênfase no fato de tudo poder ser conversável, mas a díade preferiu sair em conjunto com suas pessoas de interesse. O casal disse, durante a entrevista, sobre ambos estarem neste momento apaixonados por uma amiga e que naquele momento estavam conversando entre eles e com a amiga para resolverem esta questão.

Já Ceci e Cass mencionaram não terem nenhum tipo de acordo e regra específica. Na verdade, Cass mencionou um outro relacionamento que acabou por seguir padrões com os quais ela não concordava, ao se considerar uma pessoa não monogâmica, mas que se sacrifica em detrimento a este parceiro, com o qual mantém uma RA. A participante indica que gostaria de compartilhar mais detalhes de outros encontros para o namorado, mas que pensa que, como ele é um monogâmico em desconstrução, tem se aproximado das questões progressivamente, como por exemplo, contando de outras situações afetivo-sexuais apenas quando o parceiro pergunta.

Cass reiterou, diversas vezes, o quanto que, para ela, todas as relações que mantinha eram iguais, vistas de forma horizontal, o que a aproximava de Ceci por compartilharem esta visão de mundo. Cass deixou claro que existia um objetivo de chegar à não monogamia política, e que conversava periodicamente com o parceiro para se aproximarem cada vez mais do que ela de fato acreditava. Segundo Cass, seu parceiro colocou esta questão através de uma metáfora: de entrar na piscina devagar, para se acostumarem com a temperatura. Ceci disse não hierarquizar suas relações, mas que sentia que existe uma variação de prioridade com o tempo e os contextos no qual está inserida.

As participantes também mencionaram algumas vivências em relação à prática não monogâmica. Cass mencionou uma situação na qual sentia ciúmes do parceiro e conversava com Ceci que estava se sentindo hipócrita, para o que Ceci respondeu *“tá tudo bem sentir ciúmes, a questão é de você não impor restrições para ele por causa disso, não projetar”*, o que causou um grande alívio a Cass.

Cass diz:

“Isso! Na minha cabeça eu tipo “caraca, tá tudo bem”, e conversando com a minha psicóloga, que eu faço terapia regular, conversando com ela, ela falou uma coisa pra mim recente, que não era nem sobre não-monogamia é um tópico que a gente não aborda muito, mas era mais sobre questões de sentir raiva, de sentir ódio, de sentir felicidade, e ela me disse uma coisa que também mudou minha forma de enxergar esses sentimentos.

Ela falou “sentimento é sentimento, o ser humano coloca como um é bom e outro é ruim, então é ruim eu sentir raiva e é bom sentir alegria, mas sentimento é sentimento, a questão é que as pessoas têm muitas dificuldades porque quando elas se deparam com os sentimentos, elas não acolhem, não reconhecem como vivendo aquilo e tal, e isso faz crescer uma bola de neve, você não lida com aquilo, então melhor questão é, sentimento é sentimento.” Nossa, me deu raiva, me deu ciúmes, tudo bem estou sentindo isso e vou acolher. Ok, vamos lidar com isso agora, por que estou sentindo isso? O que disparou esse sentimento em mim? O que fez eu... entendeu? Para aí, ok, disparou esse sentimento em mim porque sei lá, ele falou uma frase para fulano, ah, então será que o meu ciúmes não vem de um medo de eu ser estimado tanto quanto fulana, ou vendo um medo, sabe? Você percebe que são inseguranças que se mascaram de outra coisa, mas isso falando do ponto de vista relacional, nós conversamos mais a questão de raiva, ódio, esse tipo de coisa né.”

Elaine mencionou que seu relacionamento continha algumas regras, como contar para a parceira sempre que se relacionasse com alguém. A participante disse que apesar de considerar o envolvimento emocional inevitável, se tratando das outras pessoas com quem se relacionava, mantinha um acordo com a parceira de não ativamente assumir outro namoro. Pontua-se que, apesar de muitas vezes não ser considerada uma “regra” foi estabelecido como indispensável o uso da camisinha por Aline e Antônio, Beatriz e Bruno, Daiane e Dariel.

Ceci e Cass falaram sobre sempre usarem camisinha, mas mencionaram preocupações (assim como todas as participantes bissexuais) em relação ao sexo entre pessoas que possuem vulva e a falta de opções para se protegerem de forma adequada.

Quanto às maiores dificuldades e facilidades nos relacionamentos dos(as) participantes, a participante Aline prontamente respondeu que a maior dificuldade de sua relação foi referente à “*faxina da casa*”, já que o casal mora juntos. Já Antônio afirmou que no começo da relação existia uma dificuldade ao “*lidar com os ciúmes*”, mas que agora isso já não o incomodava mais. Quanto às facilidades, Aline e Antônio concordaram que a maior facilidade era a “*falta de pressão e cobrança da relação*”. Quanto a Daiane, a participante disse ter dificuldade “*quando as relações se misturam*”. Nas palavras dela:

“(...) por exemplo, se alguém com quem eu me relaciono fica com uma amiga minha, por exemplo. (...) E aí eu tenho que lidar com esse... eu infelizmente não acredito que eu estou relacionada a isso. E aí pra mim é como se eu tivesse que mudar o paradigma de como aquilo vai funcionar,

sabe? Então, tipo, ah, como que vai ser quando a gente estiver junto os três, como que eu vou me sentir. Seria nesse sentido, assim, sabe? Quando eu tenho um tipo de relação com essa pessoa, essa pessoa tem outro tipo de relação e elas se juntam. (...) Tipo, ah, beijam, transam, começam a ficar, tal. Eu tenho muita dificuldade de conseguir me realocar ali. Acho que com o tempo eu tô entendendo que muitas vezes eu não tenho que fazer nada, né? Que não tem muito a ver comigo e tal, mas é muito difícil. Muito difícil, então, pra mim é essa coisa de, ai, eu tenho... eu não sou o tipo de pessoa que fica com pessoas muito próximas a mim, assim, que se relaciona. Porque eu geralmente quando eu fico, eu me relaciono, então... mas eu não sou muito de ficar com um amigo meu, com amigo próximo, com amigo do Dariel. Então eu tenho dificuldade de entender como que é... como isso pode ser fácil pra outras pessoas, assim. Talvez esse seja nossa maior dificuldade... diferença, né? Na verdade.” (Daiane)

A participante Daiane também pontuou que uma das dificuldades era a “*falta de exemplos de relações não monogâmicas*”.

“É, então não temos muitos exemplos, né? Isso... eu tive, em certo ponto, uma dificuldade de sentir que não tinha ninguém que estava vivendo uma coisa parecida, assim, sabe?(...) Então, com quem eu ia falar? Todos os meus amigos eram monogâmicos, querendo ou não, eles... muitas vezes, eu tinha amigo que chegava e falava: “mano, fecha, que que cê tá fazendo aí? Que que cê tá sofrendo desse jeito?”. E eu falava: “mano, não é uma opção pra mim, sabe? Não posso ficar fugindo disso porque isso vai me me pegar em algum momento”. Então hoje em dia tendo uma rede de pessoas não-mono, nossa, isso facilita muito a vida, muito.”

Dariel afirmou que a maior facilidade da relação era “*conversar sobre tudo*”, mas que tinha dificuldade em saber dizer o que está sentindo. Acrescenta:

“Ah, sentiu ciúmes, blá blá blá. Vamos conversar, né, pra ver como é que é e tudo mais”. Mas nunca foi a premissa de: “ah, vamos conversar e aí se você se sentiu mal, não vamos fazer”. Sabe? Não, vamos continuar fazendo, né, sempre seguindo essa questão do não ter acordos e regras, né? Porque eu acho que é exatamente isso... tem na análise do comportamento, né? Se você vai lá e cria uma regra em cima de alguma coisa que você estava sentindo mal, você reforçou ali o sentimento, então fodeu, né? É, então a gente sempre tirou essa situação de acordo e regra, pensando nas coisas de conversar e sempre foi muito suave, né? A gente sempre falou tudo, tudo mais.”

O participante Dariel também disse que acredita que a falta de relações não monogâmicas dificulta a relação.

“Isso é uma dificuldade a mais da não-monogamia, que é: sempre tem uma dificuldade que você não esperava. Eu acho que é isso. Aparece muita coisa que nunca foi premissa, nunca foi conversado e é até bom porque as premissas... tipo, as dificuldades das premissas monogâmicas

são sempre... tipo, tem uma resposta ruim que já é datada, assim, sabe? Tipo, ah, é respostas de comédia romântica, resposta de o que os seus pais falaram, sabe?”.

Elaine mencionou que sua maior dificuldade era manter a comunicação direta e sincera, e para ela:

“Ah, acho que pra mim a maior dificuldade é falar. Eu acho muito muito difícil olhar na cara dela e falar, então (parceira), eu estava lá com essa pessoa sim, eu levei ela pra casa sim, eu acho muito difícil mas esse é o ponto das coisas, sabe? Que é a confiança e tudo mais. A parte fácil, talvez seja uma dualidade assim. A parte fácil seja pela minha parceira em si, que ela escuta, ela também fala muito sobre ela, então ela abre um espaço muito aberto pra coisa que a gente sente e tudo mais. É fácil estar com ela num geral.” (Elaine).

Para Beatriz e Bruno havia um consenso de que a parte mais difícil da relação era o julgamento de outras pessoas sobre eles, em especial monogâmicos. Beatriz pontuou que às vezes sentiam julgamento também da comunidade não monogâmica, já que eles não seriam *“tão evoluídos”* (sic), mas explicam que a relação entre eles não era *“tão aberta”* (sic) por uma questão de escolha, e não de alguma regra. Já a parte mais fácil da relação era a facilidade e a possibilidade de conversarem sobre qualquer coisa para ambos.

Quanto a Ceci e Cass, Ceci menciona que algumas dificuldades incluíam encontrar outras pessoas que pensavam da mesma forma e a organização do tempo. Quanto às vantagens e as facilidades, Ceci disse

*“Meu, eu acho que acaba tirando muito peso das relações. Desde que ... isso veio com aprendizado, não foi graças a não monogamia mas, de certa forma, foi o que me fez enxergar, saber lidar melhor com os meus sentimentos e não precisar me conter para expressá-los, porque assim, eu sempre fui uma pessoa de evitar demonstrar afeto e tals, porque, aí, vai que a pessoa tá pensando que eu quero casar com ela e então eu falei “foda-se, eu vou...”. Se eu sinto vontade de estar com a pessoa, eu vou mandar mensagem para ela e falar: “meu, você quer fazer alguma coisa? Eu estava afim de te ver e tal, queria te dar uns beijos, ou queria ficar abraçada vendo um filme”, eu acho que isso... puta é muito bom! Traz uma leveza absurda para as relações e até pra vida, né? Tem reflexos na vida pessoal também, de você ter com quem compartilhar as dores, você sabe que você... mesmo que você não compartilhe, você sabe que tem pra onde correr, tem uma rede ali para te segurar, eu acho que pra mim é... (silêncio)
[A rede é a vantagem?] É”*

Para Cass a maior dificuldade era se relacionar com pessoas monogâmicas, e do desgaste energético que era para ela conhecer novas pessoas, já que é confortável se manter em uma pequena rede de 3 ou 4 pessoas por bastante tempo. Já a maior facilidade era a fluidez das relações. Ambas demonstraram dificuldade em interações novas e ambas pareceram estar trabalhando no desenvolvimento maior das mesmas. Ceci lembrou de mais uma dificuldade presente nas relações não monogâmicas que seria fazer com que outras pessoas entendessem que não monogamia não é “putaria” (sic), principalmente para os homens.

As vivências quanto a sexo e sexualidade também diferiram em pontos importantes entre os indivíduos, apesar de todos terem a mesma orientação sexual. Para Aline e Antônio, o sexo seria indispensável em uma relação romântica. Ambos se consideravam pessoas com uma libido um pouquinho “acima do regular”. Ao serem questionados sobre promiscuidade, ambos demonstraram não se importarem com a vida sexual alheia. Antônio diz: *“É tipo... Vai fazer o que você quiser sabe? Contanto que você não está me machucando, não está me xingando. (...) Então assim, ou fazendo isso com outras pessoas.”*

Para Daiane, que também considerou sua libido enquanto “acima da média”, a sexualidade podia sofrer adaptações e mudanças com o tempo:

“Bom, eu acho que eu sempre tive uma sexualidade muito fluída, assim, eu fiz especialmente... eu comecei na sexualidade com muito essa coisa, ah, “eu tenho vontade de fazer”, sabe? Eu nunca tive muito um “nossa, o sexo é sagrado, isso é superimportante, tal”. Eu acho que hoje eu prezo muito sobre a questão de consentimento, de ver o que que tá acontecendo, né? Eu sou muito alerta, muito atenta a essas coisas. Sobre a questão do sexo, né, de sexos ter que estar envolvido às relações, essa é a pauta do momento na verdade, né. Tipo, na minha vida de saber qualquer lugar do sexo naquelas relações, entender que em certas situações, em certas relações vai ser uma coisa mais frequente, em outros não vai ser, em certas coisas vai ser algo muito parte daquela daquela dinâmica, outras já não é tipo a parte principal, assim. Então, pra mim ainda a fluidez é o que pega, assim, sabe? Depende muito da pessoa, depende muito da relação. E aí, eu acho que a gente... o que eu tento hoje é tentar adaptar e aceitar que cada dinâmica é diferente, né? Então entender que, ah, por exemplo, um afeto meu pode tá, vai lá e vai ver alguém e ele transa duas, três vezes com essa pessoa e quando ele vem e transa comigo uma vez, é uma dificuldade ainda pra mim. Porém, eu entendo que é um negócio que eu tenho que aceitar, tipo assim, faz parte, as relações são diferentes, assim como, por exemplo, uma pessoa eu vou assistir dois filmes e com outra eu vou ver uma série. Sabe, tipo, são coisas diferentes, é... pra mim o que eu tento né, pelo menos como filosofia, pegar é que isso é mais uma de tantas partes de uma relação,

assim. Então tem diálogo, uma relação tem diálogo, tem carinho, tem sexo. Em algumas pode ter mais, algumas pode ter menos, mas eu nunca... [Pode não ter?] Pode não ter. Mas eu nunca tive as experiências de não ter. Ao mesmo tempo que hoje eu passo pela... por uma vontade de retirar o máximo de hierarquização, né, e conseguir pegar e entender as relações afetivas de outra forma. Então, olhar pra minha, pras minhas amizades de uma forma muito diferente, né? Entender as minhas amizades como uma relação afetiva, aí sim esse paradigma muda, né? Aí vem a uma... aí fica a questão, né? Então como que a gente diferencia essas coisas? Será que a gente precisa diferenciar esse tipo de relações? Querendo ou não pra mim, né, na minhas experiências foi o sexo que diferenciou as relações até hoje, assim. Se eu transo com essa pessoa geralmente eu tenho mais tranquilidade de tocar nela, de estar muito perto, né? De demonstrar afeto a partir de toque, do que eu tenho com os meus amigos. Então, querendo ou não, o sexo pra mim ainda é algo que muda alguma coisa, não acho que muda de status ou deixa a coisa mais importante, porém diferencia daquela relação é, sabe? Mas é um pensamento que eu venho tentando desconstruir há um tempo já, mas é difícil.” (Daiane)

Dariel se considerava uma pessoa “pouco sexual” e disse que, na sua vida, o sexo era uma forma de demonstrar afeto e criar intimidade. Dariel desenvolveu seu pensamento:

“É, eu acho que, tipo, por exemplo, com a moção, (se referindo a Daiane) né? Depois que a gente começou a morar junto, a gente começou a transar bem menos, assim, sabe? Eu acho que também por essa questão do, tipo, está junto sempre e tudo mais, né? Eu acho que tem bastante disso. Eu tive uma situação de começar, tentar ver: “nossa, será que eu sou assexual e tudo mais?”. E daí, tipo, não era muito isso. Então eu acho que eu estou meio que nesse espectro, eu acho que eu nem coloquei na... (indicando o questionário online) porque é uma coisa muito nova, assim, pra mim, eu nem coloquei na pesquisa. É uma coisa muito nova. Porque, tipo, eu gosto muito de transar, por exemplo, quando é a primeira vez, assim, a segunda vez porque eu quero conhecer, eu gosto de de conhecer a pessoa também pela parte do sexo. Mas depois que eu conheci eu fiquei, tipo, agora que eu já conheci eu quero ficar mais de carinho e tudo mais só, assim, sabe? Eu acho que o sexo é mais divertido do que algo que tem a ver com o meu tesão ou alguma coisa do tipo, sabe?”

Elaine disse se entender enquanto lésbica e quando questionada a importância do sexo, a participante respondeu que sexo era importante para sentir prazer, mas também para se conectar com a outra pessoa, conhecê-la mais profundamente e que não acreditava que era sempre disponível, já que a rotina do

dia a dia pode ser cansativa. A participante disse que tendia a beijar pessoas diversas, que sua única restrição era beijar homens héteros.

A participante Beatriz disse ser uma pessoa muito sexual, que considerava sexo muito importante, parte de sua personalidade. Bruno concordou com as mesmas considerações sobre si, e falou um pouco de sua heterossexualidade. Bruno disse que já “experimentou”, beijou homens e que “infelizmente” (sic) não sentiu nenhum prazer nessas tentativas. O casal disse que sexo era uma experiência e tinha pouco a ver com a penetração, muito mais com as situações, intenções e prazeres que estavam disponíveis. A díade mencionou explorar fetiches, mas se consideravam pouco presentes no meio fetichista. A díade também ressaltou a importância da liberdade e como o processo de se ver sozinhos em casa, libertos de muitas pressões que sentiam quando não estavam morando na mesma casa, contribuíram para sua relação. Quanto aos filhos, Beatriz mencionou que já foi um “não” definitivo, mas hoje estão mais abertos para ver onde a vida vai levá-los.

Cass mencionou que ser aberta sobre sua sexualidade e sobre ser bissexual era extremamente importante para ela, inclusive no contexto de seu trabalho, onde acabava falando muito sobre o assunto. Quanto ao sexo em si, Cass disse ter mudado sua concepção sobre a importância do mesmo e o papel dele em uma relação depois que conheceu Ceci, que é assexual. Cass fez uma metáfora sobre a importância de sexo na sua vida atual falando que *“sexo é como chocolate, gosta de ter alguns dias, outros não, e outros nem se importa com a questão”*. A participante se considerava uma pessoa com uma libido normal. Já Ceci se considerava assexual estrita, e falou da assexualidade enquanto um espectro e da diferença de atração e tesão. Ceci disse que sua vontade de transar vinha aleatoriamente, independentemente de vínculo, e de questões físicas. A participante disse que essa vontade era bastante inespecífica, já que ela sentia tesão e vontade de transar, mas não com alguém específico.

Observa-se que os(as) participantes diferem nas formas em que vivem sua sexualidade e suas considerações sobre sexo, mas é possível ver a semelhança entre eles(as) enquanto processos de exploração da sexualidade. Mesmo as pessoas que não se consideravam bissexuais falaram já terem feito, ou atualmente fazer algum tipo de exploração a respeito de suas experiências com diversos gêneros.

Não monogamia em contextos sociais

Os(as) participantes também responderam sobre o conhecimento social de suas relações não monogâmicas. Aline e Antônio afirmaram que nenhuma das famílias deles sabiam, pois acreditavam que *“seriam muito julgados e então não sentem a necessidade de contarem”*. Isso indica que é possível que pessoas não monogâmicas se mantenham em uma espécie de “armário” para evitar a discriminação e o preconceito. Quanto aos amigos, Aline e Antônio disseram que estes *“sabem sim e que a relação é aberta”*. No trabalho, Aline e Antônio ainda não compartilharam essa parte de suas vidas, mas Antônio afirmou que se alguém perguntasse para ele, ele seria sincero. Quanto à comunidade em geral, Aline e Antônio disseram não trazer o assunto com muita frequência, mas que em festas costumavam afirmar sua RA.

Daiane e Dariel contaram que são diferentes nesse aspecto. Daiane disse ser mais reservada a respeito disso. Os amigos e amigas de ambos sabiam, apesar dos participantes observarem que muitos amigos continuavam os tratando enquanto um *“casal monogâmico”*, sendo que os(as) amigos(as) de Daiane não flertam com Dariel e vice-versa. A irmã de Daiane sabe que a relação é não monogâmica e Daiane afirmou que Dariel é tratado em sua família como qualquer outro cônjuge. Em seu trabalho como professora de inglês, Daiane disse que *“depende muito do aluno para ter acesso a essas informações”*, mas que, em *“certos contextos pode compartilhar”*. Dariel afirmou ser mais aberto quanto a essa questão. Sua família nuclear *“sabe sim da relação não monogâmica”* e Dariel diz estar *“constantemente falando da vida enquanto uma pessoa não monogâmica, mas que apesar disso, sua família os trata enquanto casal monogâmico e parecem evitar de comentar as questões não monogâmicas de Dariel”*. No trabalho enquanto psicólogo, Dariel afirmou sua identidade quando seus clientes entram no assunto, da mesma forma que trata sua orientação sexual, mencionando-a para gerar identificação entre clientes que demonstram essa questão enquanto importante na terapia. Dariel também afirmou *“puxar o assunto sobre não monogamia com pessoas quaisquer do seu convívio (como ao pegar carona, por exemplo) se o contexto parecer favorável”*, mas diz *“não se sentir confortável a isso quando percebe que a pessoa tem uma posição política à direita”*.

Quanto a Elaine, ambas as famílias sabiam que possuem um RA, mas a participante disse sentir que eles não levavam esse tipo de relação muito a sério, já

que a mãe da sua parceira colocava a questão enquanto característica da filha, e não modelo de relação (“*fulana é assim*”). Já a mãe de Elaine disse para a filha que “*carro e mulher não se emprestam*”. Independentemente, a relação da parceira com a família de Elaine e vice-versa são amistosas. Em relação aos amigos(as) e ao trabalho, Elaine disse ser bastante aberta sobre seu modo de se relacionar. Elaine disse que quando sai com a sua parceira para algum evento, se elas agiam minimamente como casais, passavam a ser invisíveis, ou então eram mal interpretadas quando se aproximam de alguém e que, portanto, a participante e sua parceira tendiam a agir como se não fossem um casal para poder se aproximarem de terceiros.

Para Beatriz e Bruno não existia muita separação entre as famílias, já que o tempo de relação era extenso e suas famílias se relacionavam. A maioria dos familiares não sabia que a relação era dessa forma, apenas os irmãos e alguns primos. A díade disse que não existia espaço para este tipo de conversa, mesmo que fosse possível que alguns familiares desconfiavam que a relação não era tradicional. Beatriz mencionou que gostaria muito de ter essa liberdade com todos(as) da família, mas que não achava que a interação seria nada positiva. O trabalho acabava habitando este mesmo lugar, já que ambos trabalhavam na empresa da família de Bruno. Já em relação às amizades, o casal disse que todos(as) os(as) amigos(as) sabiam da forma que se relacionavam.

Quando observavam uma postura julgadora de algum(a) conhecido(a), acabavam se afastando da pessoa, vendo-a menos. Este afastamento, segundo a díade, se dava a partir de uma falta de identificação nas conversas, já que casais monogâmicos tendem a se preocupar com coisas que não fazem sentido para eles, como “*quem curtiu a foto de quem na internet*”. Bruno trouxe que esse tipo de interação incomodava as pessoas monogâmicas. Quando questionadas do porquê achavam que isso poderia acontecer, Beatriz responde, depois de refletir um pouco:

*“Não, eu acho que o que mais pesa pra gente em relação a isso, é quando a pessoa fala mal por não conseguir viver a mesma coisa, não conseguir proporcionar isso para o parceiro, mesmo quando o parceiro quer conhecer, quer saber e tal, então acabam falando mal por não... por não... conseguir ter a maturidade, podemos dizer assim, necessária para aquilo, porque exige uma maturidade, não é simples construir um relacionamento assim, né? E se a pessoa não consegue construir nem o básico, como é que ela vai dar o passo a mais?
[E o que seria o básico?]*

O básico para mim seria conversar, dialogar com a pessoa, conseguir falar tudo o que você pensa, sabe? Falar o que gosta e o que não gosta, não deixar virar uma bolha, uma bola gigante com muitos problemas antes de sentar e discutir, achar que DR é uma coisa ruim, sendo que para mim é uma coisa ótima. É isso, entendeu? Então para mim isso é o básico, e as pessoas não cumprem o básico, e aí querem dar um passo que não alcança, não tem como sabe?”

Para Ceci, apesar de sua família talvez não compreender as palavras “não monogamia”, não existe mais uma expectativa de que ela se “prenda a alguém” (sic). A família de Cass não sabe, mas a participante narrou que existem planos de curto prazo para que essa informação seja revelada à família. Com os amigos, Ceci e Cass falaram abertamente e que, por muitas vezes se relacionarem com várias pessoas de um mesmo grupo, acabava acontecendo algumas situações de ciúmes. No trabalho, tanto Ceci quanto Cass mencionaram trabalhar em espaços conservadores e que, apesar de não falarem abertamente sobre isso, deixam dicas confusas para aqueles que tentam entender o que está acontecendo com suas vidas.

Sobre sofrerem preconceito da comunidade, Aline e Antônio disseram que apesar de já terem se sentido discriminados, não era algo frequente. Aline ressaltou seu privilégio:

*“eu sinto que... eu tenho um pouco de privilégio... um pouco não, muito dos privilégios nesse sentido, porque por exemplo, mesmo quando algum homem fala alguma coisa sobre isso, (...) se vai deixar sua mina sair e não sei o que, é muito mais fácil para mim dar uma risada, bater no ombro dele e falar: “cara, o seu relacionamento você sabe que só está no papel, né?”. Dá para fazer uma piadinha nesse sentido. Porque ele também sabe, ele sabe que ele tá f*dendo o negócio, não é que ele não sabe, ele sabe! Ele só não quer admitir que o dele também é assim (com outras relações). Só que... pra que então? Aí, para mim, é muito mais fácil, aí o cara vai parar de me questionar, assim...”(Aline)*

Aline e Antônio ressaltaram que o fato de sofrerem preconceitos da parte familiar era o que os impediam de serem abertos a respeito de suas relações para com seus(uas) familiares. Aline mencionou ter sofrido preconceito por suas amigas que falavam que ela desistiria desse tipo de relação quando se apaixonasse por alguém “de verdade” (sic) e o quanto que esse paradigma já estava quebrado depois de anos de relação com Antônio. Aline conta como reage à algumas situações como essa:

“Então tipo, eu me coloco quando elas falam, eu me coloco em alguns momentos com a minha família quando vem a questão da promiscuidade, porque eu sinto que principalmente nas gerações mais velhas, existe ainda muito esse esteriótipo da mulher vagabunda, da mulher piriguete, a minha família adora falar periguete, e tipo, a minha família é muito cristã, então eles se perdem em muitos conceitos porque eles querem ser feministas e eles querem ser, (uma parte, não todos), de esquerda e não sei o que mais, tipo, por exemplo, quando eu contei para minha madrinha sobre minha bissexualidade ela falou “ ah tudo bem, eu acho que tipo, isso é válido” ela me validou por exemplo, mas ela falou assim “ a única coisa que eu acho errado tanto pra homem quanto pra mulher é a questão da promiscuidade “, e eu fiquei tipo assim, o que é essa promiscuidade? O que ela tira de valor e não sei o que, e muitos assuntos... Ah é, teve minha outra tia também, que a gente.... eu tava outro dia na casa da minha mãe... (...) e aí ela falou tipo, elas começaram a falar da época que elas fizeram a faculdade em (cidade do Estado de Minas Gerais) e não sei o que, e aí como que ela era preservada e nunca, jamais, saiu se pegando com alguém numa festa e saiu dali pra casa da pessoa ou outra coisa, e que isso... e tinha pessoa que fazia isso, mas ela jamais fez isso, era um valor dela. Aí eu comecei a tentar inserir esse assunto, tipo, ai mas, às vezes o homem faz e ninguém está nem aí, mas daí quando é a mulher que tem que guardar esse valor e não sei o que. Aí ela largou e tipo: “ah, mas essas coisas não são assim, imagina se seu namorado beijasse 3 em uma festa, você iria querer estar com ele?”(Risos)” (Aline)

Beatriz e Bruno ressaltaram que, em seus grupos de amizades, sofriam pouquíssimo julgamento, mas que isso não se sustentava na sociedade em geral, o que contribuiu muito para a falta de segurança que sentem em se apresentar desta forma e ao fato de ainda se manterem no “armário” para grande parte da população e família (assim como Aline e Antônio). Disseram que, desta forma, evitavam o julgamento. Mencionaram já terem ouvido a frase “isso aí é só p*utaria”. Quando questionados o que fazem diante deste preconceito, Beatriz prontamente respondeu: “choramos”.

Ceci e Cass também mencionaram esse tipo de julgamento mesmo que não explícito, de que “essa pessoa não é confiável, a pessoa é indecisa.” (Ceci), “é p*ta” (Cass). As participantes falaram que não sabiam como responder aos preconceitos e as microagressões (mais frequentes, segundo Ceci), justamente pela frequência em que estão velados. Cass acrescentou que os mesmos julgamentos estavam atrelados a bissexualidade:

“eu vejo muitas brincadeiras mascaradas, eu acho que pra mim está muito relacionada também com a questão da bissexualidade, o pessoa vira e: “nossa, você é indecisa, só é não-monogâmica porque não achou

a pessoa certa, pra você ficar com uma pessoa que você quer casar, uma pessoa que você quer"... enfim. Ou "ah, você não é bi, você está namorando um cara!" Entendeu?"

Dariel mencionou sentir uma falta de compreensão que, muitas vezes, vinha de outras pessoas, mesmo de colegas da faculdade de psicologia, que não entendiam exatamente o que a não monogamia significava, associando à um possível trauma. Também mencionou que houve pessoas que negaram ficar (beijar, etc) com ele pelo fato dele se considerar não monogâmico. Disse que observar essas situações fez com que ele sentisse raiva. Apontou que a não monogamia era uma escolha e que qualquer pessoa podia decidir por seguir esse caminho. O participante também apontou que sua mãe parece ter esperança de que ele volte a ser monogâmico e que quando algo insinua isso, ele fica com raiva e explica mais uma vez para a mãe o que a não monogamia significa, mas não se sente ouvido. Daiane apontou que seus(suas) amigos(as) apresentavam mais curiosidade do que julgamento, mas que muitas vezes sentiam sua relação ser julgada enquanto "muito esquisito, ou muito errado" (sic). Daiane disse que sentia que existe um medo das pessoas e não se considerava tão paciente quanto Dariel para explicar as coisas, e acabava apenas desconversando muitas vezes.

Elaine mencionou que ao contar para sua família sobre o RA, ninguém de fato brigou com ela, mas todos pareciam ter a opinião de que a escolha de Elaine de ter esse tipo de relação era "duvidosa" (sic). Mencionou que muitas pessoas automaticamente associam a população LGBT à promiscuidade e ao RA fazendo parte disso. A participante pontuou que costumava se afastar dessas pessoas ou então entrar em discussões com elas.

Parece que as microagressões foram pontuadas por todos os participantes enquanto algo que traz desconforto e incentiva a não comunicação sobre suas relações. Apesar das(os) participantes terem admitido esse incômodo, parece que não existe alternativa viável entre eles para ativamente enfrentar essas situações, então muitas vezes acabam ignorando ou fazem papel de verdadeiros educadores ao tentar gerar desconstrução.

Gênero e Sexualidade

Quanto às questões e vivências sobre gênero e sexualidade, as(os) participantes pareceram apresentar maleabilidade e desconstrução frente a estes tópicos.

Aline e Antônio disseram conversar sobre gênero e a forma que os afetam diferentemente com frequência e Aline mencionou que era tratada muito diferente quando estava sozinha do que quando estava com Antônio. Aline também mencionou ter estudado o assunto e citou Judith Butler ao dizer que se considerava rebelde e que não considerava sua performance de gênero esperada, buscando fugir dos modelos, como a família se torna “*uma instituição de reproduzir o capitalismo*”(sic). Antônio disse apoiar sua parceira nessa opinião e mencionou que o trabalho de barbeiro evocava muitas questões sobre masculinidade hegemônica e tóxica trazidas por seus clientes, o que fez com que preferisse migrar para o público feminino. O participante colocou que houve uma grande influência da faculdade pública para que ele fizesse essa mudança, e que hoje em dia não se considerava, nem queria ser, um “*homem macho*” (sic) e que era muito desconfortável ouvir a masculinidade tóxica de outros homens quando estava em processo de desconstrução.

Quanto à bissexualidade, Antônio mencionou acreditar que todas as pessoas eram bissexuais em alguma medida, mas que havia uma preferência grande para se relacionar com mulheres. Já Aline mencionou se sentir muito confusa durante sua adolescência, questionando se era lésbica mesmo gostando sim de se relacionar com homens, Aline falou sobre se encontrar durante a faculdade, e assumir a bissexualidade:

“E aí eu entendia que, sei lá, eu gostava de ficar com caras e também gostava de ficar com meninas, e aí eu tinha amigas que eram bissexuais e se entendiam dessa forma antes, e a gente tinha conversas sobre isso, e aí eu me assumi muito na bissexualidade. Mas eu fico um pouco no armário ao contar isso pros outros as vezes, tipo, todos meus amigos sabem, mas é que... de novo, minha família não sabe, porque... tem uma tia minha que sabe, que foi a única pessoa da família que eu contei, que é minha madrinha. Mas de resto meus amigos sabem, minha madrinha sabe, mas eu não... por exemplo, se eu estou no instagram e eu quero ver alguma coisa sobre sexualidade e acho muito legal, eu compartilho no stories no “melhores amigos”, eu não compartilho no modo público, sabe? E isso é uma... não sei, um comportamento meu. Eu acho que eu tendo a esconder.” (Aline)

Beatriz e Bruno falaram a respeito dos próprios privilégios e que esta era uma questão que *“ainda não discute”* (sic) mas Beatriz trouxe que isso precisava entrar nas discussões de casal. Nenhum dos dois questionou seu gênero nesse momento. Quanto a se relacionarem com pessoas trans, Beatriz mencionou já ter se relacionado com pessoas não-binárias, mas Bruno disse não ter sentido interesse por homens ou pessoas com genitálias masculinas. A bissexualidade era uma questão relevante para Beatriz, que achava indispensável se relacionar com outras pessoas do gênero feminino. A atração por homens, segundo ela, era bem mais pontual e menos frequente.

Ceci e Cass mencionaram a questão de gênero enquanto um processo no qual ambas estavam pensando. Cass mencionou que seus estudos a levaram a questionar o que era ser mulher de fato e que frequentemente pensava que gostaria de possuir a genitália masculina, mas não sabia o quanto isso estava atrelado aos privilégios que pessoas com pênis possuem. Disse que sua expressão de gênero variava muito, às vezes se apresentando enquanto feminina e às vezes mais masculinizada. Cass ainda acrescentou: *“será que mulheres cis se questionam se são cis?”*. Cass acrescentou a visão de que ninguém era 100% heterossexual ou homossexual e de que a sexualidade, e isso inclui gênero, era bastante fluida. Ceci apresentou uma visão bastante similar a sua parceira, e acrescentou que não conseguia lidar com essas questões neste momento:

“É. E... mas assim, em relação a minha identidade de gênero, é uma coisa que eu na verdade eu desisti, coloquei em pausa porque, né? Eu não me incomodo de ser lida como uma mulher cis na maior parte do tempo, de ser tratada no feminino, e sei lá, era uma coisa que estava acabando me consumindo muitos neurônios, eu estava o tempo todo pensando, obcecada nisso, daí eu falei: “calma, vamos por em pausa, eu vou buscar entender outras questões primeiro para depois voltar nisso.”
(Ceci)

Quanto à orientação sexual, Cass trouxe que apesar de se considerar bissexual, também se considerava panssexual, sendo que utilizava bem menos esse termo por não ser compreendido com muita frequência. A participante disse se identificar com esse título desde pequena, quando afirmavam que sua prima seria *“sapatão”* (sic) e ela pensava que isso também deveria ser *“legal”* (sic). Cass apontou que ressignificou o uso de certos termos, e que rótulos possuíam uma certa

importância para ela, então foi um alívio se entender enquanto bissexual. Segundo ela:

“E a questão de rótulo também é assim para eu saber em qual grupo... ah... O sentimento de pertencimento, a qual grupo eu pertença, então aquilo não estava me satisfazendo, eu fui pra outra (psicóloga) e beleza a gente conversa sobre rótulos, sobre essa pauta livremente, é, inclusive, vem fazendo um trabalho para eu não precisar desses rótulos e tal. Então, quando eu me descobri bi, eu senti a necessidade de colocar um rótulo gigante na minha testa no meu peito, eu sou bi, e aí eu fui vendo, pessoas mais andróginas, pessoas trans, e eu falei assim “caraca mas eu gos... eu me sinto atraída por essas pessoas também, nossa, será que eu não sou bi? Porque bi é homem e mulher.”. Fui pesquisar sobre e eu vi que tinha pansexualidade e tal, mas que não necessariamente o bi excluía isso, era só questão da época, do título e tal, e que depois foi se modificando o conceito ao longo do tempo, virou um termo guarda-chuva igual trans é, né?”

Já Ceci mencionou que sempre sentiu atração por todos os gêneros e que quando começou a beijar homens, começou a beijar mulheres também, e foi tudo bastante natural.

Daiane apresentou que não tinha muitas questões com gênero, já que se considerava uma mulher cis, mas que seu objetivo era confundir os outros, já que ela não correspondia aos padrões de feminilidade impostos, se expressando de forma mais andrógina. Daiane não relacionou essa visão de gênero a não monogamia, o que Dariel concordou. Dariel se identificou enquanto agênero e disse:

“Eu me descobri agênero faz pouco tempo, assim. Faz tipo três anos. Tipo, o que eu comecei a questionar já faz uns... bastante tempo, vai. Faz uns... desde quando eu entrei na faculdade, uns dois anos depois. Uns sete anos, uns cinco anos, vai, por aí. E daí, tipo, eu nunca fui muito atrás porque eu acho, tipo, eu nunca convivi com outras pessoas trans, né? Então, tipo, foi uma questão meio difícil pra mim de entender e tudo mais, né? Mas aí depois que eu comecei a ler, né? Fui lá seguir um bando de gente do Twitter. Fui seguir gente, né? É assim que funciona, você tem que ler, tem que entender o que que está acontecendo. E daí, tipo, fui entendendo melhor e tudo mais. Aí fui lá, falei com meus psicólogos e tudo mais. E tipo, hoje em dia eu me considero agênero. Faz uns dois anos. Foi tipo antes da pandemia, né?” (Dariel)

Dariel disse não compartilhar essa informação com muitas pessoas devido à dificuldade que estas poderiam ter em entender, e Dariel não gostaria de ter que educá-las. Dariel também acrescentou que não se sentia plenamente confortável

com a androginia, e que idealmente gostaria de poder variar entre vários corpos diferentes. O incomodava também o fato de comumente ser tratado enquanto homem cis hétero, sendo que disse sentir raiva quando isso acontecia.

Elaine trouxe semelhanças em seu discurso, colocando que explorar a questão de gênero foi e é importante para ela. A participante disse que neste momento se identificava com a feminilidade, mesmo já tendo passado por outras formas de expressão de gênero, mas que “*qualquer coisa pode acontecer*”. A participante disse que sua parceira pensava de forma similar, e que não teria nenhum problema se a parceira eventualmente se identificasse enquanto trans. Elaine disse que a parceira também se considerava lésbica como ela, e que aos 12 anos já tinha falado para sua família sobre sua orientação sexual, então nunca houve muita dúvida quanto a isso. A participante apontou que seu primeiro beijo foi com um homem, e que foi uma sensação “*horrorosa*” (sic). A partir deste momento, Elaine buscou mulheres lésbicas para se relacionar e disse que não havia muitas opções por estudar em uma escola católica, na qual só havia outra mulher lésbica assumida, a qual beijou e se entendeu enquanto lésbica a partir daquele momento. Apesar da reação da mãe ter sido boa, Elaine apontou que a família não seguiu o mesmo caminho.

*“Então, todo mundo da minha família já sabia (porque era óbvio), minhas tias, todo mundo, né? Mas daí, todo mundo ficava enchendo o saco da p*rra da minha mãe, falando que a culpa era dela, porque a minha mãe não usava muito maquiagem, então, uma coisa tinha sido de errado comigo, minha mãe não me dava limite e o c*ralho a quatro. Então como enchiam muito o saco dela a minha mãe começou a ficar tiltada das ideias, começou a ficar.. brava, ela ficou uns 6 meses assim sem falar comigo, ficou muito brava, falou que era pra ter esperado eu ter 18 anos para falar para ela, que eu ia morar morar com meu pai. (...) Aí depois ela veio começando a agir normalmente assim, só que sempre morou só eu e ela, então tipo esses outros família assim, eles eram de longe então às vezes eles viam, xingavam um pouco e iam embora. Aí ela foi ficando mais normal, ao longo do tempo, e daí teve meu primeiro namoro, que eu fiquei assim com uma mina, mas o primeiro namoro sério assim foi antes de eu fazer 14, que acho que a gente namorou quase dois anos.” (Elaine)*

De novo pode-se observar algumas semelhanças entre as(os) participantes. Vemos como a maioria são bissexuais e como compartilham de algumas ideias quanto a isso: a similaridade com o preconceito não monogâmico, a necessidade de

entender questões de gênero. Pode-se considerar que este grupo de participantes apresentou gênero e orientação sexual enquanto um conceito fluido, passível de mudança e contextual.

Diferenças e Semelhanças entre RNM e relações monogâmicas

Todas(os) as(os) participantes responderam também o que achava que seus relacionamentos tinham de diferente e de igual ao serem comparados com relações monogâmicas. Também foi solicitada uma mensagem de cada participante às pessoas monogâmicas e às pessoas não monogâmicas. Essas frases foram organizadas na Tabela 5.

Quanto às diferenças, Beatriz e Bruno concordaram sobre possuírem mais “*liberdade de expressão*” (sic), assim como mais diálogo um com o outro. Beatriz também apontou que a díade tentava não julgar ninguém, nem o parceiro, nem as outras pessoas e o que elas queriam para si. Identificaram essas diferenças enquanto positivas.

Ceci e Cass apontaram o mesmo caminho, onde Ceci disse que a maior diferença era referente ao poder de escolha. Cass acrescentou sobre a autonomia que sente.

*“Eu acho que real, não felicidade em si, mas eu acho que uma questão de sentimento de liberdade, porque assim, eu sou livre pra tanto pra ficar, se eu quiser ficar, só com essa pessoa agora, fixa, quanto se eu não quiser, entendeu? Para mim o que mais pega é a minha liberdade, é essa questão, e a diferença eu acho que querendo ou não, a não-monogamia, ela sempre te incita a se questionar no sentido da onde vem o ciúmes, ele não é visto como normalizado e não é visto como tudo bem eu impor uma restrição a outra pessoa por causa do meu ciúmes, então eu sempre tenho que fazer esse check-up comigo mesma, por que que eu estou sentindo isso? O que está fazendo... o que me colocou nessa... qual foi a situação que eu senti isso? Qual foi a situação que eu me senti de tal forma e de tal... Qual foi a atitude da pessoa que engatilhou isso em mim? Então eu acho que é essa questão do autoconhecimento também, de sempre estar checando. Claro que isso é uma vivência não-monogâmica com responsabilidade né, porque a gente sabe que tem pessoas também que tão... que só quer a p*taria mesmo e enfim. Mas, é isso.” (Cass).*

Quando questionado a respeito das diferenças, Antônio prontamente respondeu que a maior diferença era “*uma vida muito mais leve*” e Aline disse o quanto se sentia limitada e presa em relações monogâmicas que já teve. Já Elaine

respondeu que a diferença era *“um pouco mais de confiança e menos medo de falar a verdade”*. Todas(os) participantes identificaram as diferenças enquanto positivas para suas vidas.

Daiane apontou que a maior diferença era que, decorrente do *script* dado pela monogamia, as respostas e caminhos em relações monogâmicas eram mais fáceis, uma vez que estavam já determinadas. Segundo a participante, isso acabava levando que pessoas monogâmicas não se coloquem em pauta, não pensem sobre diversas coisas, especialmente sobre afetividade. Daiane disse que *“a não-monogamia me ensinou que nada tem resposta fácil, assim. Sempre vai ser uma resposta mais difícil em todos os aspectos, sabe, e que o resto é ilusão. Segundo Daiane:*

Eu acho que também no geral a diferença seria que são pessoas que querem estar mais confortáveis dentro de si e não em relação às pessoas. Sabe? É tipo assim: “ah, eu vou fazer isso pra ela não me sentir enciumada”. E não porque eu quero que essa pessoa seja feliz.”.

Dariel apontou amar mais atualmente, e salientou que a forma de amar era muito diferente na monogamia e na não monogamia. Diz que:

“Eu acho que, tipo, eu amo muito mais hoje em dia. Eu sinto, tipo, o amor tem a ver com coisas que fazem muito mais sentido hoje em dia. Antes o amor, eu não falava tipo: “ai nossa, difícil ficar comigo”; “Ai nossa, ela pensou em ficar com essa pessoa, não ficou com essa pessoa”, sabe? (...) É, nossa, eu tenho uma questão que até hoje ficou... que eu quando... que raiva, não queria sentir isso, assim, sabe? Tipo: “ah, eu transei melhor que a pessoa que a outra pessoa transou”, sabe? Esse tipo de coisa, assim. Daí eu achava que essas coisas era o amor, assim, sabe? E daí hoje em dia, tipo, isso que eu estou falando como se fosse relacionamento aberto, né? Então eu não consigo muito falar da minha situação, mas eu acho que, tipo, os monogramas que eu converso normalmente colocam amor como: “ah só quer ficar comigo”.

E: Atrelado à exclusividade.

Dariel: Exato. Tudo, muita coisa de amor atrelado à exclusividade. Feio, não funciona, não dá pra ser pra sempre. Sabe? As pessoas mentem uma pra outra, tem pouquíssimas pessoas aí que, tipo, realmente só querem ficar com uma pessoa e tudo mais, mas mesmo assim tipo se a outra pessoa quer ficar com outras pessoas não deixa e tudo mais, acha que isso é um não amor.”

Quanto às similaridades, Beatriz e Bruno apontaram que ainda eram lidos enquanto casal tradicional, e acabaram mantendo algumas tradicionalidades quanto a isso, sendo que a diferença estava mais centrada na parte sexual da relação. O

casal não considerava isso ruim, colocaram enquanto positivo, pois funcionava para eles. Já Ceci e Cass apontaram enquanto similaridades “*se relacionar com pessoas monogâmicas*” (Cass) e “*passar raiva com pessoas monogâmicas*” (Ceci e Cass). Quando questionadas sobre se isso é positivo ou negativo, ambas concordaram que fazia parte da vida, que tinham passado por conflitos e que isso era necessário para se desenvolver. Ceci também acrescentou que “*está todo mundo buscando... felicidade ou sei lá*”.

Aline e Antônio trouxeram que a similaridade estava em “*sentir atração por outras pessoas*” e Aline que a diferença também estava relacionada ao proibicionismo, que não costumava funcionar, e que ela preferia lidar com a verdade do que se iludir. Ambos colocaram a atração pelos outros enquanto algo positivo, que possibilitava o começo de relações. Elaine mencionou que uma semelhança possível era que às vezes as pessoas queriam se apaixonar por uma pessoa só, mas não sempre. Falou que todas essas questões eram positivas para ela. Daiane e Dariel pontuaram que todo muito amava e tem que lidar com os próprios sentimentos, e isso era o que unia a todos(as). Dariel também mencionou que sentir ciúmes era algo semelhante e que era a escolha que se fazia a partir do sentimento que os(as) diferenciam. Daiane comentou sobre a questão apontando a importância do contexto e o quanto isso afetava o sentir ciúmes dela.

Tabela 5. Conselhos dos(as) participantes para a comunidade não monogâmica e monogâmica.

Participantes	Conselhos para outras pessoas não-monogâmicas	Conselhos para pessoas monogâmicas
Aline	“Conversem bastante.”	“Tanto na família quanto na amizades, quando, tipo assim, amigas minhas terem muita questão do cara ser monogâmico e ela está querendo pegar outras pessoas, e tenta conversar e o cara não é aberto, e questões do vou trair ou não vou, então tipo... Eu acho que eu diria para as pessoas monogâmicas que eu não acredito nisso assim, sabe?”
Antônio	“Conversem muito e tenha um certo cuidado, se você ainda não tiver uma estrutura de	“Eu diria que pra que elas refletissem que tudo bem se elas realmente acreditam que a

	<p>emocional de casal forte o suficiente para aguentar algumas... alguns comentários, algumas coisas do tipo que a gente já disse. Que você tome cuidado com quem você vai compartilhar esse tipo de coisa, mas que tenha segurança o suficiente, né?”</p>	<p>monogamia é o caminho legal, mas que se eventualmente em qualquer momento elas tiverem vontade de beijar ou ficarem com outras pessoas e tal, que elas repensem esse conceito de monogamia porque... porque é justo, porque tem que se colocar no lugar da outra pessoa, porque é um relacionamento de dois e poxa... a outra pessoa também eventualmente vai ter essa vontade e aí vocês vão ter que conversar sobre isso.”</p>
Beatriz	<p>“O meio termo sempre funciona. Você não precisa puxar o outro 100% para aquilo que você quer, busque o meio termo, e vocês vão se alinhar.”</p>	<p>“Julgue menos, busque ter segurança no seu relacionamento, eu acredito que é possível uma pessoa viver a monogamia. Não quero, não busco ser a testemunha da não-monogamia assim, porque eu quero que todo mundo seja convertido, perdão usar essa palavra... (...) E é isso, eu acho que seria muito mais legal se as pessoas vivessem o relacionamento delas sem julgar o relacionamento do próximo, sabe?”</p>
Bruno	<p>“Conversar sem julgar. (...) Mesmo que você tenha um julgamento sobre aquilo, escuta e pensa sobre.”</p>	<p>“Eu acho que eu falaria para elas fazerem terapia.”</p>
Ceci	<p>“Estude.(...) Porque a evolução é constante, é um processo... interminável eu acho, mas eu acho que o mais importante é que a não-monogamia não é sobre a quantidade de pessoas que você se relaciona.”</p>	<p>“Busquem autoconhecimento né! Busque a sua autonomia, mesmo que você idealize a casar com a pessoa e parara parara, eu acho que é importante para qualquer pessoa, em qualquer cenário a pessoa ter autonomia, saber quando sair, quando continuar e tal.”</p>
Cass	<p>“Eu acho que, pra ter responsabilidade também né, porque não é só putaria, eu acho que complementa muito com o que a Ceci falou, no sentido de que, não é só putaria, é, buscar também o autoconhecimento e tal, porque querendo ou não, se eu</p>	<p>“Vai fazer terapia.” Cass ressalta a necessidade de manter a própria individualidade independente de sua relação.</p>

	<p>pudesse falar com todas as pessoas eu ia falar, meu a gente tem que se unir, para quebrar esse estigma, entendeu? Para derrubar isso, e mostrar que são relações super saudáveis e edificantes, e enfim, às vezes não também e tá tudo bem, mas que não é só isso entendeu? Ninguém fala que a monogamia é só sexo entendeu? Todo mundo trata a monogamia como instituição familiar, todo mundo trata a monogamia como não sendo só a parte física, mas também tem seus princípios morais, o seus princípios... enfim, o seu papel na sociedade e tal, e a não-monogamia acho que deveria ser tratado da mesma forma, a visão, no sentido de que meu não é só putaria, também tem toda questão... tem o pessoal que, que faz aquele co-living e tal, que habita toda uma casa, po, também tem uma construção de algo ali, sabe?”</p>	
<p>Daiane</p>	<p>“Sim, continue. A estrada é difícil, mas eu acho que é... entenda o porquê que você está fazendo isso, né? Então qual que é o seu objetivo, da onde que isso veio. Busque por pessoas que estão num caminho parecido com o seu. Tipo, nem que seja influencer, blogueira ou amigos distantes. Alguém que você vê no canal no YouTube ou que seja. (...) E entenda que isso pode ser uma filosofia de vida, assim, sabe? No momento em que você realmente entra pra não-mono, tudo na sua vida fica colocado em pauta, assim. Tudo vai ser equacionado. Suas amizades você não vai ver da mesma forma, o seu relacionamento você não vai ver... os seus relacionamentos antigos você não vai ver, sua família você não vai ver. Então também entenda que você vai ter que estar cercado de um paradigma, assim. Eu acho que</p>	<p>“Entenda que existe contribuição da não-monogamia para sua vida, mesmo se você continuar sendo uma pessoa exclusiva, assim. A não-monogamia fala sobre a vida, sobre o jeito que você opera nas suas relações, e não sobre exclusividade”</p>

	<p>não tem como você entrar numa... no que a gente entende como não-monogamia, né? Especialmente quando a gente pensa em não-monogamia política. Não tem como você entrar nisso sem estudar, sem tipo buscar por referências, entender como as pessoas estão fazendo isso. Tipo, você não criou o seu relacionamento monogâmico sem um contato social, muito pelo contrário.”</p>	
Dariel	<p>“Continua, pelo amor de Deus. Não acha que, tipo, vai ser fácil o bagulho e tudo mais, só vai, está ligado? Tipo, vai sentir ciúmes, vai sentir tristeza, vai achar que não é amado e tudo mais. Mas, tipo, a gente tem que passar por isso, é um treino, assim, sabe?”</p>	<p>“E monogâmico, tipo, ah! Mano, isso aí que fica falando, tipo: “ai, respeite a minha relação”. Eu não respeito, f*da-se, vai tomar no c*. Eu acho que é um bagulho, tipo, é uma discriminação. Eu acho que, tipo, é um método de controle e eu acho que está errado. Mas eu não vou ficar saindo falando isso pras pessoas porque vai ter treta e vão ficar bravo comigo. Eu não quero lidar muitas vezes. Mas é esse projeto que eu penso. Que se f*da.”</p>
Elaine	<p>“vai em frente”</p>	<p>“Se você gosta, pode ficar aí. Mas, se às vezes passa pela sua cabeça que você quer ficar com outra pessoa e você fica se culpando pra c*ralho por causa do seu namorado, você devia parar pra pensar que você não vai deixar de amar ele se é só não-monogâmica.”</p>

Pode-se observar que algumas questões são identificadas para mais de um(a) participante, como a importância do diálogo, comunicação, e do autoconhecimento, da terapia, do estudo e da importância de cada indivíduo identificar os próprios desejos e manter a própria autonomia.

Relações não monogâmicas nos produtos midiáticos

Elaine apresentou uma ideia um pouco diferente da dos(as) outros(as) participantes, indicando que grande parte da mídia que consumimos, em especial músicas, era não monogâmica e citou artistas como Doja Cat e Demi Lovato, e

músicas brasileiras que falavam sobre ficar com pessoas diferentes em dias diferentes, além de alguns outros funks. A participante também mencionou o *Twitter* enquanto fonte de informação. Aline e Antônio falaram sobre a dificuldade de encontrarem e se identificarem com mídia sobre não monogamia. Essa dificuldade também foi apontada por Beatriz, Bruno, Ceci, Cass, Daiane e Dariel. Os demais produtos midiáticos sugeridos pelos(as) participantes sobre não monogamia foram:

- Ela quer tudo (Série, Netflix) (Elaine)
- Bold Type (Aline)
- Wonderlust (Série, Netflix) (Daiane)
- Se Organizar Direitinho (Filme, Netflix) (Beatriz)
- Libre, de Marília Moscou (Podcast) (Daiane)
- Tuy e Biel (Redes sociais) (Bruno)
- Não-mono em foco (Redes sociais) (Ceci, Cass, Daiane)
- Afetos Insurgentes (Redes Sociais) (Ceci)
- RC Não-mono (Redes Sociais) (Ceci)
- Thais Pedagoga (do Não-mono em foco, redes sociais) (Dariel)
- Newton (do Não-mono em foco, redes sociais) (Daiane)
- Geni Nunes (Pesquisadora) (Ceci, Daiane)
- Brigitte Vasallo (Pesquisadora) (Ceci, Daiane)
- Juan Carlos Perez (Pesquisador) (Ceci)

Observa-se que existe uma grande menção de conteúdos educacionais e acadêmicos, retomando a importância do estudo que foi trazida por participantes anteriormente.

Na seção seguinte buscaremos relacionar os dados quantitativos e qualitativos, comparando-os com dados prévios da literatura e propondo diversas hipóteses a serem investigadas.

5. DISCUSSÃO

Ao relacionarmos os dados recolhidos com a literatura previamente existente sobre o tema, pode-se reiterar diversas hipóteses de acadêmicos nacionais e internacionais, apesar de pouquíssimas informações serem referentes à comunidade não monogâmica como um todo, já que os dados apresentam que, de fato, existem muitos possíveis modelos dentro da não monogamia, mais ou menos revolucionários.

Nota-se que os dados apresentam maioria de mulheres (enquanto gênero) e bissexuais (enquanto orientação sexual), dados condizentes com a literatura (COSTA; GONÇALVES. 2020; SILVÉRIO, 2021; PILÃO, 2021). A prevalência do gênero feminino nessas relações pode estar associada tanto à igualdade de gênero ser um valor central para a maior parte das relações não monogâmicas, tanto com a própria história de sofrimento prévio com a monogamia (tanto individual, quanto coletivamente). Perez e Palma (2018) se atentam para a importância da equidade de gênero dentro da não monogamia e apresentam a dificuldade ou impossibilidade de criar relações totalmente horizontais. Esses dados também aparecem na pesquisa: no questionário, observamos a regra de “só se relacionar com outras mulheres” sendo citada e, para além disso, observa-se nas entrevistas uma dificuldade em colocar premissas não monogâmicas em ação devido às impossibilidades sociais e(ou) do(a) parceiro(a).

Quanto à comunidade bissexual, observa-se na não monogamia uma possibilidade de exercer a sexualidade plenamente, evitando o preconceito que a população bissexual sofre costumeiramente de ser entendida enquanto heterossexual ou homossexual, a depender-se da relação (monogâmica) que o indivíduo se encontra. Além disso, há de se pensar que tanto a bissexualidade quanto a não monogamia se encontram politicamente em diversos pontos: a renúncia ao binarismo, a leitura da sexualidade enquanto fluida, ambos são taxados de promíscuos e incapazes de escolher e ambos são invisibilizados dentro da cultura de massa.

Silvério (2021) aponta que a diferença da luta não monogâmica com a LGBTQIAPN+ seria a possibilidade de assimilação ao sistema buscada pela população LGBTQIAPN+, mas questiona-se o quanto a população bissexual tem de fato a possibilidade de assimilação, já que a quebra do binarismo os coloca

enquanto invisíveis socialmente. Por outro lado, há de se pensar que também foram apresentados dados que indicam que, em certa parte da comunidade não monogâmica, também existe uma busca por assimilação. Esse processo pode ser observado nos casamentos de pessoas não monogâmicas, e também é observado nos dados do estudo de diversas formas, seja na manutenção de uma hierarquia de casal, seja em regras explicitamente machistas. Observa-se que existem tipos de relação que propõe maior nível de quebra de paradigma, como a não monogamia política, e tipos de relação que ainda possuem diversos traços monogâmicos, como a RA.

A comunicação e honestidade presentes nessas relações vão ao encontro do que dizem outros estudos (GONÇALVES, 2021; SILVA, 2021; JÚNIOR 2021; PEREZ; PALMA, 2018; COSTA; BELFINO, 2017; SILVÉRIO, 2021). A importância do processo comunicativo é ressaltada tanto nos dados quantitativos (a comunicação acrescentada enquanto parte do acordo da relação, e também a maleabilidade e mudanças de acordos e regras com o passar do tempo), quanto nos qualitativos, onde foram reiterados por todos(as) participantes durante as entrevistas.

Faz-se mister pontuar que, ao contrário do proposto por Pilão e Goldenberg (2012), o termo poliamor não aparece enquanto o termo “guarda-chuva” nos dados aqui apresentados. Talvez, com o passar do tempo e a popularização de diversas formas de exercer a não monogamia pela *internet*, o termo tenha caído em desuso, ou então, é utilizado apenas por uma parte do grupo que se identifica com a nomenclatura.

Observa-se, porém, a falta de definição concreta do que seria a não monogamia, (sugerida por Gonçalves, 2021), a tratar-se de um grupo tão heterogêneo. Enquanto a não monogamia política aponta com frequência que a não monogamia não tem relação direta com a quantidade de parcerias, os dados apontam que basta ter a possibilidade de mais de uma relação afetiva e(ou) sexual para que pessoas diversas se identifiquem enquanto não monogâmicas. Desta forma, talvez a alternativa mais viável seja de fato a divisão em subgrupos, separados por quebras cada vez maiores de paradigmas sociais. O problema desse processo é o enfraquecimento da luta política em nome da prática. É relevante o reconhecimento de que as pessoas chegam a incômodos, inquietações e questionamentos próximos, mesmo que a partir de pontos de partida distantes,

tendo em comum o fato de que se afastam, buscam a quebra da forma hegemônica de se relacionar.

Os dados apresentados parecem sugerir a hipótese de que comumente essas quebras de paradigmas são progressivas. Observa-se a diminuição de regras com o tempo, assim como reflexões intensas sobre si e sobre o mundo com o passar do tempo. O formato mencionado na entrevista por Cass, da metáfora de entrar na piscina aos poucos parece ser algo frequente, senão no decorrer de uma mesma relação, no decorrer de diversas relações, como seria o caso de Daiane e Dariel, por exemplo. Também é visível na fala de Beatriz que aponta que sua díade não é “tão evoluída” o que indica que existe possivelmente um objetivo final quanto a não monogamia, possivelmente uma relação quase sem paradigmas da sociedade monogâmica. Parece que quanto mais distante da monogamia, mais “evoluída” a relação seria.

É bastante relevante pensar nessa hipótese e argumenta-se que, provavelmente, seja mais comum e confortável quebrar um paradigma por vez. Dessa forma, parece que certos grandes conceitos, como o conceito de família e casal tem grandes chances de ser desconstruído aos poucos, com o passar do tempo. Parece que esse caminho de desconstrução tem diversas variáveis diferentes com cada indivíduo, mas há uma tendência de aproximação da não monogamia a partir da RA, e aos poucos aprofundar as desconstruções até a não monogamia política ou a anarquia relacional. Essa hipótese facilita a visão de que as RAs estão muito mais perto da monogamia do que relações não monogâmicas políticas. A grande diferença do RA parece ser a manutenção do casal em uma posição hierárquica diante de outras relações, além de apresentar mais acordos e com maior frequência. Para a confirmação desta hipótese, seria necessário o desenvolvimento de um estudo longitudinal, onde acompanha-se díades ao longo do tempo.

Outras características citadas na literatura também foram encontradas na amostra, como a dificuldade em “sair do armário”, colocada por Silva (2021), a necessidade de engajar em lutas políticas para garantir os próprios direitos (SILVA, 2021) e, alguns participantes concordam com Vasallo (2022) que a não monogamia não é sobre quantidade e sim quanto à hierarquia dos afetos. Além da relação direta com os preconceitos sociais a serem sofridos, parece que há maior chance de abrir-se sobre o assunto quanto mais distante da monogamia a relação se encontra.

Outra questão pertinente é o “trabalho em si mesmo” que Silva (2021) apresenta enquanto extenuante. Observa-se que além da terapia ser indispensável para as pessoas participantes das entrevistas, também há uma grande quantidade de psicólogos(as) seguindo esse tipo de relação. Faz sentido pensar nesse dado enquanto associado a comunicação constante e honestidade enquanto componente central destas relações: na não monogamia, é preciso que você diga suas necessidades e seus limites com frequência, para que a relação se mantenha saudável e honesta. Isso envolve ser sincero sobre os próprios desejos (sexuais ou não), o que pode estar associado ao excelente nível de satisfação conjugal mostrada pela população que respondeu ao questionário.

É importante pontuar também que as posições políticas das pessoas mapeadas são consonantes com a literatura, que sugere uma força adquirida pela não monogamia através de movimentos de esquerda. Não só a grande maioria da amostra é de esquerda como podemos ver seu envolvimento em outras lutas comunitárias, como a luta feminista, a luta LGBTQIAPN+, e a luta antirracista. Não é surpreendente, porém, que de fato a população mapeada tende a ter visões menos conservadoras e normativas sobre sexo e sexualidade. Observa-se um entendimento da sexualidade enquanto fluida e a possibilidade de relacionar-se com os mais diversos gêneros (LOURO, 2000). Esse movimento pode estar associado à possibilidade de exploração da própria sexualidade e gênero, um movimento constantemente apresentado nos relatos analisados.

A falta de mídias referentes a esse tipo de relação, apontada pelos(as) participantes sugere a promoção da monogamia enquanto hegemônica. É possível observar diversas relações monogâmicas na mídia, mais ou menos saudáveis, com ou sem traição, mas questiona-se a falta de interesse cultural e midiático pelas relações não monogâmicas. Será que a falta de brigas constantes e dramas gigantescos faz com que a narrativa não monogâmica não pareça apetitosa? Ou será que há ativamente uma evitação de colocar esse tipo de relação nas telas porque ela é perigosa para a manutenção do sistema hegemônico? Estudos sobre a relação não monogâmica na mídia podem aprofundar e elucidar essas questões.

Propõe-se que esse tipo de relação seja considerado para inteirar o currículo de educação sexual, apresentando a possibilidade da não monogamia e assegurando direitos básicos como o direito à informação. Aponta-se que existe um grande desinteresse da mídia no assunto, o que faz com que o mesmo fique

invisibilizado e não participe de nenhuma forma da educação sexual informal que recebemos conforme crescemos. Sabendo que os direitos sexuais e reprodutivos caminham em direção a minimização das opressões de sexualidade e de gênero, assim como em direção ao prazer e plenitude sexual, é claro que é importante assegurar o direito à escolha de modelo relacional e não a imposição hegemônica da monogamia.

É necessário levar em conta o desconforto relacionado aos termos que usamos para categorizar relações, já que podemos afirmar que estes carregam diversos significados históricos (por exemplo, ao falarmos de casamento, estamos de fato desvinculados do acordo econômico onde o termo surgiu?).

De um modo geral, observa-se na não monogamia a possibilidade (mas não a certeza) de relações mais saudáveis e menos violentas, sendo que quanto mais existe um afastamento da monogamia, maiores as chances de se encontrar com paradigmas que fazem com que uma relação saudável seja possível, já que através de estudo, é possível identificar mais facilmente aspectos monogâmicos violentos e hegemônicos dentro de uma relação (FONSECA, et. al., 2012). A não monogamia pode ser vista enquanto um possível fator de proteção para mulheres e outras minorias, promovendo a comunicação, honestidade, exploração e autoconhecimento para os indivíduos que se colocam nesse tipo de relação. Ainda assim, é necessário ficar em alerta para possíveis acordos misóginos, racistas, gordofóbicos, LGBTQIAPN+fóbicos e etc.

Os dados vão de encontro às hipóteses, mas não é possível afirmar que toda e qualquer relação não monogâmica é mais saudável do que uma relação monogâmica. Mais variáveis devem ser consideradas, como gênero, classe, raça, ideais, posições políticas, oportunidade de estudo, etc. Não foram encontrados estudos similares com esse, sendo um assunto incipiente no Brasil. As pesquisas de Pilão são as que mais se aproximam, mas todas possuem métodos diferentes quando comparados a este estudo.

Evidentemente é importante ressaltar que esta pesquisa aponta questões que merecem ser aprofundadas em outros estudos por se tratar de uma amostra pequena, de conveniência, bom nível educacional, jovens, etc. e outras variáveis podem estar relacionadas aos dados. Questões como etnia, deficiência, cor da pele, tipo de corpo, etc. não foram relacionadas como marcadores sociais importantes,

nem nos relatos dos(as) participantes, nem em uma possível análise de correção, mas podem ser temas de interesse em outras investigações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As RNM trazem, de fato, diversas possibilidades atreladas a maneira de se relacionar e diversas quebras de paradigmas hegemônicos como a construção da afetividade, o casal e o casamento, conceitos de liberdade, etc. Ainda assim, é necessário pontuar que não existe nenhum consenso entre a comunidade sobre como essa forma não hegemônica de se relacionar pode ou deve ser construída.

O objetivo geral de identificar vivências de pessoas não monogâmicas foi alcançado na medida em que foi possível entender o que une e o que difere a comunidade não monogâmica, assim como o que a separa e a assemelha com as relações monogâmicas. Alguns pontos, como liberdade, diálogo e comunicação, autonomia sobre si parecem ser centrais para a discussão e prática da não monogamia, mas existem diferenças significativas quando colocamos sobre análise as regras e acordos dentro de cada relação, que variam muito, das mais restritivas, (como o poder de veto) às mais consensuais e que provêm segurança (como o uso de camisinha e a necessidade de comunicação).

Comparando a não monogamia com a monogamia entende-se que existe um grande paradigma relacional e institucional que a monogamia propõe e que a não monogamia tenta quebrar esse paradigma hegemônico nos dias de hoje, de forma mais ou menos acentuada. Conclui-se que a não monogamia se faz a partir da falta de institucionalização e a partir da quebra de pensamentos e relações hegemônicas.

É importante pontuar as limitações do presente estudo. A maior limitação se refere à falta de significância estatística. Como a população não monogâmica não foi contabilizada por nenhum órgão público, é impossível saber quantos participantes seriam necessários para que a pesquisa fosse representativa da população. As entrevistas semiestruturadas também provêm todas do estado de São Paulo, o que pode acarretar em mudanças significativas ao comparar a amostra com outras partes do país ou outros países. Apesar da coleta ter se dado na forma de diáde para que fosse possível observar o discurso do(a) participante em frente ao seu(sua)

cônjuge, há de se pensar em benefícios de conduzir uma entrevista individual em pesquisas futuras.

Fato é que este tema tem crescido no meio social e é preciso estudar e aprofundar, de modo empírico, as considerações sobre relações não monogâmicas na atualidade e suas implicações. Partimos de uma sociedade conservadora, principalmente judaico-cristã que há tempos cristaliza “um” modelo de família, casamento e conjugalidade. Não se defende a desconstrução de modelos de modo arbitrário, mas a possibilidade de questionar os padrões e compreender que outros modos de relações são possíveis e como elas são vivenciadas e percebidas por quem delas são adeptos ou em seu entorno. Cada vez mais convivemos com a diversidade de corpos, identidades e relações presentes em diferentes instituições: escolas, hospitais, empresas, famílias, etc. e todos (as) profissionais devem estar atentos a essa demanda, convivendo com ela, aprendendo e resignificando o que elas representam.

Espera-se que o presente estudo acrescente sobre a comunidade enquanto bibliografia e também possibilite o surgimento de novas pesquisas, fomentando o interesse no assunto, o que seria benéfico tanto para a comunidade não monogâmica, quanto para a comunidade acadêmica, em especial psicólogos, antropólogos, ciências sociais, biólogos e profissionais da saúde de modo geral. Desta forma, incentiva-se grandemente novas pesquisas pelo tema. Busca-se trazer a comunidade não monogâmica enquanto algo existente e uma alternativa viável para aqueles(as) que não conseguem ou não querem se encaixar no modelo relacional hegemônico vigente.

7. REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, S. Que fim levou a Sakineh? - 2013 - disponível em: <https://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/2013/04/05/que-fim-levou-a-sakineh/> - Data de Acesso: 17/12/2020
- ALBERONI, F. *Enamoramento e Amor*. 5ª edição. São Paulo: Rocco, 1998
- ALVES, A. B. Adolescência e a Construção da Identidade: Análise e Discussão da Sexualidade e Influência da Mídia na Adolescência. *IV Encontro Regional Norte de História da Mídia*. Rio Branco, AC, 19 e 20/05/2016.
- AMARAL, A. M. S. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*.v.6, n.1, p. 62-67, 2017.
- ANGELO, L. K. G.; SILVA, C. L. A.; BERNARDINO, A. C.; SILVA, C. A. A.; CANDIDO, S. A.; PACHECO, A. L. D.; MELO, I. S.; CASTRO, O. W. Influência familiar e de outras fontes de informações na construção dos conhecimentos dos adolescentes acerca da sexualidade. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p. 20433-20444 feb. 2021
- ARAÚJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicol. cienc. prof.* v. 22, n.2, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009>
- AZEVEDO, S. A Agonia de Sakineh - 2010 - disponível em: https://istoe.com.br/93506_A+AGONIA+DE+SAKINEH/ - Data de Acesso: 17/12/2020
- BARACH, D. P.; LIPTON, J. E. *The Mith of Monogamy: Fidelity and Infidelity in Animals and People*. Nova York: Holt Paperbacks, 2002
- BOLZE, S. D. A.; SCHIMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. Relacionamento conjugal e Táticas de Resolução de Conflito entre Casais. *Actualidades en Psicología*. v. 27, n.114, p. 71-85, 2013.
- BORLOTI, E; IGLESIAS, A; DALVI, C. M; SILVA, R. D. M. Análise Comportamental do Discurso: Fundamentos e Método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 24, n. 1, pp. 101-110, 2008.
- BORTOLOZZI, A. C. *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo* (manual didático). 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- BRANT, T. F. B; MARTINS, M. Z. As fontes de informação influenciam a educação sexual? Dilemas para a abordagem da sexualidade na formação inicial de professores de educação física. *Campo Abierto*. v.39, n.1, p. 43-54, 2020.

BRASIL. Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1977.

BUENO, S.; MARTINS, J.; BRANDÃO, J.; SOBRAL, I.; LAGRECA, A. *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 4ª Edição, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Coleção Sujeitos & História), 2019.

CAESAR, G. 10 anos após decisão do STF, número de casamentos gays deve bater recorde neste ano: Estimativa é que mais de 10 mil casamentos homoafetivos ocorram em 2021. *G1*, [S. l.], 2022. Data de Acesso: 10/09/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2021/11/19/10-anos-apos-decisao-do-stf-numero-de-casamentos-gays-deve-bater-recorde-neste-ano.ghtml>

CARDOSO, D. S. *Amando Vári@S – Individualização, Redes, Ética e Poliamor*. 2010. 102 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

CARVALHO, P. H. C. A Produção sobre Relações Poliafetivas na Psicologia Brasileira: Uma revisão sistemática sobre não monogamia de 2004 a 2021. Trabalho de conclusão de curso em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

CASCAIS, A. F; CARDOSO, D. Poliamor: género e não-monogamia na Internet. In: *SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, VII Congresso SOPCOM*. 2011, Universidade do Porto. *Anais*, Porto, 2011, p 2774-2789.

CONLEY, T. D.; PIEMONTE, J. L.; GUSAKOVA, S.; RUBIN, J. D. Sexual satisfaction among individuals in monogamous and consensually non-monogamous relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, v.35, p. 509–531, 2018. doi:10.1177/0265407517743078

COSTA, J. F. *Sem Fraude Nem Favor - Estudos Sobre o Amor Romântico*. *Rocco*, 1ª edição. 1998. 221p.

COSTA, T; BELMINO, M. C. Poliamor: entre a institucionalização e a transgressão. *Tempo da Ciência*, v.24, n.48, p. 77-86, 2017.

COSTA, P. A; GONÇALVES, J. A. R. Não Monogamia Consensual: Atitudes e experiências de pessoas heterossexuais, homossexuais e plurissexuais. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v.21, n.1, p.104-110, 2020.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. tradução Luciana de Oliveira da Rocha, *Artmed*, 2. ed. Porto Alegre, 2010. 248 p.

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. *Boitempo editorial*. 2016. 255 pp.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

EUGENIO, A. C.; CABREIRA, L. G.; SILVA, P. C. Mídia, Educação e Sexualidade: a criança e seu desenvolvimento. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - SIES Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares, Maringá, PR, 28, 19, 30 de abril de 2011.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A Educação Sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: *Educação sexual : em busca de mudanças*, FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). Londrina: UEL, p. 63 - 103, 2009.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia Social*, v.24, n.2, Ago 2012, <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>

FREIRE, S. E. A. *Poliamor, uma forma não exclusiva de amar: Correlatos valorativos e afetivos*. 2013. 258 p. Tese (Doutorado). Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GALUPO, M. P.; RAMIREZ, J. L.; PULICE-FARROW, L. "Regardless of their gender": Descriptions of sexual identity among bisexual, pansexual, and queer identified individuals. *Journal of Bisexuality*, v. 17, p. 108-124., 2017. doi:10.1080/15299716.2016.1228491

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, I. V. Matemática dos afetos, dissensos e sentidos sociais acerca das noções de "monogamia" e "não-monogamia". *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 3, Juiz de Fora, MG, 2021.

GREEN, A. I.; VALLERIANI, J.; ADAM, B. Marital monogamy as ideal and practice: The detraditionalization thesis in contemporary marriages. *Journal of Marriage and Family*, v.78, p.416- 430, 2015. doi:10.1111/jomf.12277

HARDY, J. W.; EASTON, D. *Ética do Amor Livre: Guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

JAEGER, M. B.; LONGHINI, G. D. N.; OLIVEIRA, J. M. C.; TONELI, M. J. F. Bissexualidade, bifobia e monossexismo. *Periódicus*, Salvador, n.11, v. 2, 2019.

JETHÁ, C.; RYAN, C. *Sex at Dawn: How We Mate, Why We Stray, and What It Means for Modern Relationships*. Harper Perennial, 2011. 402 pp.

JUNIOR, D. L. B. Para além do assujeitamento: agenciamentos não-monogâmicos de uma mulher puta. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 3, Juiz de Fora, MG, 2021.

KIPNIS, L. *Contra o Amor*. Record; 1ª edição, 2005. 240p.

KLESSE, C. Polyamory: Intimate practice, identity or sexual orientation? *Sociology Sexualities*, v.17, n.1-2, 81–99, 2014.

KLESSE, V. Notions of Love in Polyamory - Elements in a discourse on multiple loving, *Laboratorium*. v 3, n 2, p.4–25, 2011.

KNOBLAUCH, F. D. Monogamia: Biologia, Cultura e Dominação. In: XXI SEMOC, 2018, Salvador, *Anais*. 2018, p. 675-688

LAURETIS, de, T. A Tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. *Tendências e impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 206 - 246.

LINS, R. N. *A Cama na Varanda*. 11ª edição. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012

LINS, R. N. *Novas Formas de Amar - Nada vai ser como antes: grandes transformações nos relacionamentos amorosos*. 3ª edição. São Paulo: Planeta, 2017.

LESSA, S. A atualidade da abolição da família monogâmica. *Crítica Marxista*, n.35, p.41-58, 2012.

LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, A. C. B.; VENTURIN, A. B.; LONGHITANO, B.; LEITE, M. G. R.; GRAVALOS, N. M. Padrões de Beleza, Feminilidade e Conjugalidade em Princesas da Disney: Uma análise de contingências. *Revista Diversidade e Educação*, v.8, n.especial, p.123-142, 2020.

MARQUES, E. S.; MORAES, C. L.; HASSELMANN, M. H.; DESLANDES, S. F.; REICHENHEIM, M. E. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad. Saúde Pública*. v. 36, n. 4, 2020, p. 1-6.

MOORS, A. C.; CONLEY, T. D.; EDELSTEIN, R. S.; CHOPIK, W. J.; Attached to monogamy? Avoidance predicts willingness to engage (but not actual engagement) in consensual non-monogamy. *Sage Journals*, v.32, n2, p. 222-240, 2015

NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F.; FONTAINE, A. M. G. V.; SANTOS, M. A. *Relacionamentos Amorosos e Homossexualidade: Revisão*

Integrativa da Literatura *Trends in Psychology / Temas em Psicologia*, v.23, n.3, p. 547-563, 2015.

NEVES, A. S. A. As Mulheres e os Discursos Genderizados sobre o Amor. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n. 3, p. 609-627, 2007.

OLIVEIRA, M. C. V.; LOPES, M. R. Adultério - de Luísa à Fabíola: Um mal histórico. In: XV ABRALIC, 2017. *Anais*, Rio de Janeiro, 2017, p. 1350-1361.

PLEBE, A. Revista A Plebe Nova Fase - Ano 3, nº95, 17/08/1935

PEREIRA, P. P. G. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, 2009, pp 485-505.

PEREIRA, D. C. S.; CAMARGO, V. S.; AOYAMA, P. C. N. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v.XX, n.2, p. 9-25, 2018.

PEREZ, T. S.; PALMA, Y. A.; Amar Amores: O Poliamor na Contemporaneidade. *Psicol. Soc.* Belo Horizonte, v.30, p. 1-11, 2018.

PILÃO, A. C; GOLDENBERG, M. Poliamor e Monogamia: Construindo diferenças e hierarquias. *Revista Ártemis*, Edição v. 13, n.1, p. 62-71, 2012.

PILÃO, A. C. Entre a liberdade e a igualdade: princípios e impasses da ideologia poliamorista. *Cadernos Pagu*, v. 44, p. 391-422, 2015.

PILÃO, A. C. Conjugalities and sexualities in conflict: monogamy and polyamory among LGBT groups. *Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology*. v. 18, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-43412021v18a503>

PILÃO, A. C. Normas em movimento: monogamia e poliamor no contexto jurídico brasileiro. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 3, Juiz de Fora, MG, 2021.

RAMOS, M. J. C. Relações não monogâmicas: A análise do compersion na relação poliamorosa. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v.28, n. 1, p. 49 – 56, 2017.

REIS, J. B. G. A construção de um relacionamento na perspectiva do poliamor. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 103 p., 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20245> Acesso em: 12 nov. 2021.

RIBAS, A. C. A insustentável leveza da liberdade: um breve olhar sobre os discursos referentes ao amor livre nas publicações anarquistas do século XX. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2011. *Anais*. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, p. 2033-2041, 2011.

- ROBINSON, V. My baby just cares for me: Feminism, heterosexuality and non-monogamy. *Journal of Gender Studies*, v.6, n.2, p. 143–157, 1997. doi:10.1080/09589236.1997.9960678
- SAYRE, R. LOWY, M. Romantismo como Visão Feminista: a busca de Christa Wolf. *Trans/Form/Ação*, Sao Paulo, v.19, p. 9-33, 1996.
- SILVA, A. K. C; MORAES, J. P. da S. Poliamorismo: famílias simultâneas e a busca pelo direito de amar. In: IV congresso regional de direito, 2018, Rio Verde. *Anais*. p. 143-150, 2018.
- SILVA, V. S. V. A (in)visibilidade do poliamor: por que não podemos amar várias pessoas em público. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 3, Juiz de Fora, MG, 2021.
- SILVA, V. S. V.; NERES, G. M.; SILVA, R.; Michel Foucault e o Poliamor: cuidado de si, parresia e estética da existência. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 24. n. 48, p. 87-108, 2017.
- SILVÉRIO, M. Sexualidades múltiplas: uma análise das incertezas e conflitos entre pessoas poliamorosas em relações heterossexuais. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 3, Juiz de Fora, MG, 2021.
- SIQUEIRA, F. R. M. *História da sexualidade brasileira*. São Paulo: Leitura médica, 2008. 94 pp.
- SPATA, A. V. Métodos de Pesquisa: ciências do comportamento e diversidade humana (Trad. A.B. Pinheiro de Lemos). Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- TAKAZAKI, S; TAVARES, J; NÚÑEZ, G. Não Monogamia LGBTQ+: pensamentos e artes livres. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ape'ku, 129 p., 2020.
- TEIXEIRA, F. Hipersexualização, gênero e media. *Interacções*, [S. l.], v. 11, n. 39, 2016. DOI: 10.25755/int.8718. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8718>. Acesso em: 8 out. 2022.
- TOLEDO, M. T. Uma Discussão Sobre o Ideal de Amor Romântico na Contemporaneidade: do Romantismo aos padrões da Cultura de Massa. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, Artigos Seção Livre, n 2. p. 201-218. Junho, 2013.
- VASALLO, B. O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos. *Ed. Elefante*. Tradução Mari Bastos. 238 p. 2022.
- VIEGAS, C. M. de A. R; ROCHA, G. S. Poliamorismo: uma nova forma de constituição familiar, 2018. Data de Acesso: 17/12/2020. Disponível em: <https://claudiamaraviegas.jusbrasil.com.br/artigos/686500744/poliamorismo-uma-nova-forma-de-constituicao-familiar>

W.A.S. Declaração dos Direitos Sexuais. 2014. Disponível em:
<https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ZANELLO, V. A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações. *Editora Appris*. 1ª Edição, 2022. 144 pp.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processo de subjetivação. *Editora Appris*. 1ª Edição, 2018. 301 pp.

GLOSSÁRIO

Esta seção contém alguns conceitos importantes para facilitar a compreensão e a discussão proposta pelo trabalho.

A

Adultério: que viola a fidelidade conjugal; união destoante e relação à margem do Sacramento matrimonial. A noção de fidelidade conjugal advém do Direito Romano, que estabeleceu penalidades para o ato de adultério quando cometido por uma mulher, que podia incluir a morte da mesma. Depois da sacralização do casamento pela Igreja católica, o adultério é um ataque ao direito masculino sobre o corpo feminino e destruidor do amor conjugal. Sempre com intuito de controle dos corpos, o adultério foi alvo de preocupação do sistema legislativo com a manutenção de privilégios masculinos e da honra familiar. Ainda hoje, o adultério motiva “crimes de honra masculina”, dado o sexismo e patriarcalismo da sociedade. (COLLING; TEDESCHI, 2019). Pode ser entendido também como quebra da expectativa da monogamia, ou então quebra de contrato do casamento.

Afeto: termo generalista que implica do gostar, no carinho em relação ao outro. Este outro pode ter qualquer nível de relação: familiar, amigável, amorosa, etc. Utiliza-se esse termo para desvincular a ideia do sentimento de gostar relacionado apenas à uma díade amorosa. Presente sempre por muitas pessoas ao mesmo tempo, o afeto não é excludente, ou monogâmico: aceita a presença de muitos. Muitas configurações relacionais são possíveis ao utilizar-se do termo “afeto”.

Amor, amoroso: altamente relacionado com o amor romântico, advindo do amor cortês.

Amor cortês: discurso amoroso que surge da poesia trovadoresca entre os séculos XI e XII. Tem um aspecto rebelde, já que avança contra o modelo moral religioso, contra o casamento. Os trovadores buscam uma forma de amar totalmente purificada, afim de construir um “amor verdadeiro”. Por isso, negavam o caráter utilitário da relação sexual (reprodução), se encaixando em uma forma de amor adúltero. O foco central do movimento literário é idealizar a mulher amada, colocando-a numa situação ideal. Ele constitui uma erótica nova ao ocidente e

estranha à noção de desejo como falta. O amante vê, então, no sofrimento amoroso um autêntico prazer, que transforma o sofrimento em alegria (COLLINGS; TEDESCHI, 2019).

Amor romântico: surge a partir da manutenção das expectativas e relações provindas do amor cortês. Prometedor de felicidade plena, o amor romântico costuma ser associado com grandes sacrifícios pela pessoa amada e com a certeza de uma desestabilização emocional.

C

Casamento: comumente generalizado enquanto unir-se à outra pessoa. Utiliza-se o termo no trabalho enquanto união legitimada perante o Estado. No dicionário infopédia, em direito, o casamento é um “contrato civil livremente celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante plena comunhão de vida, segundo o qual se estabelecem direitos e deveres conjugais” e no catolicismo “sacramento pelo qual um homem e uma mulher se ligam de forma perpétua, de acordo com as prescrições da Igreja”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/casamento>

F

Família: existe um grande debate acadêmico motivado por diferentes vertentes das ciências humanas acerca desta instituição de difícil conceituação. Colling e Tedeschi (2019) argumentam que é precisamente por causa de seu caráter dinâmico, cheio de mudanças, que ainda faz sentido refletir e adaptar a ideia de família. No século XIX, rompe-se com o senso comum da época que dizia que a família era uma instituição natural e generalizada e, a partir de então, torna-se um objeto de estudo da ciência. A teoria freudiana de família moderna baseada na filiação e na ideia do amor romântico (corrente teórica chamada funcionalismo) deu base para a sistematização de uma definição universal de família, que influencia muito na produção sobre o assunto até os anos 1980. Este é o que chamamos de “modelo nuclear”, que compõe-se de um pai, uma mãe e a prole biologicamente relacionada. Isso gerou a produção de núcleos restritos de convivência familiar e acompanhou a delimitação mais precisa dos papéis de gênero, tornando esse pequeno núcleo independente. A família adquiriu o status de um ambiente no qual os conflitos e ambiguidades eram gerados, transformando-se num ambiente de coação social e

política. Na virada dos anos 1970 para os anos 1980 observa-se que as vertentes de estudos sobre a mulher tentam alcançar toda a pluralidade e dinamismo da instituição, já que observou-se a opressão do modelo patriarcal de família sobre as mulheres. Hoje em dia, as “formas alternativas” de família ganham cada vez mais visibilidade (COLLING; TEDESCHI, 2019).

G

Gênero: Construído pelo movimento feminista nos anos 1980, quando percebia-se a vulnerabilidade do termo mulher ao trazer legitimação apoiado no corpo biológico dos sujeitos. O termo busca explicitar relações socialmente constituídas a partir da contraposição dos gêneros convencionados feminino e masculino, de suas variações e da hierarquização social. Para Butler, gênero é um meio discursivo que busca regular a sexualidade a partir de padrões heterossexuais que buscam simular uma aparência de natureza. O conceito nos oferece instabilidade e fluidez que representam as relações sociais através do tempo. Propõe-se interseccionalidade com outras questões como raça, classe, etnia, etc. (COLLING; TEDESCHI, 2019).

Papéis de gênero - ideais de masculinidade e feminilidade transcritos em prescrição de atividades e comportamento para os gêneros. Impostos culturalmente através das tecnologias de gênero.

Identidade de gênero - gênero com o qual certa pessoa se identifica. Mulher, homem, não-binário, gênero flúido, agênero são algumas das opções de identificação.

Expressão de gênero - modo como apresenta-se o gênero perante a sociedade. Androginia, feminino e masculino são algumas das possíveis expressões.

Tecnologia de gênero - utilização dos meios midiáticos para imposição de papéis de gênero. Como exemplo, podemos citar a forma que mulheres se comportam em filmes, séries ou novelas, privilegiando o romance, muitas vezes com arquétipos de doçura e passividade.

Relações de gênero - campo de pesquisa acadêmica que busca compreender as relações entre os gêneros masculino e feminino. São relações construídas historicamente, marcadas pelas culturas e pelas relações de poder que fundamentam a hierarquia e assimetria social entre mulheres e homens (COLLINGS; TEDESCHI, 2019). Scott (1995) aponta que a compreensão das relações de gênero necessariamente passa pela rejeição das oposições binárias e pela desconstrução

dos termos das diferenças sexuais.

L

Liberdade: o dicionário infopédia define liberdade enquanto “condição do ser que pode agir consoante as leis da sua natureza” ou “direito que qualquer cidadão tem de agir sem coerção ou impedimento, segundo a sua vontade, desde que dentro dos limites da lei”. Apropria-se destes conceitos para a pertinência deste trabalho, mas com a ressalva de que talvez não seja possível na sociedade globalizada atual que qualquer indivíduo atue fora de processos coercitivos. A liberdade trata-se, portanto, do poder de escolha do indivíduo com a minimização de processos coercitivos.

Liberdade afetiva - poder se relacionar afetivamente com qualquer pessoa, sem o controle do cônjuge, da família ou da sociedade hegemônica.

Liberdade sexual - poder relacionar-se sexualmente da forma que melhor couber para com os outros, estabelecer a intensidade e intimidade da relação sem processos coercitivos de cônjuge, da família ou da sociedade hegemônica. Utilizar-se de métodos seguros para o exercício da sexualidade.

R

Relacionamento: interação com o outro, forma de interação com as pessoas à nossa volta. Generalizável: não trata-se apenas de relacionamentos amorosos, mas qualquer tipo de relação com graus variados de intimidade.

Romance: processo atrelado ao amor romântico, no qual indivíduos seguem uma certa premissa social em seus relacionamentos amorosos, como conhecer-se, se apaixonar, namorar, casar e reproduzir.

S

Sexual: pertinente ao exercício da sexualidade, ato de prazer erótico.

Sexualidade: conceito empírico, analítico e político, com constantes alterações durante a história e em diferentes contextos, sendo sua constituição um processo complexo que envolve aspectos biológicos (referente ao prazer físico e a reprodução), sociais (referentes às relações de gênero, regras e normas sexuais, etc) e subjetivos (da consciência individual e coletiva de desejos). Nenhuma das estruturas age de forma isolada (COLLING; TEDESCHI, 2019). Louro (1999) aponta que a sexualidade pode ser pensada como parte dos processos culturais que

envolvem rituais, fantasias, símbolos, representações, etc.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário Identitário de Pessoas Não Monogâmicas (QIPNM) (Longhitano & Bortolozzi, 2022)

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeKI4Te1xjppTcMlwqSTHBN1i4WiQakgec7DwdG1w3Useq8uQ/viewform?usp=sf_link

SESSÃO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “Relacionamentos Não Monogâmicos Consensuais: análise de relatos”, cujo pesquisador responsável é Bianca Longhitano. Os objetivos do projeto são (a) investigar, por meio de relatos de pessoas que estabelecem vínculos não monogâmicos consensuais, suas vivências afetivas, amorosas e sexuais; (b) Identificar como as pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) descrevem como estabeleceram esse relacionamento: acordos, regras, nomenclaturas, dificuldades, facilidades, entorno, etc.; (c) Analisar as concepções de pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) sobre sexo e sexualidade, bem como conceitos de conjugalidade e família; (d) Analisar as concepções de pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) sobre orientação sexual e expressão de gênero; (e) Estabelecer relações entre os RNM com os modelos de relacionamentos monogâmicos impostos socialmente como ideais de conjugalidades “normais” a partir de padrões rígidos de comportamentos amorosos. O(A) Sr(a) está sendo convidado por que se encaixa nos critérios de inclusão da pesquisa que são ter mais de 18 anos, residir no Brasil e, estar em um relacionamento não monogâmico consensual a mais de um ano (Entende-se por relacionamento não monogâmico consensual qualquer relacionamento que pode incluir atividades afeto/sexuais para além do casal, e que ambos do casal consentem com a prática).

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso aceite participar, sua participação consiste em responder o questionário a seguir, que deverá ter duração de algo em torno de 10 minutos. As questões referem-se ao(a) Sr(a). e ao(s) seu(s) relacionamentos, sem intenção de causar qualquer constrangimento. O questionário é respondido de forma anônima, e seus dados serão preservados, de forma a assegurar a confidencialidade e a privacidade. Caso utilizemos suas respostas para a pesquisa e para as publicações derivadas desta, o faremos de modo a preservar a identidade do(a) Sr(a). e de seus(suas) parceiros(as).

O(A) Sr(a). também pode obter informações sobre esta pesquisa junto à pesquisadora principal, cujos dados são fornecidos ao final deste Termo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são sentir incômodo ou constrangimento ao responder as questões e vazamento de dados. Esses riscos são minimizados de forma que a pesquisa é respondida de forma anônima e o(a) Sr(a). pode parar de responder o questionário a qualquer momento.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: criação de dados sobre a população não monogâmica, assim como aprofundamento dos dados da população em relação às suas vivências. Aprofundamento no estudo de sexualidade e gênero, em especial na área que se volta para relacionamentos afetivos e/ou amorosos. Diminuir a marginalização da população não monogâmica diante do meio acadêmico e científico.)

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

A presente pesquisa não oferece nenhum pagamento ou ônus financeiro aos(ás) participantes.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência psicológica integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Bianca Longhitano a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085 - Nucleo Res. Pres. Geisel, Bauru - SP, 17033-360, ou por meio do email bianca.longhitano@unesp.br

Bianca Longhitano: mestranda em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP (Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho"), campus de Bauru. Formada em psicologia (2020) pela mesma universidade.

Email: bianca.longhitano96@gmail.com

Profª Drª Ana Claudia Bortolozzi: Psicóloga (1993) pela UNESP, Bauru. Mestre em Educação Especial (1997), pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar e Doutora em Educação (2003) pela UNESP, Marília. Fez pós-doutorado (2009) no Núcleo de Estudos da Sexualidade -NUSEX (UNESP, Araraquara) e em 2017 no exterior, no Instituto de Educação da Universidade do Minho (Braga, Portugal). É professora efetiva desde 1995 e concursada na disciplina "Desenvolvimento e Educação Sexual" em 2003 no Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, campus de Bauru. Atualmente, é Profa Associada, Livre-docente em "Educação Sexual, Inclusão e Desenvolvimento Humano" (2019). Docente na graduação em Psicologia e na Pós-graduação junto aos programas: Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (FC/UNESP, Bauru) e Educação Escolar (FCLar/ UNESP, Araraquara).

Email: cau.bortolozzi@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Você reside no Brasil?

Sim

Não

(Caso a resposta seja "não" o participante será levado ao finalização da pesquisa)

Você tem mais do que 18 anos?

Sim

Não

(Caso a resposta seja "não" o participante será levado ao finalização da pesquisa)

Você tem um relacionamento não monogâmico consensual há mais de um ano?

(Entende-se por relacionamento não monogâmico consensual qualquer relacionamento que pode incluir atividades afeto/sexuais para além do casal, e que ambos do casal consentem com a prática)

Sim

Não

(Caso a resposta seja "não" o participante será levado ao finalização da pesquisa)

SEÇÃO 2

Dados gerais

Qual a sua idade? (Responder apenas em números, p. e., se tem 24 anos, responder apenas 24) *

Qual sua raça?

- Preto/a
- Pardo/a
- Indígena
- Amarelo/a
- Branco/a
- Outro

Em que cidade/estado você mora? *

Qual a sua religião? *

Qual sua escolaridade? *

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós graduação incompleta
- Pós graduação completa

Se você trabalha no momento, qual a sua profissão?

Qual o seu posicionamento político? (Ex. direita, centro, esquerda anarquista, etc)

Você se considera participante de algum coletivo social de minorias ou aliado de alguma luta social? (Ex. coletivo feminista, população LGBTQIA+, coletivo negro, luta anti-racista, etc.)

- Sim
- Não

Se sim, qual/quais?

SEÇÃO 3

Gênero e Sexualidade

Qual seu gênero (Entende-se por cis a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento) *

- Mulher cis
- Mulher trans
- Homem cis
- Homem trans
- Travesti
- Não binário
- Gênero Fluido
- Outro:

Você se relaciona/relacionaria com quais gêneros? *

- Mulher cis

- Mulher trans
- Homem cis
- Homem trans
- Travesti
- Não binário
- Gênero Fluido
- Outro:

Qual a sua orientação sexual? *

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Pansexual
- Assexual
- Aromântico
- Polisssexual
- Demisssexual
- Outro:

Com que orientações sexuais você se relaciona ou se relacionaria? *

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Pansexual
- Assexual
- Aromântico
- Polisssexual
- Demisssexual
- Outro:

Qual dos seguintes tópicos te impediria de entrar em um relacionamento? *

- Raça/etnia/cor do/a parceiro/a
- Orientação sexual do/a parceiro/a
- Parceiro/a portador/a de deficiência
- Classe econômica do parceiro/a
- Nenhuma característica física ou sexual me impediria de entrar em um relacionamento
- Outro:

Caso tenha assinalado alguma característica física ou sexual na questão anterior, justifique.

SEÇÃO 4

Conjugalidade e Família

O que você considera família? *

- Casal heterossexual com filhos
- Casal heterossexual sem filhos
- Casal homossexual com filhos
- Casal homossexual sem filhos
- Trisais
- Grupo de pessoas que se relacionam
- Mães solo
- Pais solo
- Casas de drags (Drag mãe e drags filhas)
- Outro:

Você considera que você e as pessoas com quem você se relaciona são uma família? *

- Sim
- Não
- Outro:

Você e as pessoas com quem você se relaciona são lidos como família por terceiros? *

- Sim

Não

Outro:

Como você se refere às pessoas com quem você se relaciona? *

Namorado/namorada

Marido/esposa

Parceiro/parceira

Companheiro/companheira

Outro:

Como terceiros se referem às pessoas com quem você se relaciona? *

Namorado/namorada

Marido/esposa

Parceiro/parceira

Companheiro/companheira

Outro:

Com quantas pessoas você mora? Contando com você. (Responda apenas com números) *

Com quem você mora? *

Moro sozinho/a

Moro com minha mãe/meu pai

Moro com meus/minhas filhos/as

Moro com amigos

Moro com meu/s/minha/s parceiro/s/a/as

Você já foi casado/a? *

Sim

Não

Outro:

Você está casado no momento? *

Sim, com duas pessoas

Sim, com uma pessoa

Não

Outro:

Você tem filhos ou filhas? *

Sim

Não

Outro:

Caso tenha filhos ou filhas, ainda mantém relação com o pai ou mãe biológico da/s crianças? *

Sim, temos um relacionamento amoroso

Sim, somos amigos

Sim, mas apenas para questões relacionadas ao filho/à filha

Não, não mantivermos nenhuma relação

Outro:

Como você demonstra afeto aos seus parceiros/às suas parceiras? *

Com afeto físico: toques, beijos, abraços, sexo, etc.

Com tempo de qualidade: separo tempo para fazer atividades com meus parceiros/minhas parceiras

Com presentes: dou muitos presentes, inclusive fora de datas comemorativas

Com palavras de afirmação: elogios, dizer o que sente com constância

Com atos de serviços: faço tarefas para meu parceiro (ex. dou caronas, limpo a casa, cozinho, etc)

Outro:

Como você avalia seus relacionamentos atuais?

Muito insatisfatório

1

2

3

4

5

Muito satisfatório

Existe alguma outra consideração que você queira fazer sobre a conjugalidade na não

monogamia?

SEÇÃO 5

Relacionamentos atuais

Como você se tornou não monogâmico? *

- Por meio de amigos
- Por meio de algum/a parceiro/a
- Por meio de pesquisas, cursos, etc
- Outro:

Quem ao seu redor sabe que você é não monogâmico? *

- Família nuclear - parcialmente
- Família nuclear - completa
- Família estendida - parcialmente
- Família estendida - completa
- Colegas de trabalho - parcialmente
- Colegas de trabalho - completa
- Meu/minha chefe
- Amigos mais próximos
- Todos os meus amigos
- Colegas - parcialmente
- Todos os meus colegas
- Outro:

Você se vê em um relacionamento monogâmico no futuro? *

- Sim
- Não
- Talvez
- Outro:

Com quantas pessoas você se relaciona no momento? (Responda somente em números) *

Há quanto tempo você se relaciona com seus/suas parceiros? (Coloque a inicial do/a parceiro/a e a quantidade de anos) *

Como você conheceu as pessoas com quem você se relaciona? *

- No trabalho
- Na faculdade/escola
- Por meio de aplicativos (tinder, grindr, okcupid, etc)
- Por meio de amigos em comum
- Em algum evento (por acaso)
- Outro:

Você costuma usar regras e acordos em suas relacionamentos? *

- Sim
- Não
- Outro:

Caso você tenha costume de utilizar regras ou acordos, assinale quais costumam estar presentes.

- A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras pessoas de forma sexual (beijo, sexo, etc)
- A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras pessoas de forma afetiva

- A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com uma outra pessoa com a minha companhia
- A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras pessoas diante da minha aprovação
- A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outras mulheres
- A pessoa com quem eu me relaciono só pode se envolver com outros homens
- Caso eu não goste da escolha da pessoa com quem eu me relaciono, eu tenho poder de veto, impossibilitando o relacionamento
- Não podemos se envolver com outras pessoas na frente um do outro
- Outro:

Existiu dificuldade em chegar em um acordo?

Nenhuma dificuldade

1

2

3

4

5

Muita dificuldade

O acordo passou por alterações durante o tempo de namoro?

- Sim, muitas
- Sim, algumas
- Sim, mas apenas detalhes
- Não, nenhuma
- Outro:

Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre esse tópico?

APÊNDICE 2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistas semi-estruturadas

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “Relacionamentos Não Monogâmicos Consensuais: análise de relatos”, cujo pesquisador responsável é Bianca Longhitano. Os objetivos do projeto são (a) investigar, por meio de relatos de pessoas que estabelecem vínculos não monogâmicos consensuais, suas vivências afetivas, amorosas e sexuais; (b) Identificar como as pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) descrevem como estabeleceram esse relacionamento: acordos, regras, nomenclaturas, dificuldades, facilidades, entorno, etc.; (c) Analisar as concepções de pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) sobre sexo e sexualidade, bem como conceitos de conjugalidade e família; (d) Analisar as concepções de pessoas em relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNM) sobre orientação sexual e expressão de gênero; (e) Estabelecer relações entre os RNM com os modelos de relacionamentos monogâmicos impostos socialmente como ideais de conjugalidades “normais” a partir de padrões rígidos de comportamentos amorosos. O(A) Sr(a) está sendo convidado por que se encaixa nos critérios de inclusão da pesquisa que são ter mais de 18 anos, residir no Brasil e, estar em um relacionamento não monogâmico consensual a mais de um ano (Entende-se por relacionamento não monogâmico consensual qualquer relacionamento que pode incluir atividades afeto/sexuais para além do casal, e que ambos do casal consentem com a prática).

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso aceite participar, sua participação consiste em responder a entrevista que será conduzida. As questões referem-se ao(a) Sr(a). e ao(s) seu(s) relacionamentos, sem intenção de causar qualquer constrangimento. A entrevista será gravada, sendo que somente a pesquisadora principal terá acesso à gravação e, posteriormente, será transcrita integralmente sem o uso de nenhum nome, garantindo o anonimato dos(as) participantes. Caso utilizemos suas respostas para a pesquisa e para as publicações derivadas desta, o faremos de modo a preservar a identidade do(a) Sr(a). e de seus(suas) parceiros(as).

O(A) Sr(a). também pode obter informações sobre esta pesquisa junto à pesquisadora principal, cujos dados são fornecidos ao final deste Termo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são sentir incômodo ou constrangimento ao responder as questões e vazamento de dados. Esses riscos são minimizados de forma que o(a) Sr(a). possa parar de responder o questionário a qualquer momento. O acesso à gravação será somente da pesquisadora principal para a redução de riscos, e na transcrição da entrevista serão utilizadas apenas iniciais para identificação.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: criação de dados sobre a população não monogâmica, assim como aprofundamento dos dados da população em relação às suas vivências. Aprofundamento no estudo de sexualidade e gênero, em especial na área que se volta para relacionamentos afetivos e/ou amorosos. Diminuir a marginalização da população não monogâmica diante do meio acadêmico e científico.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

A presente pesquisa não oferece nenhum pagamento ou ônus financeiro aos(às) participantes.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência psicológica integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Bianca Longhitano a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085 - Nucleo Res. Pres. Geisel, Bauru - SP, 17033-360, ou por meio do email bianca.longhitano@unesp.br

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a). e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

_____, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Bianca Longhitano: mestranda em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP (Universidade Estadual "Julio de Mesquita filho"), campus Bauru. Formada em psicologia pela mesma universidade.
Email: bianca.longhitano96@gmail.com

Profª Drª Ana Claudia Bortolozzi: Psicóloga (1993) pela UNESP, Bauru. Mestre em Educação Especial (1997), pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar e Doutora em Educação (2003) pela UNESP, Marília. Fez pós-doutorado (2009) no Núcleo de Estudos da Sexualidade -NUSEX (UNESP, Araraquara) e em 2017 no exterior, no Instituto de Educação da Universidade do Minho (Braga, Portugal). É professora efetiva desde 1995 e concursada na disciplina 'Desenvolvimento e Educação Sexual' em 2003 no Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, campus de Bauru. Atualmente, é Profa Associada, Livre-docente em "Educação Sexual, Inclusão e Desenvolvimento Humano" (2019). Docente na graduação em Psicologia e na Pós-graduação junto aos programas: Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (FC/UNESP, Bauru) e Educação Escolar (FCLar/ UNESP, Araraquara).
Email: cau.bortolozzi@gmail.com